



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Filipe Manuel Branco Alves

MUSEALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS POLITICAMENTE SENSÍVEIS

O CASO DA REDE DE CENTROS DE INTERPRETAÇÃO
E/OU CASAS-MUSEU DE HISTÓRIA E MEMÓRIA
POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DO ESTADO
NOVO

Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, orientada pelo Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes e Doutora Joana Sá Ricarte Alvarenga Pinheiro da Mota, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

MUSEALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS POLITICAMENTE SENSÍVEIS

O CASO DA REDE DE CENTROS DE INTERPRETAÇÃO E/OU CASAS-MUSEU DE HISTÓRIA E MEMÓRIA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Musealização de Memórias Politicamente Sensíveis
Subtítulo	O caso da Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo
Autor/a	Filipe Manuel Branco Alves
Orientador/a(s)	Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Doutora Joana Sá Ricarte Alvarenga Pinheiro da Mota
Júri	Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil Vogais: 1. Doutor Luís Manuel Duarte Antunes Figueiredo Trindade 2. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Património Cultural e Museologia
Especialidade/Ramo	Museologia
Data da defesa	28-outubro-2021
Classificação	17 valores



AGRADECIMENTOS

Ao Doutor João Paulo Avelãs Nunes pela orientação no estudo e na escrita desta dissertação. À coorientadora, Doutora Joana Ricarte pelos essenciais e sucessivos incentivos e pelas preciosas revisões do manuscrito, bem como pelas conversas e sugestão de bibliografia que tão importante foi para o meu crescimento enquanto proto investigador da área da História, Museologia e demais tecnologias derivadas do conhecimento histórico e da valorização patrimonial.

Aos colegas de Mestrado, que foram determinantes na minha integração no grupo e no auxílio sobre os vários meandros que envolvem a frequência de um curso de 2º ciclo – Mestrado de especialização avançada.

À minha família, por terem estado do meu lado ao longo do meu percurso académico e por o terem proporcionado. Em especial aos meus pais, pois sem eles tudo isto não tinha passado de uma miragem e ao meu irmão, a quem tanto falhei para conseguir concluir este percurso.

Obrigado a todos, pois sem o vosso auxílio este processo teria sido uma tarefa impossível.

RESUMO

Musealização de Memórias Politicamente Sensíveis – O Caso da Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo

Com esta dissertação pretende-se estudar a forma como os conceitos de memória e identidade são alvo de modelações do seu significado pela sociedade e pelo poder político, através de uma análise dos desafios inerentes à musealização de temáticas fraturantes, cujos significados e representações são fortemente contestadas e/ou significativas para a afirmação das identidades coletivas. Principalmente memórias politicamente sensíveis que, contando com a característica de serem dissonantes, são mais difíceis de tratar porque recordam passados incomodativos, que podem ser impulsionadoras de tensões sociais no tempo presente.

Vindo a ser, nesse sentido, analisada a forma como isso se refletiu num projeto de musealização de 5 espaços-memória de personalidades políticas, um regime e uma estância sanatorial fortemente politizada, nomeadamente o *Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/ Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes*, *Centro de Interpretação do Estado Novo*, *Centro de Interpretação da I República/ Casa-Museu António José de Almeida*, *Centro Interpretativo da I República – Afonso Costa* e o *Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo*, que futuramente constituiriam a *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*.

Tendo em consideração o enquadramento da rede museológica no desenvolvimento museológico nacional e internacional desse tipo de memorialismo, da valorização patrimonial e procurando demonstrar a forma como as respetivas elites lidam com os conceitos de identidade e memória, demonstrar-se-á também como esse tipo de memorialismo difere consoante a realidade sociopolítica em que se insere.

Palavras-chave: museologia; património português; memórias politicamente sensíveis; identidade; I República; Estado Novo; século XX

ABSTRACT

Musealization of Politically Sensitive Memories – The Case of the Interpretation Centers Network and/or History and Political Memory Houses-Museum of the First Republic and the New State

This dissertation aims at studying how the concepts of memory and identity are the target of meaning modelations by society and by political power, through an analysis of the challenges inherent to the musealization of fracturing themes, whose meanings and representations are strongly contested and/or significant for the affirmation of collective identities. These are mainly politically sensitive memories, which are dissonant and therefore more difficult to deal with because they recall uncomfortable pasts, which can lead to social tensions in the present time.

In this instance, it was analyzed the way in which this was reflected in a project for the musealization of 5 memory spaces of political personalities, a regime and a highly politicized sanitarium, namely the *Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/ Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes*, *Centro de Interpretação do Estado Novo*, *Centro de Interpretação da I República/ Casa-Museu António José de Almeida*, *Centro Interpretativo da I República – Afonso Costa* e o *Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo* that in the future would constitute the *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*.

Taking into account the framing of the museological network in the context of national and international museological development of this type of memorialism, the heritage valuation and the search to demonstrate how the respective elites deal with the concepts of identity and memory, it will also be demonstrated how this type of memorialism differs depending on the sociopolitical reality in which it is inserted.

Keywords: museology; Portuguese heritage; politically sensitive memories; identity; I República; Estado Novo; 20th century

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
a) CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	2
b) A INTERLIGAÇÃO ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÓNIO	3
c) METODOLOGIA	5
d) ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	6
MEMÓRIAS POLITICAMENTE SENSÍVEIS – PROCESSOS ORGÂNICOS.....	8
a) IDENTIDADE E MEMÓRIA	8
b) A MEMÓRIA EM PORTUGAL: DISCURSO HEGEMÓNICO E MEMÓRIAS MINORITÁRIAS 12	
c) ESPAÇOS DE MEMÓRIAS SENSÍVEIS – LOCAIS DE DISPUTA.....	20
A REDE DE CENTROS DE INTERPRETAÇÃO E/OU CASAS-MUSEU DE HISTÓRIA E MEMÓRIA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROJETO MUSEOLÓGICO	29
a) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA / CASA-MUSEU ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA	35
b) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA I REPÚBLICA – AFONSO COSTA	36
c) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO.....	38
d) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ANTISSEMITISMO E DO HOLOCAUSTO / CASA- MUSEU ARISTIDES DE SOUSA MENDES.....	41
e) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO ESTÂNCIA SANATORIAL DO CARAMULO.....	44
O CASO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO	47
a) A INFLUÊNCIA DAS LUTAS PELA MEMÓRIA NO FALHANÇO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO	51

b) OS SIGNIFICADOS DOS ESPAÇOS-MEMÓRIA E O SEU PAPEL NO FIM DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO	56
CONTEXTUALIZAÇÃO DO FRACASSO DA REDE DE CENTROS DE INTERPRETAÇÃO E/OU CASAS MUSEU DE HISTÓRIA E MEMÓRIA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO	61
CONCLUSÃO	71
BIBLIOGRAFIA	76
ANEXOS	86

INTRODUÇÃO

A presente dissertação do mestrado em Património Cultural e Museologia tem como principal objetivo a análise dos desafios e dos obstáculos que caracterizam as práticas museológicas relacionadas com locais de memória, associados a temáticas politicamente sensíveis. Nesse sentido, recorrer-se-á ao exemplo de uma proposta de criação de uma rede de centros de interpretação de memórias políticas, surgida da vontade de musealizar 5 espaços relacionados com a memória de figuras políticas, regimes e uma instituição de saúde fortemente politizada. Estes espaços estariam distribuídos pela região centro de Portugal, sendo a escolha da sua localização historicamente condizente com as figuras/temáticas abordadas, e serviriam como estímulo ao seu desenvolvimento cultural e turístico, bem como a todas as demais valências indiretas daí provenientes. O projeto seria denominado *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo*.

No que toca a aspetos que influenciaram a escolha desta temática, refira-se o objetivo pessoal de pretender contribuir para o debate científico sobre práticas memorialísticas relacionadas com temáticas complexas e fraturantes. Sendo fruto da conjugação dos meus interesses pessoais pela História e pelas tecnologias derivadas, nomeadamente a Museologia, as quais tenho materializado ao longo do meu percurso académico, este estudo é o culminar dos conhecimentos daí resultantes e do conseqüente contacto com alguns dos académicos mais conceituados das ciências sociais em Portugal.

Nesse sentido, importa referir que, não sendo primeira opção para modalidade de avaliação do segundo ano de mestrado, a qual passava por um estágio curricular a ser exercido na equipa que se encarregaria da criação dos conteúdos museológicos e museográficos desta dita rede museológica, a presente dissertação resulta do seu fracasso. Ou seja, como prática que envolve temáticas complexas e, por isso, passíveis de gerarem grandes cismas sociais, este projeto museológico não deixou de sofrer com esses constrangimentos, pelo que, acabando por não se concretizar, o estágio na equipa do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20) não se materializou. Daí resulta a redação deste estudo científico, que se debruçará sobre os típicos condicionalismos que se relacionam, diretamente ou indiretamente, entre o património e memórias politicamente sensíveis.

Tendo por base o objetivo apresentado, proponho-me, essencialmente, a responder às seguintes questões: de que forma o simbolismo dos espaços relacionados com memórias politicamente sensíveis e as suas especificidades geográficas, físicas e simbólicas influenciam os futuros processos de patrimonialização e/ou de musealização? Como a dinâmica inerente aos conceitos de memória e identidade se coaduna com as relações de poder e com as tentativas de instrumentalização política do passado que emergem desses projetos patrimoniais/museológicos?

Sendo a *Rede de Centros de Interpretação e Memória Política da I República e do Estado Novo* uma tentativa nesse sentido, em que medida essas condicionantes acabaram por provocar o seu fracasso?

Respondendo a isso, procura-se contribuir com uma análise crítica que ajude a perceber as dinâmicas que caracterizam a musealização de espaços patrimoniais relacionados com memórias politicamente sensíveis, recorrendo pontualmente a comparações com outros projetos/casos museológicos semelhantes, tanto a nível nacional quanto internacional. A dimensão da análise remete, ainda, para questões que dizem respeito: aos conceitos de memória e identidade; à forma como se correlacionam e dependem um do outro; às suas características modelares; à sua transposição para determinados espaços e objetos; como e porquê os significados dos espaços de memórias fraturantes são determinados pela memória e pela identidade; e de que forma esse carácter intersubjetivo da memória e da identidade determina o valor da matéria física a ele associada.

a) CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

A *Rede de Centros de interpretação e Memória Política da I República e do Estado Novo* foi um projeto de índole museológica surgido da vontade da ADICES – *Associação de Desenvolvimento Local* (que compreende os concelhos de Águeda, Tondela, Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Mortágua) em criar uma estrutura de desenvolvimento regional baseada no crescimento do potencial turístico da região, através da musealização de memórias relacionadas com reconhecidas figuras de proa da política portuguesa de grande parte do século XX. Para exponenciar esse objetivo, esta entidade promoveu uma parceria com as autarquias de Seia e Penacova com vista a alargar o território abarcado e o número de memórias políticas abordadas.

Importa esclarecer que esta parceria se tornou clara quando a dita associação estabeleceu um protocolo de cooperação com o *Centro de Estudo Interdisciplinares do Século XX* para ser seu parceiro científico, deontológico e tecnológico. Estando este centro de investigação a trabalhar previamente nos dois projetos que se limitavam aos núcleos de Seia e Penacova, achou-se por bem juntá-los numa rede, que daria uma outra capacidade organizativa e mobilizadora a todo o conjunto. Assim, definiram-se os seguintes núcleos enquanto constituintes do projeto: *Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/ Casa Museu Aristides de Sousa Mendes*, na antiga habitação familiar de Cabanas de Viriato, concelho de Carregal do Sal; *Centro de Interpretação do Estado Novo*, com a adaptação da antiga Escola-Cantina Salazar de Vimieiro, em Santa Comba Dão; *Centro de Interpretação da I República/ Casa-Museu António José de Almeida*, na antiga casa familiar em Vale da Vinha, conselho de Penacova; *Centro Interpretativo da I República – Afonso Costa*, numa antiga escola com o seu nome,

em Seia; e *Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo*, num sanatório do dito complexo, (que ficou por definir) no concelho de Tondela.

Como projeto que se destinaria à transformação de espaços físicos associados, direta ou indiretamente, a memórias que se caracterizam como sensíveis e possivelmente dissonantes, pois relacionam-se maioritariamente com fenómenos de violação de direitos humanos e liberdades individuais, o seu desenvolvimento estaria sempre condicionado pela forma como a realidade social e política do tempo presente lida com esse passado. Ou seja, como processo que se debruçaria sobre definições orgânicas e simbólicas que dependem dos significados que o tempo que as recorda lhes dá, o sucesso da sua implementação dependeria sempre da forma como a sociedade e a elite política lidam com os significados que as suas memórias mais sensíveis lhes despertam.

b) A INTERLIGAÇÃO ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÓNIO

A prática memorialística caracteriza-se tanto como um mecanismo fundamental de coesão das sociedades como de diferenciação entre os seus indivíduos. Ou seja, é ferramenta primordial para a criação do sentimento de identidade, sendo capaz, simultaneamente, de gerar cisões entre grupos sociais e de os aglutinar, consoante a forma como é utilizada no tempo em que é exercida e consoante o desejo de quem a utiliza. Assim sendo, as narrativas memorialísticas não passam de criações do tempo presente, com o objetivo de criarem laços entre determinados indivíduos para servirem objetivos de quem as determinam. É nesse sentido que se encontra a opinião de Eric Hobsbawm, que se refere à tradição como um fenómeno inventado pelos decisores políticos para garantirem a coesão social através de elementos abstratos (Hobsbawm & Ranger, 1983). Considerando tradição e memória como práticas que se alicerçam entre si e que, por vezes, facilmente se confundem, a sua abordagem centra-se, sobretudo, na forma como os Estados-Nação massificaram as práticas e os símbolos associados a sentimentos abstratos e como, assim, transformaram indivíduos em cidadãos subordinados a políticas centralizadoras.

Sendo a patrimonialização uma materialização de memórias que refletem determinados sentimentos identitários, os diferentes espaços que compõem a *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo* despertaram diferentes tipos de sentimentos na sociedade portuguesa. Ou seja, diferentes setores da sociedade dispersaram-se, no que tocou à sua opinião sobre o desenvolvimento de determinados projetos museológicos, consoante os sentimentos que neles despertaram. Sentimentos que, refira-se, foram condicionados pelas memórias associadas a esses espaços.

A esse propósito Tim Benton e Clementine Cecil defendem em *Heritage and Public Memory*, na obra *Understanding Heritage and Memory*, que a forma como se dá significado a certas coisas depende das memórias que se têm delas e das experiências pessoais com elas relacionadas, quando é o caso (Benton & Cecil, 2010); pelo que as memórias mais poderosas e traumáticas, relacionadas com experiências mais dramáticas, serão aquelas que serão mais difíceis de lidar. Complexificando as questões do carácter seletivo dos processos memorialísticos e das suas características enquanto prática coletiva que se tende a dramatizar, através de distorções propriamente criadas para exponenciarem o seu impacto, Tim Benton debruça-se também sobre as diferentes formas como o património associado às memórias sensíveis é lidado e, nesse sentido, reporta os casos do património nazi de Nuremberga e do Estádio Olímpico de Berlim, na Alemanha, o património fascista italiano e o campo de Auschwitz com vista a analisar como as narrativas simbólicas dos espaços de memória são adaptadas consoante a vontade política e social (Benton, 2010a).

Ora, estas diferentes formas de lidar com o património que materializa as memórias sensíveis implicou que o discurso memorialístico hegemónico tenha deixado de ocupar a proeminência que o caracterizou até à segunda metade do século XX. Com o advento de grupos sociais com memórias minoritárias, que se mantiveram mais ou menos permeáveis ao massivo processo de consolidação das identidades nacionais da primeira metade do século XX, esses tipos de memórias começaram a usufruir de condições favoráveis à sua emancipação. Passou-se a valorizar esse processo enquanto prática fundamental do funcionamento democrático das nações, pois o surgimento de novas plataformas de valorização das memórias de minorias étnicas e sociais criava condições favoráveis à nova ambição multicultural e étnica dos Estados (Nora, 1993).

Laurajane Smith define essa mudança como uma “*commemorative fever*”, surgida nos anos 80 como um processo de criação de novas memórias individuais e coletivas que desafiavam o “*Authorized Heritage Discourse*” que se limitava a falar das experiências e valores das elites (Smith, 2006). Estando as experiências minoritárias alienadas numa hegemonia patrimonial que se baseava na ideia de que o passado é apenas e só preservado pelo presente e não deve ser por ele alterado, o património associado a passados dissonantes foi emergindo como um exercício de confronto com o que se convinha lembrar. Além disso, refere ainda a importância do papel do surgimento da Nova Museologia nos anos 70 para essa alteração nos métodos interpretativos do passado e para a mudança na forma da relação entre as pessoas e os museus, a qual considera ter tido um papel relevante para que surgisse nas minorias a vontade de passarem a controlar as suas próprias memórias, para se compreenderem melhor a si próprios e aos outros. Em relação a este último apontamento, a autora refere que, por outro lado, esse processo começou, também, a ser entendido pelos Estados como uma estratégia de controlo sobre os impulsos emancipadores dessas comunidades identitárias, pelo que lhes passou a

permitir uma autonomia identitária apenas suficiente para não se sentissem como um grupo pário da nação em que estavam englobados.

Tendo sido este advento dos processos de valorização das memórias de minorias étnicas, ou outros grupos minoritários de diferente natureza, coincidente com o advento da democracia em Portugal, seria de supor que as políticas culturais que se relacionam com a valorização de memórias de mais difícil abordagem florescessem. Contudo, isso não tem sido um facto, restringindo-se a museologia sobre a memória do Estado Novo a dois museus relacionados com o papel dos resistentes na luta contra a ditadura, ao contrário do que tem acontecido, por exemplo, na Alemanha, onde desde há décadas têm florescido a patrimonialização das suas memórias sensíveis.

Sobre isso importa ter em conta o trabalho de Sharon Macdonald sobre as estratégias alemãs para lidar com o património nazi de Nuremberga (Macdonald, 2006), as quais, passando por processos mais precoces de lidação com esse tipo de património, acabaram por desenvolver estratégias performativas com vista ao reconhecimento desse passado e a aprender com ele. Da mesma forma, destaca-se o estudo desenvolvido por Dave Clarke (2017) sobre o *Leistikowstrabe Memorial Museum* de Potsdam, no qual, para além de enfatizar o papel deste museu para a intensificação do debate sobre a ocupação soviética da Alemanha, analisa de que forma a interpretação desse passado tem sofrido influências provocadas por necessidades eleitorais dos partidos políticos.

Perante o referido, pretende-se discutir de que forma a identidade e a memória, e o seu conflito de interesses com objetivos político-sociais influenciam as políticas culturais. Nomeadamente, analisando o caso da *Rede de Centros de Interpretação e Memória Política da I República e do Estado Novo* e a forma como refletiu as dificuldades habitualmente associadas à valorização patrimonial ou museológica dos espaços-memória associados a memórias politicamente sensíveis, bem como a forma como o discurso memorialístico dominante sobre esse período pode ter criado constrangimentos à ascensão dessa interpretação. Argumenta-se que o seu falhanço resulta, ainda, da hegemonia de uma elite política que reduz a emergência de estratégias museológicas e patrimoniais deste tipo para evitar os conflitos sociais, culturais ou históricos provenientes de uma maior consciencialização social do valor, significado ou natureza de memórias que se compreendem como mais difíceis de lidar.

c) METODOLOGIA

Sendo a definição da estratégia metodológica uma procura pela adequação dos métodos disponíveis aos objetivos definidos para a análise do objeto de estudo, a análise bibliográfica foi o processo mais utilizado. Isto tendo em conta a constatação de que o projeto não se materializou, pelo

que a informação a ele associada se limitou a um documento primário sobre os conteúdos museológicos a serem apresentados às entidades responsáveis pelo projeto, apoiado pela produção jornalística que foi publicada sobre este sinuoso processo. Ou seja, para o processo de recolha de informação foi realizada uma revisão de literatura sobre memória, identidade e património para mapear os desafios da patrimonialização de espaços-memória associados a temas fraturantes de identidades sociais. Além disso, serviu também para conhecer outros processos museológicos, nacionais e internacionais, de interpretação de memórias politicamente sensíveis e de informação sobre o debate público que se gerou em torno deste projeto específico. Para esse feito, são objeto de consulta: estudos publicados em revistas científicas; livros técnicos; produção bibliográfica literárias que abordam os temas da memória, identidade e património; imprensa periódica; informação institucional; documentos técnicos. Além disso, a observação participativa, como membro da equipa que esteve envolvida nas primeiras etapas do projeto também serve como fonte de informação.

d) ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação estruturar-se-á em quatro capítulos que se subdividem. No primeiro, denominado *Memórias Politicamente Sensíveis – processos orgânicos*, são apresentadas referências teóricas e conceptuais sobre a Memória e a Identidade num quadro geral, para ajudar a perceber como a literatura aborda a relação entre espaço-memória e musealização. Esse capítulo subdivide-se em três secções, que refletem como se podem relacionar estas noções com o desenvolvimento das memórias minoritárias/dissonantes levado a cabo em Portugal desde o terceiro quartel do século XX: *a) Identidade e Memória; b) A Memória em Portugal – Discurso Hegemónico e Memórias Minoritárias; c) Espaços de Memórias Sensíveis – Locais de Disputa.*

O segundo capítulo encarregar-se-á da caracterização da *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*, tendo em conta a sua apresentação, a demonstração das mais valias que as organizações em rede manifestam, bem como a apresentação individual dos projetos que dela fariam parte, considerando as propostas programáticas alinhavadas pelo CEIS20. Nesse sentido, após a incidência sobre o projeto de uma perspetiva mais ampla e a argumentação de que este tipo de estruturas museológicas em rede é uma mais valia para o desenvolvimento de regiões deslocalizadas dos grandes centros urbanos, seguir-se-ão as seguintes secções, destinados à apresentação dos cinco centros de interpretação: *a) Centro de Interpretação da Primeira República – Casa Museu António José de Almeida; b) Centro de Interpretação da I República – Afonso Costa; c) Centro de Interpretação do Estado Novo; d) Centro de Interpretação*

do Antissemitismo e do Holocausto / Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes; e) Centro de Interpretação Estância Sanatorial do Caramulo

O terceiro capítulo incidir-se-á sobre o caso mais impactante de todos os centros de interpretação, nomeadamente o *Centro de Interpretação do Estado Novo*, partindo do exercício de análise de como as disputas político-sociais pela memória do Estado Novo condicionaram o seu desenvolvimento e de como também o espaço a ser musealizado serviu como condicionante. Tendo sido o caso em que ficaram mais expressas as formas como os processos de manipulação da memória se fizeram sentir durante o curto desenvolvimento dos conteúdos museológicos para os cinco centros de interpretação, resolveu-se, por isso, dedicar-lhe um capítulo em particular.

A última parte ficará encarregue de demonstrar como o restante projeto sofreu com os condicionalismos associados ao espaços-memória que se ligam a memórias politicamente sensíveis, no sentido de refletir sobre como a ação dos intervenientes mais diretos foi afetada pelo caráter das memórias a serem interpretadas e sobre como, sendo um projeto que se destinaria a uma região afastada de grandes centros urbanos, a especificidade da região considerada pode ter influenciado o caminho que se trilhou. Denominado *Contextualização do Fracasso da Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*, incidirá também sobre a forma como a elite política tem dificuldades em promover projetos de musealização complexificadores da memória e da sociedade.

Por último, a dissertação terminará com uma conclusão em que se enquadrará a pertinência deste trabalho e da sua temática num contexto em que se observam cada vez mais os efeitos perniciosos da desconexão entre narrativas de memória coletiva e historiografia, apontando, assim, para o papel fundamental e potencialmente mobilizador e transformador da museologia para a construção social e o debate político sobre temáticas fraturantes do passado que não devem ser remetidos para o esquecimento.

MEMÓRIAS POLITICAMENTE SENSÍVEIS – PROCESSOS ORGÂNICOS**a) IDENTIDADE E MEMÓRIA**

“Longe de assumir um carácter simplista e passivo assente na evocação e reconstrução do passado, a memória estrutura-se de acordo com um sentido valorativo fortemente emotivo inerente ao agente ou agentes que a elaboram e que, de uma forma objetiva, são incapazes de se dissociar desses mecanismos afetivos.”

(Pereira, 2011, p. 78)

Toda e qualquer sociedade é regida por mecanismos comportamentais e valorativos comuns que criam ligações entre os indivíduos que a compõem. Ou seja, em todo e qualquer grupo social, que se identifica como tal, são partilhadas emoções, noções e valores entre os seus membros, o que torna natural e espectável que, quando pelo menos dois deles são confrontados por experiências sociais semelhantes, a sua reação seja, também ela, semelhante, podendo, contudo, variar consoante o seu grau de envolvimento para com essa mesma sociedade. Quanto mais os indivíduos estão com ela comprometidos, mais similarmente responderão de uma forma pré-estabelecida, pelo que, por mais individualista que essa reação procure ser, por mais que qualquer indivíduo se tente libertar de algum tipo de comportamento socialmente estabelecido, existirá algo que o impede de se desprender totalmente: algo o amarra e lhe molda o pensamento e a ação.

Assume-se, por isso, que os laços que unem qualquer indivíduo a um grupo com quem partilha crenças e ideais estão cimentados por algo que ele próprio, muitas vezes, não se apercebe, pois fazem parte dos mecanismos de organização social pelos quais a humanidade se tem organizado ao longo do tempo. Desde as primeiras comunidades caçadoras-recolectoras que os grupos recorrem a construções sociais para interconectar os seus membros em torno de um imaginário comum (Harari, 2015). Ou seja, desde que grupos sociais se começaram a definir como tal organizaram-se, sistematicamente, através do recurso a ideias e valores abstratos que existem na sua imaginação coletiva.

A esses ideais e valores que congregam as comunidades, os cientistas sociais têm-se referido enquanto identidade. Elsa Peralta e Marta Anico, em *Património e Identidades*, assumem que é um conceito ficcional que resulta de sentimentos de pertença dos indivíduos em relação a determinado grupo social, que, dependendo da forma como os indivíduos se imaginam a eles próprios e aos outros, funda na sua perceção um sentimento de homogeneidade e, assim, os posiciona em relação ao coletivo. Este é um processo dinâmico de negociação, que os grupos decidem voluntária e estrategicamente construir, tornando-a sempre uma nova versão dela mesma e o resultado da relação

dialética entre a realidade, ideias, valores e os interesses de quem a propõem e ativa (Peralta & Anico, 2005, p. 2).

Já Carlos Diogo Moreira apresenta a identidade enquanto propriedade abstrata que, mesmo parecendo pessoal, não é mais do que uma expressão de uma identidade coletiva, já que resulta da seleção, organização e/ou hierarquização que cada indivíduo faz de histórias e memórias que funcionam como construtores dessas noções. Enquanto fenómeno, por mais pessoal e introspetivo que possa parecer, joga-se no coletivo, e o seu processamento envolve negociações entre os indivíduos que compõem os seus respetivos grupos sociais, sendo, nesse sentido, uma operação contínua de formação e transformações negociadas (Moreira, 2006, p.16).

Esta visão é partilhada por Laurajane Smith, que aborda a noção de identidade como um resultado de processos negociais do presente que envolvem heranças e atos de memória (Smith, 2006). A autora classifica o património que daí advém como a materialização de resultados de negociações acerca do passado, com vista a criar entendimentos no presente para evitar tensões culturais entre os seus membros, e não como uma “coisa”, no sentido material do termo. Assim, entende que a identidade é o resultado de versões consensuais entre os membros de determinadas comunidades e as suas elites na procura pela redefinição ou criação de novas identidades coletivas, ou de outras outrora subalternizadas, através do recurso a memórias coletivas ou individuais.

Assume-se, por isso, a memória enquanto prática de negociação entre o particular e o coletivo, como entidade que não funciona no particular por si só, mas, sim, como uma prática social (Benton & Cecil, 2010, p. 14). Este é um processo que se alimenta da interação social e da experiência partilhada no qual, mesmo que se admita a coexistência de uma memória pessoal singular, esta é sempre influenciada pela coletiva, “pois toda a história da nossa vida faz parte da história em geral.” (Halbwachs, 1990, p. 37).

Considerando estas análises, importa ter em conta que todos os grupos têm como necessidade fundamental preservar ou relembrar acontecimentos que ocorreram no passado para os seus membros se conseguirem identificar consigo próprios no presente (Benton & Cecil, 2010). É um dos processos que faz com que determinado número de indivíduos se considere uno e coeso no seu tempo: a partilha de sentimentos, valores, tradições, normas e práticas, partilhados pela recordação conjunta de um passado comum, que se refletem, por exemplo, nas políticas que envolvem as questões da sua patrimonialização. Ou seja, é a partir da memória que a identidade se formula, sendo ambos conceitos intimamente ligados, pois são ambas construções coletivas, seletivas e herdadas (Wetzel & Vasconcellos, 2019, p. 89). É a memória que, por mais que se conecte ao passado, dispara o gatilho no presente para formular a identificação entre os membros de um coletivo.

Mesmo não sendo resultado de vivências diretas dos atores em questão, quando é o caso, a memória faz com que cada um deles se posicione sobre um ponto de vista comum aos restantes

membros da comunidade sobre o passado, para se que se consigam legitimar perante a sua sociedade (Brito, 2006), condicionando, assim e diretamente, práticas sociais e comportamentais: quem pertence a quê; se exclui ou é excluído; o que é ou não permitido; com quem o indivíduo se quer, ou não, relacionar. Assumindo, mais uma vez, a perspectiva de que os indivíduos têm a necessidade intrínseca de se identificarem com os outros e que, por isso, confundem o seu passado particular com o passado coletivo, justifica-se que se entenda a memória e a identidade como fenómenos estabelecidos socialmente que condicionam as ações particulares de cada indivíduo. Por mais introspetivas que sejam, essas representações feitas do passado são sempre condicionadas socialmente, pois crescem na relação com outras pessoas (Halbwachs, 1990). O lembrar-se não depende somente de fazer uma introspeção, mas, sim, e também, de introduzir uma ordem e estrutura nesta. Não passa de um capítulo de uma grande memória coletiva que se deixa modificar, dependendo do tempo e do lugar que determinado indivíduo ocupa nesse mesmo grupo (Wetzel & Vasconcellos, 2019). É através da seleção ativa de memórias e histórias, e da valorização do património, que as materializa, que os sujeitos se definem enquanto constituintes de um grupo identitário.

Assume-se, por isso, o seu carácter temporal. Por mais que seja uma evocação do passado, é sempre exercida no seu presente. O presente daqueles que a exercem e onde a tendem a conservar (Halbwachs, 1990). O passado não deixa de viver e de se tornar presente, como diz Le Goff, quando dá o exemplo de um historiador que, enquanto cientista social que exerce o seu ofício no presente, acaba sempre influenciado pelos valores e pelas normas sociais do seu tempo (Le Goff, 1990), pelo que a recorrência ao passado pelo tempo presente condiciona sempre a sua leitura. Molda as informações em causa, já que estas não se conservam (pela memória) nem se recolhem (pela história) sem perturbações durante o processo. Escrutinadas no presente, são circunscritas pela finitude desse mesmo tempo; por mais órfãs que sejam do passado, ou por mais que o invoquem para se fazerem valer, são sempre lidas e interpretadas pelo tempo de que são alvo.

O mesmo se reporta para a construção de narrativas e significados sobre os espaços de memória. Não havendo consensos morais sobre o seu passado histórico, o que deve ou não ser lembrado em público e onde, quem ou quando se deve executar essas demandas, esses locais acabam sendo sempre vítimas de manipulações ideológicas e, por isso, construções sociais do presente (Rodrigues, 2014). Tornam-se versões escolhidas do passado para a legitimação de determinados grupos no seu tempo, vítimas de processos memorialísticos seletivos e fragmentados que se refletem na sua valorização.

Nesse sentido, assume-se que quanto mais a memória está afastada do espaço temporal que evoca, mais vulnerável e variável fica a essas modelações - quanto mais esquecida foi e mais afastada está do espaço temporal em que é objeto de análise, mais vulnerável se torna aos condicionamentos do tempo presente. Como vítima de sentimentos motivados pelo afeto e pelo sentimento de pertença

dos indivíduos do presente, alimenta-se de lembranças muitas vezes vagas ou simbólicas e acaba vítima da transferência temporal (Nora, 1993).

Por essa razão a memória pode constituir-se também como fator de divisão social. É ingênuo acreditar que uma função psíquica do ser humano possa gerar consensos generalizados, sobretudo se se tomar em consideração a opinião de Yuval Noah Harari de que quando os grupos sociais são demasiados grandes tendem a surgir necessidades de se gerarem neles subgrupos, para que os seus constituintes se identifiquem melhor entre si (Harari, 2015). Ou seja, em casos de grupos sociais demasiado largos em que os seus membros tendem a não se conseguirem identificar com os seus pares, podem gerar-se identidades paralelas umas às outras, que vão fazendo emergir grupos cada vez mais independentes entre si através da escolha de memórias com que se identificam mais e da rejeição de outras menos compatíveis com as suas demandas. Tal como a referência ao passado pode servir para a manutenção de grupos e instituições que compõem determinada sociedade, também pode servir para delimitar oposições irreduzíveis (Pollak, 1989, p. 9). Fazer com que onde antes existia uma memória partilhada que proporcionava uma identidade mais ampla, comecem a emergir identidades cada vez mais obstrutivas a qualquer tipo de uniformização que se passam a afastar cada vez mais da comunidade com quem se vinham identificando. Ao contrário dessa memória hegemónica de quem se pretendem libertar, que sobrevive através do processo de negociação entre a comunidade ou de uma imposição por parte do poder político, esses grupos emancipam-se pelo seu constante sentido de oposição a ela (Pollak, 1989).

Como arma de transformação do presente através do recurso ao passado, a memória não é, por isso, autónoma nem impermeável a intensões sociais ou políticas. Ou seja, tal como todas as outras, não tem vida própria nem se emerge automaticamente. É, antes, fruto da construção social de determinados grupos que reclamam o controlo sobre as perspetivas sobre o seu próprio passado (Smith, 2006). Por isso, toda e qualquer memória é um fenómeno estabelecido e sujeito a transformações e mudanças constantes e, como processo que fundamenta o sentimento de identidade e pertença, molda-se e desenha-se como sujeito de confrontação, ou assimilação, para com “os outros”.

Tendo em conta o objeto de estudo desta dissertação, importa, por isso, objetivar na forma como estas perceções sobre identidade e memória se comportam nos processos que envolvem o funcionamento de espaços patrimoniais destinados à interpretação de memórias coletivas. Sendo os museus espaços patrimoniais de excelência para a materialização de identidade e memória, de acordo com Marta Anico, não passam de instituições culturais que exibem culturas, pelo que comunicam valores, por si atribuídos e definidos. Revelam motivações, interesses e condicionalismos subjacentes ao distanciamento em relação ao passado, às associações à comunidade e ao lugar, ou a ideologias dominantes (Anico, 2006). No mesmo sentido, Paulo Peixoto, ao procurar demonstrar que a

necessidade de patrimonialização surge quando a identidade vivida já se desvaneceu ou foi branqueada, defende que esse é um processo que surge como resultado de tentativas de reinvenção e recriação idealizada da memória, por parte dos diferentes grupos sociais: “A patrimonialização é um momento de radicalização das diferenças, normalmente das qualidades valorizadas, que contribui para especializar as identidades” (Peixoto, 2006, p. 71). Já Laurajane Smith, por seu turno, observando o património enquanto performance, diz que os museus não são mais do que ferramentas utilizadas para facilitar a geração de novas identidades, através dos seus discursos resultantes dos processos de patrimonialização das memórias coletivas e individuais, pelo que considera o património como um processo social e cultural que resulta de escolhas de técnicos culturais que nas últimas décadas têm desafiado as narrativas consensuais nacionais, com vista a satisfazer as demandas de comunidades que têm vindo a reclamar o controlo das suas próprias memórias (Smith, 2006). Por último, importa ter em consideração a análise de Pierre Nora de que os lugares de memória (de que são exemplo os museus), são lugares que não nascem de memórias espontâneas, mas sim de operações não naturais que remetem para a ilusão de uma falsa eternidade dos acontecimentos que neles se celebram:

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É, por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória.” (Nora, 1993, p.13)

É então sobre as escolhas dos discursos memorialísticos e a sua incidência nos espaços de memórias sensíveis portugueses que se debruçará o próximo subcapítulo. Bem como sobre como eles dependem do jogo de influências entre maiorias e minorias identitárias e de quem, em determinado momento, exerce influências sobre os cargos de poder. Em suma, uma reflexão sobre as disputas inerentes à memória do século XX português, especialmente as afetas aos acontecimentos históricos de maior carga sentimental e dissonante.

b) A MEMÓRIA EM PORTUGAL: DISCURSO HEGEMÓNICO E MEMÓRIAS MINORITÁRIAS

É neste sentido que se devem entender as sociedades do presente: como coletivos sociais que, divergindo ou convergindo em grupos de maior ou menor dimensão, passam por processos identitários que fazem com que os seus indivíduos se identifiquem entre eles com o auxílio da

fisicalidade que o património lhes confere. Contudo, nem todos esses processos têm igual relevância na constituição da organização social que se compreende em cada uma das comunidades. Uns, mais que outros, em determinados espaços temporais, no sentido em que a construção de identidade não é estável nem unificada e se modifica ao longo do tempo consoante a vontade seletiva e fragmentada de elite política, científica, económica e religiosa, sobressaem na criação dos valores identitários que regulam cada um dos diferentes grupos identitários (Rodrigues, 2014, p. 4).

A essas hegemonias do controlo das narrativas memorialísticas Laurajane Smith define-as enquanto *Authorized Heritage Discourses*. Segundo ela, as elites que em determinado período se estabelecem nos poderes de decisão têm como primordial preocupação a criação de um discurso memorialístico que proporciona a perpetuação desse privilégio (Smith, 2006). Ou seja, sendo a memória um processo que cria e recria relações sociais através da definição de valores e significados sobre o passado e o presente, serve como definidora das políticas comunitárias e da sua estratificação. E, sendo o património os lugares espaço nos quais esses processos de manipulação se materializam, são alvo de escrutínio sobre se devem, ou não, ser valorizados, consoante a importância que representam para os significados desejados por quem está estabelecido no poder.

Veja-se o caso apresentado por Karl Hack sobre as estratégias governamentais baseadas na celebração da memória para a construção de identidades, na Malásia e em Singapura pós-coloniais (Hack, 2010). Sendo dois países que, para se conseguirem perpetuar enquanto tal, sentiram a urgência de cimentar uma identidade nacional nas várias comunidades identitárias distintas que os constituem, exploraram o desenvolvimento de performances simbólicas em torno de monumentos. De formas diferenciadas, diga-se, numa clara demonstração de como a exploração do simbolismo dos espaços-memória se consegue alterar consoante as necessidades de cada caso, sobretudo das classes dominantes.

Apesar de terem um passado comum, os dois casos diferenciam-se, essencialmente, no facto de a estratégia de Singapura ter sido imposta pelo partido hegemónico, tendo, inclusive, transformado um monumento edificado com o intuito de lembrar as vítimas de etnia chinesa da invasão japonesa da Segunda Guerra Mundial num monumento de “sofrimento comum”, para evitar possíveis conflitos étnicos e relegando o papel da resistência comunista para o esquecimento. Enquanto no caso da Malásia, os memoriais sobre esse período são mais comunitários, representando grupos identitários distintos e difundindo, assim, o multiculturalismo do país. Ou seja, ao contrário do esbatimento implícito das comunidades étnicas de Singapura, onde o discurso memorialístico dominante limitou a interpretação da memória através de políticas patrimoniais e memorialísticas que evitaram detalhes históricos, deixando pouco espaço para o património subalterno, os malaios permitiram a existência das suas memórias minoritárias e a fragmentação da sua memória coletiva.

Reportando o *Authorized Heritage Discourse* para o caso português, pode considerar-se que, em primeiro lugar, resulta ainda muito do que foi construído entre a segunda metade do século XIX e o terceiro quartel do século XX. Fruto de uma transposição de movimentos políticos, científicos e sociais que fizeram convergir as noções de história e memória com a finalidade da criação dos Estados-Nação, os poderes políticos portugueses desse período criaram estratégias patrimoniais e educacionais para a disseminação de uma identidade nacional através do recurso à iluminação de um passado comum (Nora, 1993). Assim, apoiados em rituais complexos - celebrações, exposições, reconstruções de monumentos simbólicos com o recurso a grandes obras públicas, feriados, entre outros – criaram simbolismos em torno de novos heróis históricos, bandeiras ou hinos nacionais. Uma narrativa que transformou indivíduos em cidadãos, que passaram a partilhar uma identidade construída (Hobsbawm, 1983).

Toda esta estratégia atingiu o seu auge em meados da década de trinta do século XX, quando fações políticas extremadas por esse nacionalismo se estabeleceram definitivamente no poder. Algo bem patente, por exemplo, nas entrevistas de António Ferro a António Oliveira Salazar, estudadas por Fernando Rosas, nas quais o ditador português promete o reforço da noção abstrata de identidade portuguesa, através da enfatização da memória de antigos cavaleiros, “heróis” e santos (Rosas, 2013, p. 177). Quando noutros países já se ia abandonando a estratégia memorialística da nação-memória (Nora, 1993), em Portugal ainda se reforçava a memória oficial do Estado através de um ensino oficial e de práticas patrimoniais concebidas para indutar percepções fechadas numa dialética sem interlocução, legitimando um contexto intolerante e totalitarista (Pereira, 2011, p. 80). A memória exercia, assim, o seu papel enquanto ferramenta de conservação do poder em Portugal, impondo-se à sociedade através de um discurso memorialístico oficial, controlado por um aparelho governativo que impunha fronteiras culturais bem definidas para evitar conflitos sociais, culturais ou históricos acerca do seu valor, significado ou natureza dessas mesmas memórias (Smith, 2006).

Importa, nesse sentido, referir o estudo de Luís Filipe Raposo Pereira sobre o Museu de Arte Popular enquanto exemplo de plataforma de conceção do discurso imposto pelo poder estabelecido. Segundo a sua análise do enquadramento legislativo desde a chegada de Salazar ao poder, os museus portugueses, enquanto espaços privilegiados para a transmissão de valores do modelo governativo em vigência, foram apropriados pelo Estado Novo para o seu exercício de legitimação, através do ordenamento das suas atividades orgânicas e funcionais (Pereira, 2011, p. 86). A preferência desses decisores culturais passava, por isso, por discursos museológicos que atestavam o valor intrínseco dos objetos expostos enquanto meios de transmissão dos conceitos veiculados, rejeitando as suas potencialidades interpretativas (Pereira, 2011, p. 97). O autor refere ainda os casos da Exposição Colonial do Porto em 1934, da Exposição Histórica da Ocupação de Lisboa, em 1937, e da Exposição do Mundo Português como exemplos de espaços expositivos geradores de uma propaganda política

assente na pedagogia formativa. Os festejos e as encenações cénicas aí criadas visaram, essencialmente, a perpetuação da imagem do país idealizado pela elite, na qual a modernidade e a memória se casaram para garantir o futuro entendimento cultural do país. Passando, a partir daí, os museus e o património a serem um dos principais veículos da sua transmissão (Pereira, 2011, p.98).

Podendo ser considerado como o período em que a coercividade do discurso memorialístico oficial atingiu o seu auge em Portugal, importa lembrar a ideia de que a politização do fenómeno memorialístico não é algo que se limita ao passado. Nem tão pouco se faz valer exclusivamente em regimes de cariz autoritário, muito pelo contrário. Sociedades democráticas também se alicerçam no uso da memória, principalmente se se considerar a coincidência do processo de democratização do Estado português com o que Laurajane Smith identifica como *commemorative fever*.

A autora recorre a esse termo para classificar o período em que as minorias sociais começaram a exigir lidar com as suas próprias memórias (Smith, 2006), na segunda metade do século XX. Como memorialismo renovado, esse advento trouxe consigo uma multiplicidade de sensibilidades e memórias de novos grupos, entretanto emancipados, que vinham reclamando uma rutura com a proeminência dessas concepções museológicas tradicionais. É neste sentido que importa também reter os estudos de Michael Pollak, nos quais critica a teoria de Maurice Halbwachs de que a memória coletiva é um processo afetivo de adesão e a sua dimensão nacional é o seu clímax. Inversamente, defende que é um fenómeno imposto e coercivo que, em momentos de crise, sofre sobressaltos bruscos (Pollak, 1989). E terá sido então, por isso, que afloraram as identidades minoritárias. Encontrando-se na marginalidade e no silêncio, como um resultado dessas crises encontraram condições políticas e sociais favoráveis para desafiar o discurso patrimonial oficial, com o intuito de se emergirem.

Assim, podem considerar-se as últimas décadas como o espaço temporal que conheceu mais confrontos entre memórias, visto que o património associado a passados menos positivos começou a entrar em colisão com um memorialismo associado ao que convinha lembrar (Smith, 2006), sobretudo em regimes subsequentes dos totalitarismos do século XX, que vinham tentando evitar a abordagem a memórias alternativas à hegemónica para evitar criar sérias cisões sociais. Nesta nova vaga, então, começaram a surgir memórias daqueles que, muito além de se sentirem silenciados ou dominados por uma narrativa ideológica imposta, pertenciam a minorias sociais vencidas por um totalitarismo que as submetera às mais variadas espécies de subjugação. Começando a usufruir de transformações políticas que as integrou no cenário político, e, assim, de novas oportunidades para lidarem com as suas memórias do período precedente, operaram mudanças nas leituras do passado. Não como o anterior, intensamente dedicado à glorificação do passado, mas como tentativas de lembrar para tirar ensinamentos (Sodaro, 2020, p. 13).

Ingénuo será pensar, contudo, que as memórias que pautam os comportamentos e formas de estar dos variados grupos sociais têm a mesma carga emocional. De facto, são as experiências traumáticas as que mais exercem influências comportamentais nos indivíduos que se lhes associam. Estando, na maioria, por resolver, as memórias difíceis são as mais passíveis a se gerarem ressentimentos e reações mais impetuosas. Ou seja, quanto mais os eventos catastróficos se consideram reprováveis e censuráveis, mais constrangimentos criam, sendo os que mais probabilidade têm em criar cisões nas sociedades. Assim, para evitar fraturas irreversíveis causadas por essas memórias traumáticas e subversivas dos períodos ditatoriais, as democracias começaram, então, a demonstrar abertura em admitir os erros históricos dos regimes prévios. Sendo o perdão uma parte necessária da interação contemporânea, a estratégia democrática passou a conferir à memória o dever de contribuir para a reconciliação nacional, ao libertar os indivíduos do silêncio (Martins, 2015). No sentido de procurar sarar feridas entre fações sociais que se mostraram antagónicas nos períodos ditatoriais - entre os que promoveram, ou permitiam através da inação, ações repressivas e os que com elas sofreram.

Tudo isso começou, então, a ser posto em prática com a consolidação das democracias resultantes do fim das ditaduras repressivas europeias. O impulso terá sido dado, sobretudo, por necessidade, para garantir que, através do estudo histórico da memória e da sua patrimonialização, os grupos sociais que anteriormente se barricaram em lados antagónicos passassem a conseguir relacionar-se melhor, com vista a manter a desejável coesão nacional. Isto permitiria, por exemplo, que os ostracizados por classes privilegiadas durante os regimes fascizantes as perdoassem e que se perdoassem a eles próprios.

Sendo o século XX uma *Era da Catástrofe*, como lhe chama Hobsbawm (Hobsbawm, 1996), por ter sido o que mais fez perpetuar na memória contemporânea cenários horripilantes de fações antagónicas que se martirizaram umas às outras, foi, conseqüentemente, aquele que mais fez urgir a necessidade de se criarem discursos memorialistas que os apaziguassem:

“A necessidade do testemunho foi, indubitavelmente, um dos marcos mais sensíveis desta ferida permanente da história do século XX. O carácter que subjaz a importância do ato que proclama o testemunho serviu não só para a apreensão do modo como foi possível levar a cabo a animalização do homem, a sua des-subjectivação, a sua aproximação ao limiar do abjeto, como para confrontar a História com a limitação daquilo que é passível de ser apreendido na ausência de experiência. Foi realmente nesta dobra do que é o limiar da desumanização do homem que a linguagem e a imagem surgem aliadas no combate à ignorância” (Fortunato, 2012, p.6)

A partir dessas experiências traumáticas começaram, então, a proliferar o tipo de memórias consequentes. Contudo, é ingênuo pensar que este foi um movimento independente do desenvolvimento cultural e científico do pós-guerra. O desenvolvimento económico sem precedentes que ocorreu nesse período fez caminhar a seu lado um desenvolvimento social ímpar, que, nos países ocidentais, permitiu uma ascensão económica sem precedentes de estratificações sociais mais baixas. Daí resultou a ascensão de grupos silenciados que rejeitavam a anterior ordem histórica das relações humanas. Onde, antes, valores conservadores impostos ditatorialmente garantiam a estabilidade nacional, a libertação desses grupos identitários silenciados proporcionou a reclamação das suas próprias ambições (Hobsbawm, 1996), sendo que nelas vinha incluída, naturalmente, a vontade pela representação das suas próprias memórias. Em suma, como fruto desse tempo, a afirmação de novas práticas de patrimonialização de memórias difíceis veio de encontro às necessidades de visões diferenciadas da realidade que se emergiam socialmente.

O caso português exemplifica bastante bem essa realidade. Saído de um autoritarismo que impunha um discurso memorialístico uno e nacional, em que memórias representativas de minorias identitárias não eram alvo de estratégias de valorização, a partir de 1974 a prática alterou-se, abrindo-se à participação comunitária. Multiplicaram-se e diversificaram-se iniciativas populares e locais. Por todo o país emergiram associações de valorização do património local e tiveram lugar inúmeras atividades de levantamento e recolha de coleções. Intercâmbios entre especialistas e profissionais portugueses e estrangeiros das áreas do património e da museologia renovavam e reformulavam as práticas memorialísticas e historiográficas. Contudo, interpretações ou produções historiográficas sobre a anterior ditadura e a sua natureza opressiva e limitativa das liberdades individuais e coletivas minoritárias que tenham incidido em desenvolvimentos museológicos e/ou de valorização de património que se lhe associa não proliferaram pelo território nacional até há poucos anos. Seria espectável que os grupos sociais emergidos de um silêncio memorialista para o jogo do poder, gerassem mais conhecimento sobre esse período. Apesar de supostamente partilharem da intenção de expor património libertado das amarras da censura, durante décadas não fomentaram verdadeiramente o processo de preservação dessas memórias problemáticas e possivelmente desagregadoras da memória coletiva nacional.

Isto pode ser explicado, em primeiro lugar, por um debate público nos meios nacionais e internacionais, sobre a ditadura portuguesa, que fica ainda aquém do desejável para a devida complexificação do período, sendo que se continua a preferir discursos mitificadores e polémicas estéreis (Nunes, 2013, p. 372). Se assim não fosse, permitir-se-ia catapultar esses fenómenos para uma outra escala dramática. No caso alemão, por exemplo, a exposição pública internacional do nazismo e do Holocausto criou nos alemães uma grande necessidade de procura por estratégias para lidarem com as suas próprias memórias sensíveis. Uma delas passou, exatamente, pela musealização de

património ligado a esse fenómeno, pela exposição das práticas horríveis de um regime racista e opressivo, algo que exponenciou a necessidade alemã de promover o memorialismo e suas práticas associadas. Como que se ao reutilizarem esses mesmos espaços para outro fim se fizesse justiça à memória das suas vítimas, mesmo apesar de também ter existido uma outra estratégia paralela de tentativas de banalização de espaços de memória nazi. Contudo, comparativamente com o caso português, são conhecidos bastantes mais casos de estratégias patrimoniais relacionadas com memórias traumáticas relacionadas com antigas ditaduras (Macdonald, 2006).

Como referido, no caso português a exposição pública internacional sobre as práticas violentas dos regimes do século XX não aconteceu em larga escala, pelo que pressões que pudessem incentivar o Estado português a procurar estratégias de recordação das vítimas do Estado Novo não se fizeram valer. Avelãs Nunes identifica um segundo problema na opção do Estado português por uma estratégia comunicativa tendencialmente não problematizadora e complexificante da memória sobre o período ditatorial (Nunes, 2013, p. 366), ou seja, pela preferência da falta de aposta num desejável aproveitamento educativo, científico, patrimonial e museológico da memória do Estado Novo (Nunes, 2013, p. 372).

Algo que ajuda a perceber esta realidade é a análise à forma como o processo democrático ocorreu em Portugal. Francesca Blockeel, partindo do exercício de comparação entre a democratização do Estado português e do Estado espanhol, argumenta que o caso português, apesar de partir de uma condição muito diferente, acabou por optar por uma estratégia de silenciamento da verdade histórica da ditadura depois do advento da democracia. Tal como em Espanha, apesar de em Portugal ter ocorrido uma revolução que proporcionou uma clara separação entre o “antes e o depois”, a transição democrática acabou por ser operada por algumas franjas políticas comprometidas com a ditadura (Blockeel, 2013), algo que não deixará de ter influência na escassez de estratégias museológicas relacionadas com essas memórias politicamente sensíveis.

Fernando Pereira Marques, partilhando a mesma opinião, considera que o processo que implantou a democracia não foi uma verdadeira rutura com a ditadura. Terá sido, antes, uma adaptação tumultuosa da organização dos poderes às novas circunstâncias sociais e económicas, desencadeada pelo poder militar do qual a ditadura dependeu (Marques, 2013, p. 138). Também a investigadora Filipa Raimundo defende o caráter transitório da revolução de Abril, pelo que enuncia um caso concreto dessa realidade:

“(...) houve um partido que permitiu que alguns ex-elementos da elite política da ditadura se mantivessem na cena política nacional, alegadamente a convite do General Spínola, (...) que deu origem ao Centro Democrático Social (CDS) (...). Já os membros da semi-oposição, representada pela

chamada Ala Liberal, (...) fundaram ou aderiram a um novo partido de centro direita, o Partido Social Democrata” (Raimundo, 2015, p. 10).

Além disso, aponta, ainda, para outra particularidade do processo democrático pós-1974 que foi fundamental para o abandono do cariz revolucionário dos primeiros anos da democracia: o principal partido de esquerda, próximo da social-democracia europeia e maioritário em todas as eleições democráticas subsequentes, preferiu a estratégia transitória, em vez da intransigência revolucionária reclamada pelo Partido Comunista Português. Isso contribuiu para esse esvaziamento do debate memorialístico sobre a ditadura na consolidação da democracia (Raimundo, 2015, p.26).

De facto, os partidos mais ligados ao setor de oposição ao Estado Novo, constituídos em grande maioria pelos que foram encarcerados nos espaços de repressão política (pelo que representam as maiores necessidades na perpetuação dessa memória), têm composto sempre uma minoria dos lugares da Assembleia da República. Assim, e apesar das mudanças de regime terem quebrado com os tradicionais bastiões ditatoriais, a permeabilidade democrática às figuras que compunham os quadros do Estado Novo começou a operar-se não só politicamente, alastrou-se, à sua memória (Rosas, 1999).

Importa ter em conta o exemplo da dissolução da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Estando encarregue da divulgação e organização de fontes históricas relacionadas com o Estado autoritário, a decisão de extinguir a sua ação não deixa de ser reflexo da permeabilidade das instituições democráticas ao espírito revisionista e desculpabilizador que se seguiu ao período revolucionário pós Abril de 1974. Também a concessão de pensões pelo Estado a ex-agentes da PIDE pelo primeiro governo de maioria absoluta de Cavaco Silva, principalmente porque a mesma terá sido recusada a Salgueiro Maia, é disso exemplo (Soutelo, 2013). Ou o facto da primeira Presidência da República democraticamente eleita ter sido exercida por um militar que nada teve a ver com o 25 de Abril, nem com qualquer movimento de resistência antifascista, ou que nos primeiros 20 anos de democracia apenas 6 ministros tivessem feito parte de qualquer organização de oposição democrática à ditadura (Loff, 2014).

A partir destes casos se pode fazer um exercício de compreensão da razão das práticas museológicas, que levantam questões de fundo sobre um qualquer tipo de memorialismo ideológico, não terem surgido em larga escala na democracia portuguesa. Sendo os museus entidades públicas que se caracterizam como espaços de negociações, tensões e contradições, a estratégia do Estado passou por evitar a problematização da História e da memória neles, pela recusa de projetos museológicos de divulgação de leituras científicas atualizadas sobre o século XX. Consequentemente, todo e qualquer espaço simbólico e representativo de memórias não agregadoras, numa lógica de cultura de massas (seja através da musealização de espaços memoriais ou da sua mera recuperação

patrimonial), não tem sido, desde aí, aposta assumida pelos decisores políticos em Portugal. Como refere Laurajane Smith, quando o património tem mensagens contraditórias das normas prevaletentes e/ou da ideologia dominante, acaba condicionado pelas vontades políticas do poder estabelecido (Smith, 2006).

Assim, museus sobre a anterior ditadura e a sua natureza opressiva e limitativa das liberdades individuais e minoritárias não proliferaram pelo território nacional, apesar de, no último quartel do século XX, a prática museológica e patrimonial das memórias se ter alterado e aberto à participação popular através da multiplicação de iniciativas de incentivo à emancipação das identidades subvertidas (Smith, 2006). O processo de preservação de património relacionado com as memórias das vítimas da opressão exercida pelo Estado Novo só se alterou ligeiramente há poucos anos atrás. Até aí, então, a realidade portuguesa tendeu mais à tentativa de banalização dos espaços associados às memórias sensíveis da resistência à ditadura, como aconteceu no caso de Nuremberga denunciado por Sharon Macdonald, onde, como resposta a possíveis situações em que essa cidade fosse vista como farol de resistência de um passado que se pretendia esquecer, lhes foram atribuídas funções aleatórias dos mais variados tipos de serviços estatais (Macdonald, 2006).

É sobre esta mudança de paradigma no cenário memorialístico sobre passados politicamente sensíveis e como isso continuou a ser palco de lutas pela memória na democracia portuguesa que tratará o seguinte ponto, focando-se, essencialmente, nos espaços-memória associados, através da análise dos conteúdos programáticos da sua musealização e do exercício de comparação com casos de outros países que partilham memórias dissonantes.

c) ESPAÇOS DE MEMÓRIAS SENSÍVEIS – LOCAIS DE DISPUTA

“Memorialisation, and the ceremonies that surround memorials, are a very clear example of cognitivisation, fixing meanings over time by attaching them to physical monuments or places, and by repetition and restructuring in rituals of remembrance.”

(Benton & Cecil, 2010, p. 19)

Nos últimos anos, a situação da falta de espaços de memória sobre memórias politicamente sensíveis em Portugal tem conhecido uma ligeira tendência inversa. Estes têm florescido, embora timidamente, devido a manifestações socioculturais que questionam o período ditatorial do Estado Novo, protagonizadas pelas vítimas do Estado Novo. Destas se destacam o *Movimento Cívico Não Apaguem a Memória* e a *União de Resistentes Antifascistas Portugueses*. Terão sido alguns acontecimentos recentes, como por exemplo o intenso debate público criado em torno da vitória de

António Oliveira Salazar num concurso televisivo da estação pública RTP denominado *Grandes Portugueses*, a transformação da antiga sede da PIDE/DGS num condomínio de luxo, ou a influência do intenso debate em Espanha sobre a lei da memória histórica, que despertaram nesses movimentos a mobilização para a defesa da memória do antifascismo (Raimundo, 2015, p. 26).

Foi, assim, da vontade civil e não de incentivo do Estado, que dava como adquirido que o progresso social e económico das décadas posteriores à revolução garantiria um esquecimento da ditadura (Farinha, 2017, p. 23), que se propôs a musealização de espaços-memória da resistência à repressão política do Estado Novo, a qual se materializou numa petição, com mais de seis mil assinaturas, que exigia a aprovação de uma lei-quadro que assegurasse a criação de espaços museológicos onde a memória da resistência antifascista e a luta pela liberdade servissem como charneira pedagógica para novas gerações (Coutinho et al., 2018, p. 225). Com isto conseguiu-se uma resolução da Assembleia da República que recomendou ao Governo a implementação de museus e memoriais em locais relacionados com a memória da luta antifascista, bem como a implementação de uma rede relacionada com museus de resistência e liberdade (Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008, 2008)¹.

Analisando essa alteração de vontades memorialísticas da sociedade portuguesa, este despertar para a musealização da memória do Estado Novo vai de encontro à tese de Laurajane Smith, que explora a ideia de que, nas últimas décadas, as estratégias culturais hegemónicas dos Estados têm sido desafiadas por grupos sociais minoritários que perceberam que o domínio das suas próprias memórias é essencial para se compreenderem a eles próprios enquanto coletivo, bem como para que os outros os compreendam da mesma forma (Smith, 2006). Demonstrando, por isso, ser um exemplo de exercícios de controlo sobre memórias, que visam a legitimação da sua própria identidade, processos estilizados e negociados para gerarem alinhamentos coletivos.

Para o mesmo sentido aponta Amy Sodaro, que após referir que os museus de memória que proliferaram a partir da segunda metade do século XX mudaram a forma como as sociedades se relacionam com o passado, argumenta que esse mesmo passado negativo passou a ser peça central das sociedades contemporâneas devido à reclamação de reconhecimento por parte dos grupos vitimizados. Terá sido a partir dessa validação que se foi construindo uma identidade coletiva num passado partilhado de vitimização e, assim, redefinindo as relações do presente. De acordo com a autora, isto prova que a vitimização se tornou uma importante ferramenta política, moral e social (Sodaro, 2020, p. 17).

¹ Ver anexo I.

Por isso, é fundamental perceber que estes novos processos de emergência de memórias coletivas politicamente sensíveis, que emergiram tardiamente em Portugal, não deixam também de ser resultados de quem os controla. Aliás, acabam, até, por o ser ainda mais, tendo em conta que, enquanto processos que lidam com poderosas memórias de experiências dramáticas e traumáticas, são mais facilmente manipuláveis para criarem impacto (Benton, 2010b), principalmente quando apoiadas por espaços-memória que o exponenciam, como o são antigas prisões políticas.

Considere-se, por exemplo, o caso de Auschwitz, apresentado por Tim Benton (Benton, 2010a). A partir do momento em que foi estabelecido enquanto museu, após a sua libertação da posse dos nazis e da posterior função enquanto prisão polaca, a sua narrativa museológica metamorfoseou-se consoante as necessidades dos diferentes grupos que nele sentiram a necessidade de materializar as suas memórias. Primeiro, foi utilizado pelos polacos como museu que abordava o espaço enquanto memorial do martírio dos seus pares, relegando para o mínimo a memória dos judeus aí exterminados. Algo que servia os objetivos do regime afeto à URSS, que pretendia explorar uma temática que enfatizasse os crimes alemães como consequência dos fascismos europeus e do imperialismo anglo-saxónico para criar condições propícias ao desenvolvimento de uma identidade polaca que rejeitasse os regimes afetos e identificados com os Estados Unidos da América e com a Europa Ocidental e fosse afeta à identidade soviética estalinista, servindo objetivos políticos claros.

Só décadas mais tarde começou a ser realçada a memória judia do antigo campo, se bem que de forma ainda muito restrita, pois incompatibilizava-se com a política anti-sionista levada a cabo pelo governo polaco na década de sessenta. Apenas com a declaração do sítio enquanto Património Mundial pela UNESCO se começou a alterar o sentido das memórias aí refletidas, a par com uma conjuntura político-social que seguiu o rumo da democratização dos Estados pró-soviéticos e possibilitou a emergência de memórias emancipadas do discurso memorialístico hegemónico. A partir disso foi ganhando a memória do espaço enquanto local de indiferença e cumplicidade polaca para com os martírios aí ocorridos.

Contudo, mais recentemente se mudou o sentido da memória espelhada. Mais uma vez o Estado polaco procurou instrumentalizá-la, mesmo que agora libertado das amarras soviéticas, demonstrando que nem mesmo Estados democráticos deixam de o fazer. Em 2007 foi favoravelmente decidida a mudança de nome para *Auschwitz-Birkenau German Nazi Concentration and Extermination Camp (1939-1945)*, pela UNESCO, afastando qualquer associação polaca dos horrores aí cometidos e reforçando a memória instrumentalizada e propositadamente construída do espaço enquanto exclusividade da barbaridade alemã. Este exemplo é, assim, demonstrativo de como os significados dos espaços de memórias politicamente sensíveis são adaptados consoante a vontade política e social que domina os diferentes períodos temporais.

A partir desta análise de Tim Bentom, pode compreender-se melhor como o aumento da mobilização civil, que reclamou a valorização dos espaços de memória ditatoriais em Portugal, conseguiu a transformação de uma das antigas prisões políticas do Estado Novo no *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*. Aproveitando um ambiente político-social favorável para a emergência desse tipo de memorialismo em Portugal, remodelou-se o edifício da antiga prisão política do Estado Novo para fins museológicos interpretativos das memórias dissonantes aí representadas. Começando por ser palco de uma primeira exposição intitulada *A voz das vítimas*, em Abril de 2011, foi depois para aí criada pela Câmara Municipal de Lisboa uma comissão instaladora responsável pela redação do programa de conteúdos programáticos, científicos e museográficos e pela definição de tarefas e pelos recursos humanos, técnicos e financeiros adequados para a criação do futuro espaço museológico. Foi também criado um Conselho Consultivo composto por personalidades e instituições de memória (Martins, 2015, p. 52).

Inaugurado simbolicamente a 25 de Abril de 2015, subsiste, ainda, como único exemplar de valorização museológica de memórias da resistência ao Estado Novo, visto ainda não se poder considerar que o Museu Nacional Resistência Liberdade funciona em pleno. Os seus objetivos estão identificados na valorização da liberdade democrática e na consciencialização cívica e política.

Compromete-se, nesse sentido, a cumprir uma dramatização desejada na apresentação dos conteúdos museológicos para gerar impacto nos seus visitantes, de modo a fazer ainda mais sentido para a compreensão do passado dos grupos anteriormente subalternos (Benton, 2010b). Ou seja, o discurso interpretativo das memórias aí representadas exponencia, propositadamente, a carga dramática do espaço. Feitas com mestria, a montagem da exposição, a organização dos conteúdos e a colocação de equipamentos auxiliares ao discurso reforçam o forte efeito psicológico do próprio imóvel. É, assim, através dessas valências, cumprindo os requisitos das práticas museológicas mais recentes, que demonstra o passado de atentado às dignidades humanas.

Sendo o primeiro caso deste tipo de museus em Portugal, arriscava-se a ser o único. Apesar da anteriormente referida resolução da Assembleia da República de junho de 2008 especificar a valorização e apoio ao *Museu da Resistência* já existente em Peniche, instalado num outro antigo cárcere político da ditadura, o espaço esteve em vias de ser concessionado a privados. Mais uma vez, só após manifestações cívicas, desta feita contra a inclusão da antiga prisão da Fortaleza de Peniche numa lista de património estatal a ser cedido para fins hoteleiros e turísticos, o Estado acabou por voltar atrás na sua decisão e determinou a criação de um espaço interpretativo e educacional da memória da resistência antifascista. A iniciativa civil, como anteriormente, foi essencial para revitalizar memórias que teimavam estar silenciadas pela inatividade de um Estado que continuava a não apostar num discurso memorialístico devidamente interpretado que permitisse a discussão da ditadura,

complexificasse a sua história e, conseqüentemente, impulsionasse o desenvolvimento sustentável da participação democrática (P. Carvalho, 2019).

Como defende Avelãs Nunes, apesar da museologia ser um instrumento de transformação da realidade de cariz científico que abre a possibilidade de acrescer valores de pluralidade e de compreensão da diversidade nas sociedades, fá-lo de modo complexo, problematizante e objetivante (Nunes, 2016). Isto, muito provavelmente, vinha provocando o afastamento político em relação à promoção da patrimonialização e musealização deste género de imóveis, tendo em conta o esforço de desmistificação e banalização do património do Estado Novo que vinha ocorrendo desde 1974 (Coutinho et al., 2018). Ou seja, optou-se pela indiferença em relação a esse património, o que constitui uma ação demonstrativa dessa relação entre poder político e memória, pois também a inoperância pode ser um ato de consciência, mesmo apesar do *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade* ter sido um caso díspar, principalmente porque, sendo de tutela municipal, contava com um executivo mais favorável à sua musealização.

Acabou, por isso, por ser criada a *Comissão de Instalação dos Conteúdos e de Apresentação Museológica* (CICAM) do futuro *Museu Nacional Resistência e Liberdade* através do despacho do Ministério da Cultura de 12 de Janeiro de 2018². O passo seguinte deu-se no sentido da abertura de um concurso público para a recuperação, requalificação e valorização da Fortaleza de Peniche com vista ao fortalecimento do sentimento de identidade partilhada (Albino & Pereira, 2017, p.7). É de realçar que os 22 trabalhos que se apresentaram a concurso acabaram por ser apresentados publicamente através da exposição *Concurso Público de Arquitetura: Museus Nacional Resistência e Liberdade* no Museu de Arte Popular, entre 21 de junho e 16 de setembro de 2018, e depois no Auditório Municipal de Peniche entre 5 e 21 de outubro do mesmo ano, revelando que, apesar de tudo, passou a existir uma louvável vontade das instituições públicas de envolver a sociedade civil no processo em curso. Até ao momento foram já inaugurados o *Memorial aos antigos presos políticos* e uma exposição temporária, denominada *Por teu livre Pensamento*. Esta exposição, ainda aberta ao público, constitui-se por quatro núcleos e com um discurso museológico autodefinido como uma homenagem aos presos políticos e suas famílias

Tal como nos outros casos já demonstrados, importa referir que, mesmo sendo louvável e desejável a criação de espaços interpretativos que se debrucem sobre este tipo de memórias difíceis que têm estado silenciadas pela inatividade do Estado, os processos de criação dos seus conteúdos museológicos, bem como as atividades desenvolvidas posteriormente pelas suas equipas, não deixam de ser vítimas de condicionalismos sociais e políticos. Lembre-se que a preservação da memória é um

² Ver anexo II.

ato de escolhas e que a questão do que deve ser ou não lembrado contorna a verdade absoluta para ir de encontro à verdade relativa de quem a conta. Sobretudo quando usadas como meios de educação para determinados públicos, são permanentemente permeáveis aos sentidos que certas hegemonias lhes querem dar (Brito, 2006).

Os museus, sendo um desses meios, acabam sempre por atribuir valores de forma mais ou menos intencional em todos os seus processos, começando pelo seu projeto arquitetónico, passando pela ordenação dos espaços, pela definição dos conteúdos a apresentar ou pelas opções programáticas. Mais ainda quando o distanciamento em relação à memória representada é menor ou quando as aproximações às ideologias dominantes são maiores (Anico, 2006), pelo que “O ponto central é reconhecer as especificidades desses lugares, as conexões políticas e científicas que os sustentam e os desígnios a que respondem.” (Oliveira, 2019, p. 150). Nesse sentido, estes dois projetos museológicos de abordagem a memórias politicamente sensíveis não evitam, de modo algum, essas condicionantes. Pelo contrário, são palcos privilegiados de luta política pelo controlo dessas mesmas memórias, onde ambicionados pressupostos de pluralidade e de multiplicidades de leituras históricas são vítimas de fortes condicionantes políticas.

A capacidade dos políticos, historiadores, profissionais de museus ou das próprias vítimas na transformação dos seus discursos é determinada por sentimentos de pertença, apesar de por vezes ser um argumento subestimado nas discussões sobre cultura (Clarke, 2017, p. 64). Mesmo em democracia, esses condicionalismos tendem a persistir, como se pode ver no caso alemão de Postdam analisado por David Clarke, sobre o qual ele atenta que a memória do espaço é politizada (Clarke, 2017). O discurso do *Leistikowstraße Memorial Museum*, sendo um museu que comemora as vítimas da ocupação soviética na Alemanha, tem alternando entre uma condenação mais exacerbada e outra suavizada sobre esse passado dissonante, consoante a natureza política dos executivos locais e as influências que exerciam sobre a apresentação dos conteúdos museológicos. O autor dá o exemplo de quando, por necessidade eleitoral, a CDU alemã teve necessidade de se coligar com partidos de esquerda para ocupar o poder regional, e, por isso, desencorajou associações positivistas ao antigo Estado socialista da República Democrática Alemã através de influências sobre a programação do museu, que descentralizou a perspetiva das vítimas do antigo regime comunista (Clarke, 2017, p. 64).

Importa especificar de que forma isso se verifica no projeto do futuro. Analisada a composição da *Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica* e o seu modo operandis, pode argumentar-se que a leitura histórica do Estado Novo é condicionada por ligações políticas. Primeiro, porque os seus membros não usufruem do mesmo poder de decisão, sendo aqueles que, presumivelmente mais garantias darão para a objetividade da programação cultural e expositiva que estão afastados de qualquer tipo de direito de voto em relação à mesma. Ou seja, os centros de investigação que fazem parte da dita comissão, sendo instituições científicas e, por isso,

profundamente conhecedoras das condicionantes que envolvem os processos museológicos de memórias sensíveis, são remetidos para um lugar subalterno no que toca à decisão final dos conteúdos que virão a ser apresentados. Este cenário é díspar ao desejável num museu nacional sobre memórias politicamente sensíveis, onde seria espetável que os conteúdos fossem criados com recurso à história científica e independente, feita por profissionais, para ajudar à retificação dos erros comuns da memória (Le Goff, 1990, p.23 e 25). Segundo, porque dos membros da comissão que usufruem desse poder decisório têm proximidade política com o governo em funções: dos 11 membros com poder decisório, 3 são compostos por representantes de organismos do Estado – Diretora Geral do Património Cultural, Presidente da Câmara Municipal de Peniche e Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura. Com isto, corre-se o risco de comprometer a pluralidade de visões políticas de um museu erigido em democracia, principalmente se considerada a ideia de que, por mais tentador que possa ser imaginar que uma memória é íntegra, isso ignora os motivos instrumentais e muitas vezes egoístas da lembrança coletiva da violência, especialmente quando, como é o caso, está incorporada em instituições e formas culturais criadas e administradas pelo Estado (Sodaro, 2020, p. 23). Por fim, os restantes lugares que compõem a dita Comissão são compostos em exclusivo por quem fez parte das vítimas do Estado Novo. Entendendo-se a memória enquanto forma de clamação de reconhecimento pelos que sofreram e funcionando, a partir disso, como ferramenta política, moral e social, pode assumir-se que neste caso existe o risco de o museu poder vir a servir como ferramenta de obtenção de legitimidade política e de, conseqüentemente, restringir a facultividade da memória (Sodaro, 2020, p. 20).

Ou seja, o imperativo da memória do qual este museu resultou poderá vir a resultar no silenciamento de narrativas e versões diferentes desse passado. Importa, por isso, fazer referência à entrevista de João Paulo Avelãs Nunes que, enquanto membro dessa comissão, sem poder decisório, considerou deficiente a composição da *Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica* num museu que se dedica a um tema pluripartidário (Gori & Torreggiani, 2019).

Tenha-se em atenção o seguinte aspeto: sendo este um museu que aborda a temática da luta pela liberdade e pela democracia, seria natural e desejável que fosse feita uma interpretação de todas as ditaduras que atropelaram as liberdades individuais e exerceram a violência sobre minorias, já que, segundo o *Guião para os Conteúdos* do futuro *Museu Nacional Resistência e Liberdade*, serão abordados num espaço específico o fascismo e o nazismo enquanto ditaduras que atropelaram as liberdades individuais e a multiplicidade de ideologias políticas (*Programa Preliminar - Concurso Público de Conceção Para a Elaboração Do Projeto Do Museu Nacional Da Resistência e da Liberdade*, p. 4). Contudo, o mesmo não acontece sobre um outro regime ditatorial que deu azo a uma mesma restrição de liberdade e à perseguição dos seus opositores, de forma tão ou mais violenta: o estalinismo. Isso pode ser demonstrativo que as estratégias museológicas podem estar concertadas

com determinados objetivos político ideológicos, já que são intencionalmente omissas apenas algumas referências a ações opressivas de específicos regimes ditatoriais. Como diz Apayadin, a memória e o património também podem ser considerados uma ameaça por aqueles que ambicionam determinada hegemonia de pensamento crítico (Apayadin, 2020, p. 24), pelo que a omissão de certas ditaduras, num museu que se compromete, no seu programa, a demonstrá-las num sentido crítico para permitir a consciencialização cívica sobre as valências da democracia, revela-se um exemplo de revisionismo histórico, assente na instrumentalização museológica de memórias politicamente sensíveis.

Tendo abordado, até aqui, os espaços de memórias politicamente sensíveis na perspetiva das vítimas de regimes totalitários e opressivos, importa passar a explorar o património relacionado com esses regimes que não comportam, necessariamente, essa ligação. Ou seja, aquele que, mesmo servindo para recordar esses regimes políticos e as suas práticas, não é obrigatoriamente tido em conta como uma materialização da memória das suas vítimas, apesar de também poder comportar a valência de poder atuar socialmente no presente através da consciencialização sobre os perigos de ideologias intolerantes e autoritárias.

Quando apetrechados de estratégias museológicas, lugares relacionados com as ditaduras também conseguem servir como lembrança de passados difíceis para cumprirem esses requisitos. Como locais intimamente ligados com essas memórias, fornecem oportunidades excelentes para a discussão e análise do papel das gerações seguintes na prevenção do silêncio e do esquecimento (Hepworth, 2019, p.1). Nesse sentido, o processo de escolha dos conteúdos museológicos a serem considerados poderão servir para lembrar ou esquecer os aspetos a serem considerados, visto que conseguem prover uma narrativa seletiva desse passado ditatorial (Bartolini, 2018). Ou seja, tão importante como relembrar, é esquecer propositadamente (Benton & Cecil, 2010, p. 17), pelo que também esse património que se relaciona com ditaduras, mas não com as suas vítimas, pode servir como plataforma educativa para que se rejeite, no presente e no futuro, esse passado. Mostrar os horrores de regimes fascistas pode persuadir vitalmente para as valências da democracia (Benton, 2010, p. 131).

Tenha-se, por isso, em consideração o caso do património nazi de Nuremberga abordado por Sharon Macdonald. Sendo composto por diferentes espaços-memórias que gerariam tensões sociais, foi sofrendo com mudanças de estratégias programáticas para que, primeiro, se evitassem impressões favoráveis e, também, para que cumprissem a missão de servir como veículo educativo para o reforço da democracia, através de estratégias museológicas bem conseguidas e conscientes das suas particularidades. Ou o caso do Estádio Olímpico de Berlim que, sendo também ele associado a fortes evocações emotivas, acabou por se decidir pela sua recuperação em 2006, após mais um intenso debate sobre se na Alemanha se devem, ou não, demolir espaços relacionados com o nazismo (Benton, 2010, p. 137).

No mesmo sentido se pode compreender o que se tem sucedido com o património fascista italiano. Ao longo dos anos, por exemplo, o imponente complexo desportivo Foro Mussolini, que foi criado para demonstrar os ideais Fascistas do culto da prática desportiva e tem sido cenário de lutas entre diferentes grupos identitários, foi recuperado e louvavelmente apetrechado de formas de contextualização para evitar apropriações indesejadas:

“The legends have been tidied up, to accentuate the good features of the regime. The dates, which were originally written in the Fascist style (that is, XI EF, meaning the eleventh year of the Fascist regime (Era Fascista) (1936)), have been converted into conventional dates. There is even a new block with the legend ‘End of the Fascist Era’ (Benton, 2010a, p. 141)

Já o caso da *Villa Torlonia*, antiga residência de Mussolini em Roma, foi transformado num museu que se demonstra consciente das transformações e dos significados atribuídos aos locais associados a passados sensíveis. Tanto que o papel de Mussolini é propositadamente igualado ao dos seus antigos proprietários, como que a procurar equipará-los em termos de mediatismo e relevância histórica, rejeitando, assim, a procura por uma museologia simplista que procure explorar o mediatismo de que o antigo ditador ainda goza. Nesse sentido não é introduzida a sua biografia na narrativa museológica, nem nos espaços da Villa por si fundados, fazendo com que os visitantes não associem de imediato o espaço a uma memória politicamente sensível (Bartolini, 2018).

Todos os espaços-memória de passados politicamente sensíveis são locais com significados concebidos para que se materializem vontades pré-determinadas. O que lhes dá uma grande variedade interpretativa, determinada por contextos, conjunturas ou sistemas político-sociais, pelo que é importante que os seus significados sejam submetidos a uma interpretação museológica que tenha consciência da sua característica dissonante e os submetam à missão de serem vetores de desenvolvimento do funcionamento democrático. É essencial que se pense na construção de narrativas que explicitem os procedimentos pelos quais memória e identidade se articulam, no sentido de apresentar à discussão os modos como eles são conceitos em construção e que, por isso, nunca se esgotam. Ou seja, que não são irredutíveis nem absolutos, nem tão pouco o são os seus resultados, como o são os museus:

“Poder-se-ia proporcionar a visão e o entendimento de como e porquê os saberes históricos são contruídos [tal como a memória], a que princípios e posicionamentos políticos e sociais respondem, valorizando-se o olhar atento que vence a angústia da pressa, desapega-se das ilusões compensadoras da apropriação consumista, enseja o trabalho da percepção (...)” (Oliveira, 2019, p. 169)

A REDE DE CENTROS DE INTERPRETAÇÃO E/OU CASAS-MUSEU DE HISTÓRIA E MEMÓRIA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROJETO MUSEOLÓGICO

O projeto *Rede de Centros de Interpretação e Memória Política da I República e do Estado Novo* nasceu com o objetivo de dar a conhecer, cientificamente, parte da história do século XX português e, assim, ser um polo de desenvolvimento da região afeta aos núcleos que a compoariam³, nomeadamente, os concelhos de Penacova, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Tondela e Seia.

Tendo em conta a sua amplitude geográfica, importa esclarecer que o processo não foi, inicialmente, assim delineado. Foi, antes, fruto da junção de dois projetos paralelos que, a determinado momento, se consideraram que, assim, viriam a ser mais prolíficos se complementados. Passariam, então, de espaços patrimoniais e museológicos independentes, com discursos, abordagens e estratégias próprios, para espaços que passariam a compreender a sua ação de forma coordenada, para gerarem um maior número de mais-valias.

Esta rede nasceu, então, da vontade da *ADICES – Associação de Desenvolvimento Local* e de três outros municípios, juntamente com o *Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20)* da Universidade de Coimbra, que se encarregaria da consultoria científica, tecnológica e deontológica. A parceria deu-se quando, de forma a sustentar cientificamente a musealização das memórias a serem compreendidas, a *ADICES* contactou o *CEIS20* para ser o seu parceiro num projeto que compreenderia a patrimonialização de três imóveis localizados nos concelhos de Santa Comba Dão, Tondela e Carregal do Sal, sendo que, ao se verificar a compatibilidade deste projeto com outros dois de valorização patrimonial, onde o dito centro de estudos vinha desenvolvendo trabalhos, achou-se por bem a aglutinação de todos os cinco centros de interpretação numa rede cultural abrangente, histórica e geograficamente. Isto permitiria, tendo em conta a sua proximidade geográfica, a exponenciação de um dos principais objetivos deste tipo de projetos museológicos: serem potenciadores de desenvolvimento social e económico das regiões que compreendem. Objetivava-se, assim, contribuir para o desenvolvimento regional integrado e sustentável de modo imediato, com base nas receitas próprias, na potencialização do lazer e do turismo, do marketing das indústrias criativas, na formação, na construção civil ou na ajuda à consolidação de saberes e estratégias de intervenção relacionadas com o planeamento do território e urbanismo, a cultura organizacional e a diferenciação entre regiões (Nunes, 2016).

³ Ver anexo III.

Nesse sentido, considerem-se as palavras de António Rochette, coordenador do CEIS20, que, em entrevista à agência Lusa, fala de uma conjugação de vontades estratégicas entre a ADICES, os ditos municípios e o centro de investigação:

“Nós estamos a trabalhar numa lógica daquilo que é um dos grandes desígnios portugueses, que é a manutenção de população em territórios de baixa densidade, tentando chamar gente para esses mesmos territórios e promover também algum desenvolvimento desses mesmos territórios que estão nessa situação” (Garrido, 2019).

Tendo isso como objetivo, importa também referir a fulcral vertente educacional. Ou seja, as organizações envolvidas na instalação dos futuros centros interpretativos e memorialísticos aspiravam, também, e como não poderia deixar de ser, a que ao conjunto fosse muito para além do seu papel enquanto plataforma de estímulo turístico. A par disso, a valência educacional e social do conjunto deveria fazer-se valer com igual ênfase no médio e longo prazo, através da adoção de narrativas objetivantes, memórias e identidades múltiplas, para ser geradora de mecanismos educativos que estimulasse a compreensão da diversidade, da compreensão, da pluralidade, da mutabilidade dos conceitos e noções e da indefinição que pautam as esferas individuais e coletivas (Nunes, 2016). Nesse sentido, tendo plena consciência das particularidades históricas e sociais das memórias compreendidas e da sua pluralidade, deveriam funcionar como charneiras de desenvolvimento social através de discursos museológicos que assentassem na valorização da democracia. Ou seja, visava-se que, através do recurso à demonstração dessas mesmas memórias, se tornassem recursos que permitiriam a omnipresença de passados politicamente sensíveis para despertarem espíritos-críticos na sociedade do presente e do futuro. Mas esperava-se que, com a transformação desses espaços-memória em centros interpretativos que as esclarecessem cientificamente, ficasse demonstrativo o papel fundamental do memorialismo e do conhecimento da história no desenvolvimento contínuo da democracia:

“Nós não queremos que (os centros) sejam quatro paredes, mas que cada um destes locais, muitos deles até isolados, tenham uma dinâmica pedagógica para as novas gerações, ou seja, que tenham uma vertente de educação a trabalhar para o esclarecimento e para a formação das novas gerações, para que aquilo que aconteceu de bom se repita e o de mau não se repita.” (Garrido, 2019)

Esta visão vai de encontro ao caminho que a museologia tem percorrido nas últimas décadas do século XX. Desde aí, os museus passaram a estar menos voltados para si próprios e mais voltados para o público e reabilitaram-se como espaços educativos de excelência. Motivados por evoluções

sociais que se foram aproximando, cada vez mais, das noções da educação enquanto processo que não é exclusivo da infância e que, quando dotada de métodos de aprendizagem diversificados e tridimensionais, é mais bem-sucedida para conseguir ser eixo fundamental do processo democrático, as suas funções têm vindo a ser cada vez mais repensadas para responderem ao novo contexto social e científico-pedagógico (MENDES, 1999).

Tendo como fundamento o uso da memória enquanto plataforma de desenvolvimento de compreensão histórica, as estruturas de índole museológica que compreendem essas temáticas como organizações complexas vão muito para além do seu papel enquanto preservadores do passado documentado e materializado. Tendo como missão central a preservação do passado para o transmitir às gerações do presente e do futuro e evitar a sua negação ou revisionismo (Sodaro, 2020, p. 163), acabam por servir como espaços simbólicos de reparação de passados difíceis e como plataformas de educação para que se evitem novas profundas divisões sociais geradas por intolerâncias e ódios.

Ou seja, museus que abordam temas politicamente sensíveis, sendo fruto disso, não procuram explorar as narrativas da memória dominante nem as suas práticas. Antes, tendem a focar-se em abordagens que estimulam a autorreflexão e a opinião crítica, chocando com o discurso memorialístico hegemónico que pretende assegurar a regulação de tensões culturais e sociais no presente. Assim, essas narrativas consensuais nacionais foram sendo desafiadas pela diversidade cultural que reclamava o controlo sobre as suas diversas memórias. Onde antes dominava um discurso museológico que visava a regulação dos processos do passado, no sentido em que o passado fosse transmitido para as gerações futuras através de conceitos bem estabelecidos, inalteráveis e propositadamente reduzidos para evitarem a sua complexificação, começaram a emergir outros que os começaram a confrontar e que se distinguiam pela abordagem a temas fraturantes, complexificantes da sociedade e da memória que a vinha definindo (Smith, 2006).

Contudo, estas novas abordagens museológicas, mesmo assim, não deixam de contar com diferenças entre si, pelo que as suas relações com a História e a sua autenticidade, como tem sido demonstrado nesta dissertação, não deixam de variar. As suas próprias verdades sobre o passado não deixam de ser reflexo de escolhas do presente. São modeladas consoantes as necessidades e vicissitudes do tempo em que se insere, bem como os seus atores. Os seus discursos, assentes na materialidade de objetos, conteúdos cinematográficos, entre outros, são escolhidos consoante a mensagem que se pretende passar. Ou seja, tal como os regimes políticos que abordam, mesmo estas novas estratégias culturais, que são fruto de regimes democráticos, resultam de escolhas.

Nos tempos mais recentes, como se viu anteriormente, os regimes políticos democráticos têm procurado o desenvolvimento deste tipo de museologia para se legitimarem enquanto resultado da recusa dos regimes violentos que os antecederam. E as estruturas museológicas e suas derivações têm servido como como fisicalidades de uma quebra de ciclo com esse passado, no sentido de funcionarem

como uma barreira do tempo, de encerrarem dentro das suas paredes uma autoridade violenta que passou à memória. Ou seja, por mais que se procure usar museus memoriais para deixar o passado para trás, os próprios museus revelam as batalhas do passado, presente e futuro que assolam as comunidades, o público e as nações que os constroem (Sodaro, 2020, p. 182).

Por isso, é essencial ter em consideração que, apesar dos museus atuais tenderem a procurar servir os propósitos da educação, os que abordam temáticas sensíveis escolhem fazer com que esse seja um requisito especialmente impactante para cumprirem os requisitos mais ou menos intrínsecos das exigências sociais e políticas nas democracias, que passam pela demonstração das mais valias que essa mesma tipologia de regime comporta. Assim, usando as emoções, os espaços interpretativos de memórias politicamente sensíveis, como o são os que compõem a *Rede de Centros de Interpretação e Memória Política da I República e do Estado Novo*, procuram a absorção da compreensão do passado e a transmissão dos seus significados para a atuação sobre o presente. Através da demonstração dos erros desse passado, estes espaços pretendem o reforço da ética no presente e no futuro.

Importa perceber, também, porque o CEIS20 considerou relevante a organização destes organismos em rede para conseguirem responder aos desafios crescentes que as sociedades contemporâneas lhes colocam. Para que se mantenham como vetores de intervencionismo social no futuro, é fundamental que todos os vetores culturais se organizem entre si e formem em estruturas que lhes permitam concentrar mais recursos, capacidades e mediatismo social. Considera-se, assim, que juntos conseguirão margens de negociação superiores e melhores condições de acesso a financiamento proveniente das entidades públicas, ou de privados. Quando juntas, as organizações culturais têm uma outra capacidade na procura de soluções comuns para problemas cada vez mais complexos e globalizados e conseguem encontrar as melhores estratégias para responderem a sociedades cada vez mais interconectadas, que urgem por políticas mais abrangentes. Só assim conseguirão, no futuro, chegar com imagem reforçada e mais presente, proporcionada pelas maiores amplitudes geográficas conseguidas e pelo conseqüente melhor acesso aos meios de comunicação social.

Colaborações entre património, museus, universidades e outros agentes culturais e científicos serão, pois, uma das garantias da sua sustentabilidade futura e da sua preponderância enquanto plataformas de relevância na construção de significados sociais. Dessa forma conseguirão encontrar formas de se conseguirem perpetuar como organizações culturais fortes, financeira e estruturalmente. Ou seja, corre-se o risco de aqueles que não procurarem intercâmbios científicos com outras organizações tenderem a persistir como polos culturais isolados e correrão o risco de, no futuro, se colocarem numa posição mais vulnerável no que toca a uma futura possível perda da sua força enquanto instituição, pois limitarão a sua capacidade de se autorregenerarem ao ritmo desejável para o acompanhamento das transformações sociais e tecnológicas que acelerarão no futuro. Em suma, no

futuro será muito difícil perspetivar estes espaços sem se encarar o fenómeno da globalização, no sentido em que as possibilidades de trocas de informação entre organizações voltadas para a valorização patrimonial oferecerão uma série de possibilidades de resposta:

“A produção de conhecimento se torna algo muito rico no interior de uma rede, em virtude desse encontro de realidades que ora se chocam, ora interagem. É através da comunicação entre eles, da informação que circula e alimenta as diversas redes sociais que se possibilita a elaboração teórica e prática de algo que vai produzir sentidos e retroalimentar a rede.” (Soto, 2010)

Tendo em conta as apreciações de Augusto Santos Silva, citadas por Jorge Santos sobre o papel das redes culturais, estas desempenham sete funções fundamentais: são *instrumentos de ordenamento*, pois estabelecem requisitos gerais de funcionamento entre os seus membros; *instrumentos de qualificação*, pelo seu papel enquanto dinamizadoras das atividades; *instrumentos de coesão*, quer territorial, pelas suas naturezas descentralizadoras de bens e serviços pelo território afeto, quer social, como motores de desenvolvimento local e regional através dessa mesma democratização do acesso à cultura; *instrumentos de concertação e parceria*, entre as várias entidades políticas e sociais envolvidas nesses projetos (administração central, local, terceiro sector e sociedade civil), que são necessárias para garantir os recursos necessários ao seu bom funcionamento; para além de serem ambientes de cooperação; plataformas de difusão das suas atividades; e plataformas de formação de públicos (Santos, 2009).

Torna-se óbvio que, quando constatada esta multiplicidade de funções das redes que estão ao serviço de determinadas comunidades, é determinante a inclusão de instituições científicas independentes em todo o processo de desenvolvimento da museologia e museografia dos seus núcleos, tanto no momento da conceção como em todo o seu tempo de ação, tendo em conta as já referidas transformações aceleradas das sociedades no século XXI que requerem, cada vez mais, atualizações dos conteúdos museológicos e do plano de atividades dos museus. De acordo com Soto, esta aceleração contínua dos processos de transformação das sociedades, apoiadas no desenvolvimento capitalista das tecnologias da informação, têm vindo a aumentar a pressão não só sobre os meios de comunicação do conhecimento, como também sobre os responsáveis pela sua produção, pelo que é quem tem a capacidade de gerar as informações e criar novas comunicações simbólicas que detém o poder político sobre a sociedade (Soto, 2010).

Assim sendo, é cada vez mais crucial reforçar a ligação entre os meios de difusão e os meios científicos de produção de conhecimentos. É urgente multiplicarem-se as pontes entre organismos culturais destinados ao desenvolvimento de tecnologias de difusão, tal como são os museus, os espaços patrimoniais e outros similares, e os organismos que criam os conteúdos, compostos por

equipas de trabalho com alta formação académica e munidos de capacidades científicas que lhes possibilitam o conhecimento sobre as temáticas a serem desenvolvidas e sobre a forma como elas são vítimas de condicionalismo do seu tempo e dos atores envolvidos. Ainda mais quando estão em questão memórias particularmente sensíveis, extremamente apetecíveis a influências políticas, como é o caso da *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*.

Nesse sentido, começaram por ser definidos pelo CEIS20 modelos de gestão e modalidades de funcionamento de toda a estrutura para cumprir esses requisitos. Como órgão consultivo científico, o centro de estudos começou por elaborar um esboço de delimitação das estruturas de gestão da rede e das estratégias de ação a serem posteriormente analisadas pelos parceiros autárquicos do projeto e pela ADICES. Relativamente à gestão, foi proposta a seguinte estruturação, na qual se nota vontade pela constituição de uma equipa constituída por organismos académicos, investigadores de renome para serem cumpridas as ditas funções desejáveis para as redes culturais:

“1. Estatutos; 2. Direção; 3. Conselho Consultivo (unidades de investigação, sub-unidades orgânicas de instituições de ensino superior, Museu da Presidência da República, associações cívicas; 4. Gabinete de Investigação; 5. Serviço de Relações Públicas (imagem e comunicação, angariação de públicos, acompanhamento de públicos); 6. Receções, auditórios e segurança; 7. Lojas e cafetarias; 8. Laboratório de conservação e conservação preventiva; 9. Reserva Técnica; 10. Atelier de museografia; 11. Acessibilidade; 12. Centro de Documentação (documentação escrita de arquivo e imprensa, documentação gráfica e audio-visual, documentação material, documentação oral de memória e de pós-memória, livros/revistas e filmes, etc.)” (Nunes, comunicação pessoal, janeiro 21, 2021)

Assume-se que esses requisitos acontecem, também, nas formas de funcionamento sugeridas pelo mesmo documento. As quais passam pela inclusão de objetos de valor intrínseco e cenografia, textos e conteúdos multimédia; cronologias e organogramas nas exposições de longa duração e nas exposições temporárias; organização de eventos de índole local, regional, nacional e internacional; a realização de colóquios e cursos e a publicação de artigos e revistas científicas; adoção de uma estratégia de interação permanente entre a educação formal e informal através do contato com grupos não só provenientes da prática do turismo e do lazer, como também do ensino escolar; o reforço do seu papel enquanto charneira de desenvolvimento regional através da criação, primeiro, e

da sua manutenção, depois, de formas de ligação constantes aos polos turísticos mais fortes da região, nomeadamente Coimbra, Viseu, ou Serra da Estrela⁴.

a) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA / CASA-MUSEU ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

Como anteriormente referido, antes de surgir a proposta de criação de uma rede de centros de interpretação de amplitude regional, estavam a ser previamente avançados trabalhos em dois dos seus núcleos. Um deles seria, então, a *Casa-Museu António José de Almeida*⁵. A ser instalada na sua antiga residência familiar, na povoação de Vale da Vinha, no concelho de Penacova, o seu desígnio inicial era o de fazer parte de uma outra rede, restrita à área do concelho de Penacova, que implementaria uma rota de equipamentos culturais no município de Penacova, nomeadamente o Museu de Lorvão, o Museu Moinho Vitorino Nemésio, a Casa de Artes Martins da Costa e outros equipamentos de gestão particular, como os Fornos da Cal (no Casal de Santo Amaro) e a Casa da Freira (em Penacova), este último será um espaço alusivo ao rio Mondego, com interesse de reativação programática (Notícias de Coimbra, 2016). Nesse sentido, foram celebradas a conclusão do procedimento de aquisição do imóvel pelo executivo camarário, a 5 de outubro de 2014, e o início da empreitada de recuperação a 5 de outubro de 2016 (Notícias de Coimbra, 2016). Contudo, enquanto foram sendo desenvolvidos os primeiros trabalhos para a adaptação do espaço num centro de interpretação da memória sobre o antigo Presidente da República, surgiu a vontade de estender o projeto a outras parcerias estratégicas que a entidade científica responsável (CEIS20) vinha desenvolvendo, os quais, alguns deles, comporiam a projetada *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*.

Sendo António José de Almeida uma figura central da I República, tanto por ter sido um dos principais protagonistas do crescimento do republicanismo antes da sua implementação enquanto regime, como por se ter mantido nessa posição ao longo do período em que esse regime prevaleceu, era cada vez maior a vontade do município de Penacova de materializar num equipamento de índole museológica a sua memória. Para, através disso, se proporcionar o crescimento do número de fluxos turísticos que permitissem a alavancagem do desenvolvimento social e económico da comunidade concelhia, bem como para desenvolver uma agenda educativa que criasse conhecimento, através da

⁴ Ver anexo III.

⁵ Ver anexo IV.

disponibilização de mais e melhor informação sobre a Primeira República e o seu antigo presidente (Morgado, 2019).

Foi, por isso, desenvolvido pelo CEIS20 um primeiro esboço do programa temático que respondesse a esses requisitos. A proposta centrava-se, fundamentalmente, no programa da exposição permanente e dos temas das primeiras exposições temporárias a serem instauradas, estando, nesse sentido, considerada a preocupação em, não só, apresentar biograficamente a personalidade em questão, como também em desenvolver interpretativamente o enquadramento histórico, social e político de António José de Almeida, a sua história familiar e o enquadramento do espaço físico que é a antiga casa. Procurava-se, igualmente, estabelecer criticamente a ligação dessas realidades a fenómenos atuais associáveis, procurando o encorajamento dos futuros utentes para o exercício de comparação entre as condições socioeconómicas e culturais, os planos políticos e ideológicos, as artes, o jornalismo e a comunicação, os desenvolvimentos religiosos, educativos ou ambientais do passado e do presente. Importa salientar que estes são temas que foram propostos por se relacionarem com a biografia da figura histórica abordada, propositadamente para fazerem cumprir os desígnios de um equipamento museológico que se pretendia funcionar como vetor de desenvolvimento social do presente através da representação e difusão desses temas.

Nesse sentido foram também propostos os temas para as primeiras exposições temporárias. Criadas com o objetivo de se centrarem nas particularidades da vida de António José de Almeida e noutras temáticas relacionadas com o seu percurso pessoal e político, foram propostas exposições sobre sítios por onde passou ao longo da sua vida, as particularidades sociais da época, os partidos políticos do período republicano, sobre correntes artísticas ou políticas da época, ou sobre conflitos militares que pontuaram as décadas próximas da viragem do século, onde, num dos quais, o antigo Presidente da República teve um papel muito relevante para a participação portuguesa.

b) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA I REPÚBLICA – AFONSO COSTA

À imagem do anterior, também este pretendeu ser um espaço interpretativo da memória do período da I República, bem como um polo de incentivo ao desenvolvimento de estudos através da sua valência como centro de estudos. Contudo, diferentemente do anterior, no que toca ao seu envolvimento com o projeto da *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*, foi um dos núcleos a gerar mais dificuldades de incorporação na rede, ao contrário do caso do *Centro de Interpretação da Primeira República / Casa-Museu António José de Almeida*, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento dos cânones

desenvolvidos pelo CEIS20, dos quais procurou independência para desenvolver estratégias educativas e patrimoniais próprias. Algo comum, aliás, a outros centros interpretativos que completam o coletivo, o que se viria a constituir numa das principais causas para o projeto não ter atingido o pretendido. Mas isso é uma das questões a serem abordadas posteriormente, por isso, importa agora apresentar as linhas programáticas que estiveram em cima da mesa.

O *Centro de Interpretação da Primeira República – Afonso Costa* foi pensado com o intuito de, através da recuperação de uma antiga escola de ensino primário, ser um espaço de memória dedicado ao antigo estadista republicano natural do conselho de Seia, no distrito da Guarda ⁶. O equipamento tem, por isso, vindo a ser transformado para as novas funções, naquilo que a autarquia de Seia esclareceu não ser uma tentativa de fazer uma releitura do que foi a história, mas, sim, a de criação de uma estrutura especializada que contará com a instalação de um espaço interpretativo, um arquivo, um repositório físico e digital e um centro de estudos e investigação, para a promoção e a divulgação do património histórico-cultural associado à memória de Afonso Costa e à República (Lusa, 2017b). A empreitada foi adjudicada com o prazo de execução de um ano, iniciado do ano de 2019, e integrou o *Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PEDU)* de Seia. Entretanto, ao longo deste processo, foram criados canais de comunicação com o *Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX* para a procura de ligações ao projeto da rede (O Interior, 2019) e outros organismos culturais, nomeadamente a Fundação Mário Soares, o Museu Bernardino Machado, de Vila Nova de Famalicão, a família de Afonso Costa e investigadores científicos (Lusa, 2017b).

Como resultado desse contacto, foram esboçadas linhas programáticas pela equipa do CEIS20 de forma a cumprir os objetivos que o então executivo camarário havia delineado, que passavam, recorde-se, pela interpretação da vida da personalidade histórica em questão de forma a gerar conhecimento e investigação histórica. Assim, os temas sugeridos tiveram muitos pontos de contacto com aqueles que foram sugeridos para o *Centro de Interpretação da Primeira República / Casa-museu António José de Almeida*, já que essas duas personalidades trilharam caminhos políticos algo semelhantes, embora contando com diferenças ideológicas e práticas distintas. Importa perceber que Afonso Costa, como adversário político e como parceiro de António José de Almeida em determinadas soluções políticas, partilhou um percurso biográfico algo semelhante, mas tendo diferenças em relação às suas crenças políticas, sendo a memória do primeiro associada a um certo radicalismo político. Tendo se tornado numa figura histórica menos consensual na memória coletiva, está mais relacionado com o que tenho vindo a considerar como memórias politicamente sensíveis, o que é derivado, em parte, de uma tendenciosa abordagem negativista por parte da historiografia do Estado Novo.

⁶ Ver anexo V.

Como resultado disto, as linhas orientadoras do discurso museológico proposto para a exposição trilham um caminho algo semelhante com o núcleo de Penacova. Passando pela contextualização histórica da biografia de Afonso Costa como um decano ao serviço da causa republicana, projetou-se também a apresentação da realidade económico-social do fim do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte. As diferenças localizaram-se, principalmente, na apresentação do contexto familiar e da realidade socioeconómica e social das localidades de origem, bem como na apresentação museológica sobre as suas respetivas memórias, sendo que a memória de António José de Almeida foi usada politicamente de uma forma relativamente positivista pela política memorialista levada a cabo pelo Estado Novo, enquanto que a de Afonso Costa foi o seu contrário, o que é considerado na narrativa das exposições propostas.

Relativamente ao que diz respeito aos temas para as exposições temporárias, são sugeridas abordagens às realidades político-sociais da viragem do século, aos locais a si associados (Seia, Coimbra e Lisboa), ao tratamento histórico das organizações políticas republicanas onde exerceu a sua atividade ou àquelas de quem se opôs ideologicamente, a temas que abordam o seu ativismo político no estrangeiro ao serviço dos interesses portugueses e ao seu papel enquanto defensor do demoliberalismo, enquanto exilado político após o fim da Primeira República.

c) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO

O *Centro de Interpretação do Estado Novo* estaria previsto para ser um espaço interpretativo sobre a memória desse regime autoritário e foi, assim, delineado pelo CEIS20. A ser instalado na antiga escola de ensino primário de Vimieiro, terra natal de António Oliveira Salazar, foram iniciadas obras de reestruturação do imóvel em meados do mês de setembro de 2019 para reforçar estruturalmente a antiga Escola-Cantina Salazar, orçamentadas entre 190 e 200 mil euros (Franco, 2019)⁷.

Sendo este um espaço patrimonial já de si bastante sensível, tanto que se localiza na terra natal da principal figura do Estado Novo e tem, inclusive, o seu nome, as tomadas de posição públicas contra o desenvolvimento deste projeto foram se multiplicando, materializando-se em petições e abaixo-assinados contra a sua musealização (Alvarez, 2019; Público, 2019). Essa sensibilidade deve-se muito, também, ao facto deste imóvel ter desempenhado um papel essencial nas políticas de educação da primeira fase do Estado Novo (Pimentel, 2012), que se centraram na função da instrução primária enquanto mecanismo de modelação ideológica:

⁷ Ver anexo VI

“A escola, em particular, a escola primária, é assumida como um instrumento privilegiado de legitimação da nova ordem social e política. No plano da conceção educativa, a anterior metáfora da criança como planta em crescimento, dominante durante a Primeira República, o Estado Novo entende a criança como algo a ser moldada por uma intervenção exterior, para a qual atribui à escola o papel de destaque, para além da família, transformada, na expressão de Salazar, a sagrada oficina das almas.” (Almeida, 2011, p. 19)

Subentendem-se, assim, as razões para que este projeto tivesse sofrido com maiores pressões externas, constituindo-o como o que mais pôs em causa o sucesso da implementação da rede cultural projetada. As polémicas dificultaram todo o processo, não só deste núcleo em específico, pois acabaram influenciando o desenvolvimento da restante rede, derivadas dos fortes sentimentos que estes tipos de memória ainda despertam na sociedade portuguesa. Embora seja um facto que neste tipo de processos museológicos é desejável uma tomada de posição científica, estando, por isso, envolvidas na conceção especialistas intimamente relacionadas com a deontologia do exercício da historiografia, isso não alterou o facto de muitas das posições públicas terem condenado o projeto que, como exemplo típico das movimentações sociais em torno do uso da memória, secundarizaram os esclarecimentos públicos das instituições envolvidas nesta musealização sobre as propostas museológicas que estiveram em cima da mesa.

Apesar destas polémicas, que irão ser analisadas em pormenor mais à frente num capítulo específico, o grupo de trabalho envolvido na conceção da museologia deste projeto trabalhou com o objetivo de criar uma narrativa que enaltescesse a democracia, através da demonstração dos erros cometidos por um regime autoritário que tinha particularidades ideológicas que primavam pela exacerbação do nacionalismo e da distinção racial e que, com vista a fazer-se perpetuar no poder, recorreu à violência, à modelação da sociedade e à extinção das liberdades individuais. A proposta apresentada passou, acima de tudo, pela intenção de expor ao máximo essas características do Estado Novo: as suas origens e os modelos internacionais que lhe serviram com referência, bem como a sua ação ao longo de cerca de 40 anos, para, através disso, transmitir conhecimentos suficientes aos visitantes que lhes permitisse desenvolver um sentido crítico que rejeitasse esses extremismos ideológicos.

Foi objetivo fundamental que, através de um discurso cientificamente bem conseguido, se apresentassem, de forma bem contextualizada, a memória desse período. Para isso, trabalharam nos conteúdos museológicos profissionais do CEIS20 munidos dos conhecimentos académicos e das regras deontológicas necessárias para um projeto pensado para a abordagem historiográfica de temas fraturantes, de encontro ao que Le Goff considera fundamental para que se evitem deformações

anacrônicas que comprometam os objetivos da musealização, nomeadamente que sejam os historiadores de ofício a lidar com este tipo de memórias:

“É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os mass media [e os equipamentos museológicos] corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros.” (Le Goff, 1990, p. 23)

Carecendo de uma contextualização bem conseguida, sendo que, para isso, são exigidas abordagens que cumpram requisitos científicos, era então essencial que os profissionais envolvidos tivessem em conta que qualquer tipo de informação descontextualizada ou mal abordada comprometeria os objetivos definidos.

Isto foi precisamente o que aconteceu na Alemanha aquando da instalação de uma exposição sobre Hitler e a sua influência sobre o povo alemão, na qual uma primeira tentativa foi recusada por decisão unânime do comité científico do museu em causa (Paterson, 2010). Só três anos mais tarde, em 2012, quando se achou que já estavam criadas as condições necessárias para apresentar de forma educativa os mecanismos que alimentaram o magnetismo dos alemães pelo antigo líder, num âmbito estritamente académico, foi inaugurada a exposição no Museu Histórico de Berlim. Intitulada *Hitler e os Alemães – Nação e Crime*, exibiu cerca de 600 objetos e 400 fotografias e cartazes com o objetivo de dar ao visitante a perceção de que, em tempos de crise, é fácil os povos se deixarem deslumbrar por discursos semelhantes (Usi, 2010).

Partilhando dessa mesma intenção, o programa museológico proposto pelo CEIS20 procurou então demonstrar a ligação a fenómenos atuais associáveis às noções de democracia e ditadura na Europa e no mundo, além da exploração interpretativa das características político-sociais de demais ditadores do século XX e dos regimes que representaram. Especificamente sobre o Estado Novo, tendo em consideração essa comparação com outros casos totalitaristas, esteve previsto expor informações sobre as ligações entre o Estado Novo e outras organizações que lhe serviram de suporte, tanto de cariz religioso, económico ou social, bem como sobre os casos nos quais esse apoio se fez exercer em nome individual ou familiar. Nesse sentido seriam interpretadas as memórias das figuras mais relevantes em quem o regime se alavancou, direta ou indiretamente, bem como dos grupos económicos que mais se envolveram nas políticas públicas e que mais usufruíram de ligações privilegiadas com o regime. Isto sem esquecer, obviamente, as relações íntimas do regime com a Igreja católica, que tanto caracterizaram esse período.

A caracterização do regime passaria também pela demonstração dos seus símbolos, tanto gráficos como arquitetónicos, as suas organizações, os seus vetores nucleares, que foram do corporativismo e do antissocialismo até à desigualdade de género e ao darwinismo social, a sua expressão regional e local. Os períodos de guerra por que passou, tanto diretamente como indiretamente também estavam a ser considerados. Por último, os seus últimos anos, as suas crises finais e o movimento militar que lhe pôs fim.

Relativamente às propostas para as exposições temporárias, abordariam mais profundamente alguns dos temas da exposição permanente. Estando, naturalmente, a referência ao Estado Novo condicionada pela limitação do espaço destinado à exposição permanente, tornar-se-ia necessário que algumas dessas abordagens sofressem uma análise mais profunda em exposições próprias, algo importante para a geração de fluxos contínuos de visitantes.

d) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ANTISSEMITISMO E DO HOLOCAUSTO / CASA-MUSEU ARISTIDES DE SOUSA MENDES

Situada em Cabanas de Viriato, no concelho de Carregal do Sal, a Casa do Passal é um imóvel construído no século XIX que é considerado desde 2011 como monumento nacional. É um exemplo típico de um palacete abastado do provincianismo português que, tal como muitos dos outros monumentos qualificados no país se encontrava em quase completo estado de ruína⁸. Não totalmente porque, em 2014, recebeu obras de beneficiação na estrutura que a sustenta e lhe foi recuperado o telhado que permitia infiltrações constantes que comprometiam muito severamente a sua permanência, avaliadas em cerca de 360 mil euros (Lusa, 2013). Em 2017 foi, ainda, assinado um protocolo entre a Fundação Aristides de Sousa Mendes, proprietária do imóvel, a Câmara Municipal de Carregal do Sal e a Direção Regional de Cultura do Centro, presidido pelo então ministro da cultura Luís Filipe de Castro Mendes, com vista a complementar as anteriores beneficiações. No documento terá ficado acordado um investimento global de 800 mil euros, no qual estaria prevista já a sua musealização (Lusa, 2017a).

Esse seu estado de conservação não foi unicamente responsabilidade do Estado, visto que a maior parte do tempo desde que deixou de ser posse da família de Aristides de Sousa Mendes, ainda durante a sua vida, foi propriedade de privados. Depois de ter contraído um grande número de dívidas e após cair em desgraça pelas represálias de Salazar em relação à sua ação no repatriamento de judeus

⁸ Ver anexo VII.

vítimas de perseguição, Aristides de Sousa Mendes abandonou a casa, que mais tarde foi adquirida em hasta pública por credores e dois comerciantes que a venderam posteriormente a um particular em 1970. De realçar que durante esse período chegou a albergar numa das suas alas um aviário, exponenciando a deploração das suas condições. Posteriormente acabou vendida a uma sociedade que urbanizou parte da quinta agregada e que tinha vontade de instalar no edifício degradado um equipamento hoteleiro (Notícias de Coimbra, 2013).

Embora valendo por si só, como conjunto de relativo valor arquitetónico, a maior franja do seu mediatismo e reconhecimento deve-se a ter a pertencido a Aristides, daí que resultou a criação da referida fundação em 2000, com o intuito de desenvolver e executar um projeto de recuperação da Casa do Passal e divulgar a ação de Aristides de Sousa Mendes com base no apoio a projetos de investigação relacionados, a promoção de ações de debates ou colóquios, o patrocínio de publicações ou a concessão de prémios ou bolsas de investigação. Embora existindo, a atividade da fundação tem sido ainda insuficiente para fazer face à degradação, apesar de ter desenvolvido intervenções de consolidação do imóvel em 2014, e para materializar a sua adaptação para fins museológicos, mesmo tendo sido lançado um concurso público nesse sentido e opiniões de personalidades terem advogado a conclusão desse processo ainda no ano de 2019.

Foi sobre esta realidade que o CEIS20, quando contactado pela associação ADICES para desenvolver o projeto de criação de uma rede de centros de interpretação, avançou com uma proposta de criação de conteúdos interpretativos sobre a memória do antigo cônsul e da sua atividade no salvamento de milhares de judeus durante a 2ª Guerra Mundial. Contemplaria uma devida contextualização do fenómeno do holocausto judeu, para proporcionar que os futuros visitantes percebessem a amplitude da ação em causa e uma contextualização da história do povo judaico, nomeadamente a xenofobia e o preconceito de que têm sido alvo ao longo do tempo, tendo conhecido o seu expoente máximo no século XX. Ou seja, mais do que se propor uma narrativa museológica que se limitaria à narração dos episódios de vida de uma personalidade, ou uma tentativa de divinização de um homem, procurou-se dotar o amplo espaço de um núcleo interpretativo que fizesse justiça à complexidade histórica, social e política do holocausto e à relação do Estado Novo para com este, de quem Aristides Sousa Mendes foi o principal protagonista.

Importa perceber que, para uma tão vasta abordagem temática a ser proposta, se deve ter em conta a amplitude do espaço disponível para esse efeito. Sendo praticamente impossível reconstruir o ambiente familiar da antiga habitação, ou, tão pouco, a distribuição das suas divisões, pois o seu interior pouco mais não passa de um espaço amplo semidestruído, optou-se por propor o aproveitamento desse grande espaço de forma que, quando esgotada a descrição da vida do antigo cônsul, se desse uma maior amplitude à interpretação museológica do tema. Considerando, também, o aproveitamento do fato de em Portugal, na altura, ainda não existir uma verdadeira aposta

museológica que tratasse o judaísmo e as perseguições constantes que sofreram ao longo da história de forma, além do *Pólo Museológico Vilar Formoso Fronteira da Paz, Memorial aos Refugiados e ao Cônsul Aristide de Sousa Mendes*. Ou seja, aproveitando a ação de Aristides de Sousa Mendes e dando-lhe, obviamente, o principal destaque, seria proposta a abordagem a toda a complexidade histórica envolvida com o holocausto e o antissemitismo tendo sempre em conta o papel da museologia enquanto tecnologia de educação, com vista à rentabilização das dimensões do imóvel.

Assim, o plano passaria por abordar a complexidade judaica na Europa e no Mundo durante a época contemporânea, a identificação dos seus diferentes grupos, como por exemplo os sefarditas e os asquenazitas, os marranos ou os cripto-judeus, e as suas diferentes posturas em relação às religiões maioritárias dos Estados-Nação em que estavam integrados. Estavam também propostas abordagens às noções de anti judaísmo, antissemitismo (moderado, radical e genocidário), filossemitismo, ao darwinismo social que as motivou, à xenofobia e ao racismo. Nesse sentido abordar-se-iam os regimes políticos que as promoveram, as sociedades civis que as executaram, a violência de massas como um todo e o genocídio em particular.

Entrando depois na realidade judaica portuguesa, estaria pensada a exposição da história das comunidades judaicas portuguesas e a questão dos judeus novos, a diáspora sefardita e o ladino, a identificação da CIL e da CIP, a menção ao capitão Artur de Barros e à *Obra do Resgate*. Chegando ao tempo de vida de Aristides de Sousa Mendes, pretender-se-ia a contextualização política e social do país e da Europa em função da temática do holocausto: o Estado Novo e a sociedade portuguesa de 1933 a 1939, durante a época de ascensão nazista e das suas ações persecutórias, de 1939 a 1941 e, depois, entre 1941 e 1945, onde se pretendia-se falar das posições que sociedade e Estado português foram ocupando entre a ascensão e queda do nazismo, nomeadamente identificar o apoio de fações do Estado Novo e da sociedade portuguesa ao nazismo que, nos primeiros anos, se mostraram mais ativas e nalguns casos maioritária, e das que se posicionaram a favor das democracias, demonstrando a ambiguidade do salazarismo em relação ao posicionamento face ao holocausto, algo que se fez sentir na ação de Aristides e nas consequências de que daí provieram.

Assim se completaria a proposta da narrativa museológica, expondo o seu posicionamento face ao holocausto, a ação consequente pela qual ficou conhecido e o posicionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros em relação a isso. Por último, seriam ainda referenciados os refugiados de origem judaica e a memória social de Aristides de Sousa Mendes.

Relativamente às exposições temporárias a serem propostas, algumas passariam pelo aprofundamento de temas da exposição permanente e pela procura à abordagem de temas ou personalidades que não as já referidas, como por exemplo Joaquim Mendes dos Remédios que desenvolveu trabalhos relevantes sobre a história dos judeus, a criação do estado de Israel e outros

projetos primários de criação de estados judaicos, as relações de Portugal para com este, os judeus portugueses na contemporaneidade, entre outras.

e) CENTRO DE INTERPRETAÇÃO ESTÂNCIA SANATORIAL DO CARAMULO

Contrariamente aos outros, o centro interpretativo dedicado à memória da Estância Sanatorial do Caramulo não tinha ainda definido um espaço a ocupar aquando do lançamento da proposta de conteúdos. Por si só, isto limitou bastante a abordagem ao tema em questão, visto que a construção da museografia e da narrativa museológica de acordo com as características do tipo de imóvel a ser adaptado não pode ser considerada, principalmente tendo em conta que o complexo da estância é composto por diferentes tipos de espaços, com diferentes memórias e significados que, por isso, necessitariam de abordagens interpretativas específicas para cada um desses casos. Por exemplo, um dos espaços considerado foi o sanatório destinado a doentes menores, algo que implicaria uma abordagem necessariamente diferente da que se se consideraria para o grande sanatório, ou outros⁹. Escusado será dizer que expor casos de crianças enfermas necessitaria de cuidados e reservas maiores do que se de casos de adultos se tratasse.

Além do património a ser transformado ter divergências simbólicas, as suas diferentes características físicas seriam outro dos obstáculos a uma estratégia museológica verdadeiramente clara e concisa a ser considerada como definitiva pelo CEIS20. Ou seja, enquanto nos outros centros de interpretação a dimensão das exposições, a sua diversidade temática e o aprofundamento dos temas estavam predefinidos consoante a disponibilidade do espaço já definido, por as mesmas condições não estarem reunidas no polo do Caramulo as propostas referentes não estavam ainda delineadas consoante o desejo dos investigadores.

Dos antigos edifícios que compunham o complexo do Caramulo, apenas seis deles se mantêm, em ruína, sendo que nenhum estaria até ao momento claramente definido para ser adotado como espaço museológico. Fundada em 1992 pela inauguração de um hotel¹⁰, seis anos mais tarde iniciou-se a atividade da estância sanatorial em Paredes do Guardão, quando Jerónimo de Lacerda potencializou a valência da serra para o tratamento da tuberculose. Nos anos 60 eram já mais outros 18 edifícios a complementar o funcionamento do adaptado Grande Hotel, distribuídos entre outros sanatórios, espaços de cirurgia, enfermarias, restaurantes, cafés ou cinema, todos servidos por um

⁹ Ver anexo VIII

¹⁰ Ver anexo IX

revolucionário saneamento básico, rede de estradas, serviços florestais e redes próprias de distribuição de energia e água potável:

“A Sociedade do Caramulo construiu uma rede de distribuição de água, barragem própria, redes de esgotos, centro de tratamento e incineração de lixos, uma estrutura para recuperação das águas contaminadas, estrada alcatroada até Campo de Besteiros, posto de correios, central telefónica, matadouro, escola primária. No Grande Sanatório - enorme edifício de três pisos, dois corpos laterais, águas furtadas e galerias à volta – havia bloco operatório, laboratório de análises clínicas, serviço de radiologia, farmácia central, consultório de estomatologia, zona de esterilização de louças. E bibliotecas, salas de jogos, ecrã gigante onde chegavam as produções cinematográficas estreadas nas salas do país, mais tarde um cineteatro.” (Pinto, 2018)

Contudo, com o fim do sucesso do Caramulo, que já se previa desde a década anterior, quando os avanços da medicina demonstravam que espaços deste tipo deixavam de ser necessários, o último sanatório fechou definitivamente em 1986. Desses edifícios, onze acabaram por não ser adaptados a novas funções e foram abandonados. E desses, apenas 6 espaços ainda se encontram de pé, pois três acabaram demolidos por risco de desabamento e dois deles estão num estado de quase total ruína (Miranda, 2016).

Daí, e vista a indefinição em torno da escolha definitiva do espaço a ser adaptado, a proposta museológica possível até ao momento em que o projeto faliu passou pela mera sugestão de temas mais latos, relacionados com a doença e a família Lacerda, que gozava de relações privilegiadas com o Estado Novo e, particularmente, com António de Oliveira Salazar, o que permitia a ligação necessária para que a memória do complexo sanatorial pudesse ser considerada para ser incluída numa rede de interpretação sobre a memória do Estado Novo e da I República. As políticas, instituições e organizações de saúde em Portugal na primeira metade do século XX, bem como o fenómeno da tuberculose e outras doenças infetocontagiosas, foram outros pontos propostos para a exposição permanente.

Em relação às exposições temporárias, consideraram-se a interpretação dos quotidianos da Estância Sanatorial do Caramulo, pelo prisma dos seus antigos utentes ou profissionais, políticas de saúde em Portugal e noutros países, outros sanatórios em Portugal, a relação de Bissaya Barreto com a Sociedade do Caramulo ou a exposição de projetos de salvaguarda e revitalização da estância em consideração, entretanto deixadas de parte.

Apresentadas as modalidades de gestão e funcionamento que o CEIS20 propôs para a Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo e para os 5 centros de interpretação que a comporiam, bem como os discursos

museológicos que se lhes seriam destinados após consulta dos parceiros camarários, seguir-se-á a análise de como as disputas político-sociais sobre a memória se exacerbaram no caso do Centro de Interpretação do Estado Novo, condicionando o seu desenvolvimento. Tendo em conta a relevância dos significados dos espaços-memória e de como a ligação da Escola-Cantina Salazar ao Estado Novo dificultou uma musealização que se assumia como não-laudatória da ditadura.

O CASO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO

Tendo em conta a questão da manifestação de condicionalismos ao início do processo de estabelecimento da *Rede de Centros de interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo*, o caso específico sobre o qual este capítulo se debruça seria, à partida, aquele que mais poria em causa os objetivos estabelecidos pelas entidades responsáveis para a sua solidificação, partindo do princípio de que a sensibilidade da memória a ser nele interpretada seria enorme. Este seria, passível de gerar grandes tensões sociais, estimuladas por setores da sociedade portuguesa que defendem que a musealização de um espaço representativo do Estado Novo não seria aceitável para o bom funcionamento da democracia, nem tão pouco proporcionaria uma interpretação do regime que visasse o desenvolvimento socioeducativo da sociedade portuguesa.

Por isso, esta situação toca no que se tem vindo a analisar nesta dissertação, nomeadamente na noção de que, mesmo em sociedades democráticas, a construção da identidade resulta de escolhas seletivas sobre a história, memória, tradições e valores, e de que o património que a representa é, por isso, alvo de disputas e de tentativas de controlo sobre os seus significados. Sendo um espaço umbilicalmente ligado ao regime salazarista, já que foi construído com o propósito de servir como plataforma simbólica de exaltação e de demonstração da sua capacidade de atuação do regime, a transposição dessa simbologia para o regime democrático despoletou sérias dificuldades para o sucesso da sua transformação num espaço interpretativo que se propunha a ser uma plataforma de problematização, complexificação e debate da memória desse passado. A disputa foi intensa, posicionando em polos distintos aqueles que foram a favor do desenvolvimento do projeto e aqueles que, argumentando que não era aceitável a musealização do Estado Novo num local intrinsecamente ligado à sua figura maior, se constituíram como defensores de um esquecimento implícito da memória envolvida com a *Escola Cantina Salazar*.

Nesse sentido, ainda antes de serem definidos o início dos trabalhos e o discurso museológico a ser implementado pelo órgão consultivo correspondente, logo aquando da divulgação da intenção de abordar a memória do Estado Novo através de uma estratégia museológica que procuraria um programa temático em muitos pontos semelhante às abordagens museológicas que guiam os discurso do *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade* e do *Museu Nacional Resistência e Liberdade*, emergiram reações que visaram impedir a implementação dessa interpretação. Manifestando-se inflexivelmente contra, através de argumentos *Ad Terrorem* que se basearam em argumentações muitas vezes infundadas, os seus opositores alegaram que com o *Centro de Interpretação do Estado Novo* se arriscaria o branqueamento da ditadura portuguesa e a atração de visitantes que partilham simpatia

para com Salazar e o seu regime ditatorial. Enquanto que, em posição contrária, após verificarem que essas movimentações adversas se amplificaram no espaço público, tanto os técnicos envolvidos quanto as instituições que conceberam o projeto sentiram a necessidade de clarificar publicamente os objetivos definidos para serenarem as animosidades. Procuraram consciencializar a opinião pública para as vantagens da existência de organismos culturais deste tipo na consolidação da democracia, por culpa das suas valências enquanto veículos de excelência na transmissão de conhecimentos sobre um passado recente a evitar no presente e futuro (RTP, 2019).

João Paulo Avelãs Nunes, um dos coordenadores científicos do projeto, esclareceu, por isso, ao periódico Diário de Notícias, a rejeição de qualquer perspectiva apologista do Estado Novo no futuro centro de interpretação, salientando que a caracterização seguiria uma linha puramente científica, sem qualquer tomada de posição relativamente à condenação, ou saudação, da ditadura (Marujo & Lusa, 2019). Tal como fez o presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, através de um comunicado divulgado no site oficial do município, no qual salienta que, neste caso em particular, nunca existiu a intenção de criar um museu dedicado a Salazar, nem tão pouco uma tentativa de sacralização dessa mesma memória. Nele reafirma, ainda, a intenção de se pretender fazer com que este núcleo fosse uma charneira para um levantamento histórico rigoroso do regime enquanto acontecimento factual. Além deste, foi, ainda, publicado um outro esclarecimento pelo mesmo município, no qual se declara que, com vista à criação deste polo, o objetivo fundamental de exponenciar o potencial turístico da região através da criação de fluxos de visitantes que procurem o contacto com questões de debate sobre o desenvolvimento da democracia, se procurou o auxílio de organismos científicos relacionados com essas questões, com vista a cumprir os requisitos científicos e deontológicos exigidos em equipamentos que lidem com problemáticas sociais tão sensíveis e complexas como as que estavam em questão (M. T. Silva, 2019).

Procurava-se agir um pouco à semelhança das estratégias que se têm utilizado na Alemanha para lidar com o património ligado a um passado de glorificação e autopromoção do regime nazi, no qual se tomaram decisões que revelam o conhecimento dos técnicos museológicos sobre o carácter influenciável da memória. Sendo reconhecido como um país que procurou gerar estratégias para lidar com o património associado à sua experiência ditatorial violenta, tornou-se num bom exemplo de como essa tipologia de espaços se podem tornar mais valias para o bom funcionamento democrático das sociedades quando são consideradas as suas particularidades e limitações. No caso do complexo nazi de Nuremberga, por exemplo, onde uma primeira opção pela banalização do património associado ao nazismo para o desprover de quaisquer memórias mitificadoras e laudatórias foi abandonada e se optou pela criação de um centro de documentação no antigo Palácio do Congresso, passou a contar-se com uma exposição sobre a ascensão do nazismo, as concentrações do partido, os espaços onde se realizavam os desfiles e os julgamentos de Nuremberga. Para além disso, até a

importância da denominação do mesmo foi considerada, pois houve cuidado de se evitar o termo museu para que se evitasse qualquer tipo de legitimidade do passado histórico relacionado com os objetos expostos e para que se rejeitasse qualquer possível resposta emotiva por parte dos visitantes (Macdonald, 2006).

Pode dizer-se que os responsáveis pela elaboração do programa museológico do *Centro de Interpretação do Estado Novo*, como técnicos provenientes do meio académico e científico que desenvolve conhecimento sobre estas matérias, optaram por uma conceção museológica semelhante, revelando o conhecimento das particularidades que pautam os debates em torno dessas questões. Assim, tanto os cuidados na denominação do projeto, no discurso museológico proposto e nas estratégias museográficas pretendidas foram de encontro ao que se fez neste exemplo de Nuremberga. Tal como Hobsbawm afirma, não cabe aos historiadores a tarefa de julgar os confrontos ideológicos ou religiosos que polvilharam este século, mesmo que lhes seja difícil, devido à proximidade temporal e afetiva que esse período lhes provoca. Impõem-se-lhe, antes, a necessidade de compreender, e como cientistas que são, gerar o consequente conhecimento sobre essa temática (Hobsbawm, 1996, p. 17). Ou seja, tal como quando se fez em Nuremberga no enquadramento da história nazi alemã, onde não se procura perdoar o genocídio, mas sim compreendê-lo e analisá-lo, os técnicos do CEIS20 procuraram uma estratégia similar.

Não será, por isso, arriscado afirmar que as manifestações que procuraram impedir o surgimento de uma perspetiva não assumidamente alinhada com as suas perspetivas da memória do Estado Novo trilharam o caminho das tentativas de controlo sobre a memória coletiva, fenómeno típico das habituais disputas que envolvem o constante processo de recriação das identidades. Pois, cientes de que o surgimento de plataformas complexizantes desse passado poderiam ser prejudiciais para a sua memória sobre o Estado Novo, no sentido em que traria uma visão alternativa ao seu discurso memorialístico, exploraram desenvolver na opinião pública a ideia de que seria danoso a implementação do *Centro de Interpretação do Estado Novo*, apelidado frequentemente de “Museu Salazar”. Tal como a afirmação de Hobsbawm de que a sociedade saída da segunda guerra mundial foi moldada pelos que dela saíram vencedores e que, por isso, a opinião e vida intelectual dos vencidos foram silenciadas (Hobsbawm, 1996, p. 16), a procura pelo silenciamento de um discurso memorialístico não exclusivamente alinhado com o das suas vítimas foi mais um típico exemplo da realidade que envolve as disputas no uso da memória, neste caso do passado ditatorial português.

Foi nesse sentido que 204 ex-presos políticos desenvolveram um abaixo-assinado que se apresentou como uma reação a um anúncio do presidente de Câmara de Santa Comba Dão da criação de um “Museu Salazar”. Materializaram-no com o envio de uma carta ao Presidente da República Portuguesa e ao primeiro-ministro, na qual requisitaram que o Estado impedisse a criação do que consideraram ser um instrumento ao serviço do branqueamento da ditadura, um centro de romagem

de saudosistas do Estado Novo e um instrumento de propaganda ao fascismo (Valente, 2019). Também se assistiu ao aparecimento de uma petição online promovida por algumas personalidades relacionadas com a resistência ao Estado Novo, na qual manifestaram o mesmo repúdio e requisitaram ao primeiro-ministro a mesma tomada de posição. Não passando, aliás, de ser uma transcrição do anterior abaixo-assinado, transformado em petição e renomeado “*MUSEU de SALAZAR, NÃO!*”, acabou por se considerar concluída quando se conseguiram reunir cerca de 18 mil assinaturas, tendo então os seus promotores achado que as suas reclamações, com a escalada da discussão pública sobre o anterior abaixo-assinado, foram bem sucedidas. (Soares, 2019).

É ainda de salientar o surgimento de outras manifestações públicas de condenação ao projeto museológico do CEIS20 que não revelaram conhecer, de facto, a estratégia museológica que se propunha a ser implementada na Escola-Cantina Salazar, como o foi o voto de condenação apresentado pelo Partido Comunista Português à Assembleia da República Portuguesa, que foi aprovado com os demais votos favoráveis do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista. Essencialmente porque, para além de, como os anteriores, denominarem erradamente o projeto de Museu Salazar, consideraram-no como uma instalação museológica desprovida de elementos verdadeiramente denunciadores da opressão do Estado Novo sobre a população (J. Oliveira et al., 2019), contrário àquilo que foram os esclarecimentos públicos dos técnicos envolvidos (RTP, 2019).

Estas posições revelam, assim, serem demonstrativas de que toda a memória é carregada por grupos vivos e que, por isso, é afetiva e vulnerável a todos os usos e manipulações (Nora, 1993). Principalmente quando utilizada por organizações coletivas intimamente relacionadas com os jogos de poder, visto que os regimes democráticos não deixam de ser resultado de escolhas sociais, as suas ações serão por elas determinadas, o que se reflete nas políticas históricas e memorialísticas levadas a cabo. O Estado não deixará de ser um veículo de exercícios e de discursos determinados por quem ocupa o poder ou de quem nele exerce influência indiretamente. Recorde-se, a este respeito, a já citada estratégia de construção de identidade levada a cabo pela República de Singapura, que seguindo uma estratégia memorialística construída de acordo com a vontade da hegemonia ideológica, procurou evitar a fricção entre diferentes grupos sociais minoritários através do desencorajamento à manifestação de interpretações alternativas (Hack, 2010).

Mesmo apesar de Tim Benton alertar que estas políticas são manifestamente mais claras em países onde existe uma hegemonia partidária acentuada, que por vezes podem ser consideradas como não totalmente democráticas, esta situação também se pode transpor para o caso português, se bem que de forma analítica diferente. Quero com isto dizer que, mesmo sendo a democracia portuguesa um caso de multipartidarismo e uma certa rotatividade ideológica no exercício executivo do Estado, a política sobre a memória não deixa de sofrer de influências e de escolhas. Como já reconheci anteriormente, o processo de construção identitária consiste numa série de seleções de histórias,

memórias, tradições e valores com os quais nos identificamos num determinado momento, o que proporcionará sempre a influência do fator político e de mais questões de poder nos processos de construção de significados sobre o passado.

É sobre a forma como isto influenciou a falência do desenvolvimento da construção do Centro de Interpretação na Escola-Cantina Salazar que se segue o próximo ponto.

a) A INFLUÊNCIA DAS LUTAS PELA MEMÓRIA NO FALHANÇO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO

Recuperando a evocação dos estudos de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, no que se refere à construção da memória de determinado grupo, considere-se que o processo fundamental para essa conceptualização se deve ao que se pode chamar de seletividade da memória, cuja finalidade é a conservação do grupo. Ou seja, de acordo com a sua teoria, o que os grupos recordam e o que querem esquecer está sempre veiculado ao seu interesse pela sua própria permanência (Halbwachs, 1990), pelo que acabam sempre por escolher as lembranças que melhor conseguem proporcionar as condições necessárias para o cumprimento dos seus próprios requisitos, no presente. Partilhando desta opinião, embora recusando o carácter positivista de Halbwachs sobre a construção de memórias coletivas, Michael Pollak defende também que os diferentes grupos sociais que se pretendem estabelecer enquanto tal hierarquizam umas memórias em prol de outras para servirem os seus desígnios. Criam estratégias para modelar o passado, para lembrarem o que querem, o que lhes convém, e tentam apagar o que não consideram desejável com vista a manterem a sua coesão do grupo presente e a garantirem a sua manutenção no futuro. Além disto, desenvolve ainda a ideia de que em determinados períodos os grupos minoritários que não comungam de uma memória supracomunitária que se lhes é imposta, repressivamente ou não, mantêm ainda uma certa autonomia através da execução dessa hierarquização ao nível do subterrâneo. Ou seja, quando discursos memorialísticos oficiais se sobrepõem e põem em causa a sua própria identidade minoritária, conseguem fazê-la permanecer através de um fluxo de subversão, hierarquizando as suas memórias num plano superior em relação às que lhes são impostas. Rejeitando o carácter uniformizador e/ou opressivo do discurso memorialístico oficial, conseguem fazer permanecer o seu através do exercício da confrontação ao nível do não-dito (Pollak, 1989)

Assim se pode compreender a manutenção da memória pelos grupos minoritários constituídos pelos resistentes ao Estado Novo, em tempos de democracia. Mesmo não conjugando do carácter repressivo da ditadura que lhes precedeu, que procurava impedir a coexistência de memórias

minoritárias (L. F. R. Pereira, 2011), pode assumir-se que o regime democrático pós 25 de Abril continuou, naturalmente, a ser palco de escolhas sobre os discursos memorialísticos a serem implementados, pois o património associado a coisas que não convém lembrar, que poderia pôr em causa a estabilidade social conseguida através de pactos mais ou menos formais entre polos que se consideravam antagónicos entre si, não foi alvo de uma estratégia de valorização patrimonial e museológica. Tenha-se em consideração, a esse respeito, o que aconteceu após o 25 de novembro de 1975, quando a fação político-social que daí saiu vitoriosa agregou imediatamente a fação que vencera, garantindo um equilíbrio de poderes entre si (Blockeel, 2013, p.304), sendo a Constituição da República Portuguesa de 1976 um reflexo disso, pois resultou de múltiplas cedências entre esses dois polos, fazendo coexistir a democratização de estilo Ocidental reclamada pelo centro e centro-esquerda e a continuidade das nacionalizações e a reforma agrária reclamada pela esquerda que saíra derrotada (Ramos & Tavares, 2020).

Desse pacto resultou, então, o silenciamento implícito da memória sobre a ditadura, denunciado por Blockeel:

“(...) com a revisão constitucional de 1982, “vai emergir uma espécie de contracultura de negação/revisão da memória”, com três manifestações principais: o esvaziamento prático de muitas medidas de justiça que se tinham obtido no pós 25 de abril, o prolongamento do fecho de alguns arquivos essenciais à investigação histórica sobre o Estado Novo e as suas instituições – foi só a partir de 1991 que se abriram os principais arquivos para os investigadores – e, em terceiro lugar, a construção progressiva de um discurso de revisão historiográfica acerca do Estado Novo enquanto regime.” (Blockeel, 2013, p. 304)

A falta de apuramento de responsabilidades de quem sustentava o Estado Novo foi um exemplo disso mesmo, sendo a execução dos processos judiciais que envolveram o julgamento de antigos agentes, informadores e médicos da PIDE/DGS mais simbólicas do que com verdadeiros efeitos práticos. Da parte dos juízes dos tribunais plenários, por exemplo, foi-lhes permitida a inclusão pacífica no Estado democrático, levando-os a terminarem a sua carreira como vulgares funcionários públicos, com direito a pensões de aposentação, mesmo os que pertenciam ao topo da sua hierarquia (Marques, 2013).

Daí, a memória dos resistentes do Estado Novo foi-se mantendo ao nível do não dito até ao momento em que, como se viu anteriormente, a continuação desse tipo de ação por parte do Estado Português ameaçou eliminar definitivamente as suas maiores referências patrimoniais, o que legitimou e alavancou a sua emergência para um primeiro plano no debate das questões relacionadas com as práticas memorialísticas. Isto vai de encontro à ideia de que esse tipo de memórias tendem a

emergir em momentos de rutura, quase sempre de forma brusca e sobressaltada (Ferraz & Campos, 2018), considerando que esse perigo de perda das antigas prisões do Estado Novo foi um desses casos. Contudo, mesmo nesses episódios temporais em que a posição das memórias minoritárias dissonantes emerge do nível do não-dito para o primeiro plano das políticas culturais sobre a memória, a sua tendência para a autonomia continua a persistir. Como minoria identitária que são, no sentido em que partilham memórias particulares, os resistentes ao Estado Novo e os seus herdeiros políticos e ideológicos procuram, por isso, e a partir daí, preservar a sua própria memória.

Como fizeram no caso da antiga prisão do Aljube, transformada em *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade* e do antigo forte de Peniche, futuro *Museu Nacional da Resistência*, já que, como grupo identitário, recorreram ao uso de elementos simbólicos para materializarem a sua memória, no sentido em que isso lhes permite a durabilidade dessas noções através do tempo, já que o património é uma garantia de melhoria das condições para a continuidade das mensagens e significados que geram a coesão dos respetivos grupos sociais (Smith, 2006). Principalmente quando estão envolvidas nessa patrimonialização tentativas de musealização, são os museus que, interpretando as questões da história e da memória, melhor asseguram a continuação da coesão de grupos identitários.

Usufruindo, então, do privilégio de saírem do nível do não-dito, para o lugar cimeiro das questões envolvidas com as memórias coletivas, os resistentes ao Estado Novo passaram a disputar um lugar privilegiado nas disputas que as caracterizam. Como processos pautados por inúmeras mudanças conceptuais que advêm da sua característica enquanto conceitos que se deslocam, se sobrepõem e se substituem entre si, memórias que em determinado momento se consideraram como subterrâneas conseguiram, através de vários fatores, ocupar a posição contrária. Considerando-se a evidência de que há várias formas de narrar a história de um país, quando o ambiente sociopolítico o permite, conseguem mudar-se os paradigmas da memória. Quando até certo momento os reconhecimentos de eventos problemáticos clamavam por espaço na arena pública, na memória coletiva e nas identidades nacionais, a partir do momento em que as elites começam a depender politicamente dos grupos até então subjugados, procuram encontrar para estes uma compensação aliada à política do arrependimento.

Quero com isto dizer que as disputas pela memória têm contornos cronológicos e políticos que lhe dão características mutáveis, pelo que se definem consoante o entendimento daqueles que com ela beneficiam. Ou seja, quando no poder, fações que antes se viam identificadas com memórias que até então se posicionavam ao nível do subterrâneo (Pollak, 1989) passam a ter acesso ao controlo dos significados da memória e da identidade dominantes. Incapazes de estruturarem as práticas relacionadas com a memória como uma construção passiva, utilizá-la-ão sempre de acordo com os seus mecanismos afetivos, fazendo-a, mais uma vez, vítima da variedade interpretativa proporcionada

pelos contextos, conjunturas e sistemas que a afligem (L. F. R. Pereira, 2011). Assim, os grupos identificados com as memórias politicamente sensíveis que viviam fora do prisma do discurso memorialístico oficial substituem os anteriores decisores pelas práticas da memória hegemónica. Passam a comungar de características típicas de quem domina o discurso identitário hegemónico, nomeadamente, a subalternizar discursos identitários alternativos sobre um mesmo passado comum ou a evitar abordagens interpretativas que complexifiquem essa mesma hegemonia. Em suma, a luta pela memória, mais uma vez, não deixa de ser fruto das condicionantes sociopolíticas do tempo em que se insere. A sua essência continua a depender das vontades dos políticos que ocupam os cargos de decisão e o desenvolvimento de discursos que se lhe dedicam continuam a ser condicionados. Ou seja, a memória continuará sempre ser dependente dessas relações. Tenha-se, por exemplo, em consideração, o seguinte caso, bem demonstrativo dessa realidade de memórias que viveram ao nível do subterrâneo durante décadas e que conseguem vir a tornar-se protagonistas nas escolhas dos discursos memorialísticos hegemónicos.

No 75º aniversário da libertação de Auschwitz, ficaram bem patentes que quando antes as memórias se encontravam ao nível do não dito, estas passaram a ocupar uma posição central nos jogos geoestratégicos nacionais ou internacionais das elites dominantes, sendo primeiro revalorizadas e, depois, manuseadas simbolicamente para cumprir o papel que delas se espera no presente. Dessas celebrações resultaram leituras da memória do Holocausto alteradas, em comparação com o que até vinha sendo prática dos governos dos países envolvidos, para criarem determinados significados no presente e, assim, justificarem mudanças nas relações de poder. Quando, até certo momento, as disputas pelas políticas memorialísticas entre a Polónia e Israel eram intensas, diferindo na interpretação do papel que os polacos tiveram no Holocausto, esse paradigma alterou-se nas vésperas da referida celebração, quando foi necessário atender à ambição israelita de terem um peão geopolítico que conseguisse jogar a seu favor no seio da União Europeia. E, passando a Polónia a encaixar nesse papel, chegou-se a um meio termo que permitiria, momentaneamente, a redefinição dessa memória para servir ambas as demandas. Contudo, quando a conjuntura assim o tornou necessário, o paradigma inverteu-se novamente, aproximando os governos russo e israelita. Ou seja, quando as demandas políticas do presente se alteraram, a perspetiva sobre esse passado voltou, uma vez mais, a alterar-se num curto espaço de tempo, demonstrando a maleabilidade das memórias coletivas. Aproximando-se Netanyahu de Putin, que passara a exercer enorme influência sobre o médio-oriente após a intervenção russa na Síria, a memória judaica israelita oficial sobre o seu passado sensível posicionou-se, uma vez mais, no sentido da confrontação com uma memória oficial polaca que procurava a reinterpretção do passado ativo de alguns dos seus cidadãos enquanto carrascos no Holocausto para facilitar sua integração na União Europeia. Isto resultou numa falta de convite à Polónia para discursar nas comemorações da libertação de Auschwitz em Jerusalém, o que levou o

Estado Polaco a não se fazer representar e a levar a cabo uma comemoração paralela (Guimarães, 2020).

Considerando a memória sobre o holocausto um processo que permaneceu décadas ao nível do não-dito - visto que as primeiras gerações que fundaram o Estado de Israel não tiveram muito interesse em manter viva a memória do Holocausto até ao momento em que se viram ameaças por um novo inimigo externo¹¹ (Guimarães, 2020), os polacos a terem secundarizado em Auschwitz (Benton, 2010a); os russos não viram, a princípio, a sua importância (Benton, 2010a; Guimarães, 2020); e os alemães evitaram até meados da década de sessenta (Hepworth, 2019) -, a partir do momento em que passou a ser considerada útil para a política interna e externa desses Estados, começou a fazer parte das suas agendas. Aliás, como se viu, esta veio a ocupar um lugar destacado. Ou seja, memórias que em determinados períodos passaram do obscurantismo mediático para o primeiro plano das iniciativas socioculturais das sociedades, começaram, também, a serem alvo de uma intensificação pelo controlo e reinterpretação social e estatal.

É assim, tendo em conta estes paradigmas, que se pode identificar uma das razões que motivaram as tentativas de sabotagem à tentativa de musealização da escola-cantina Salazar. Estando décadas afastados dos processos de negociação e do confronto que envolvem os discursos memorialísticos que não vivem ao nível do não-dito, quando conjunturas político-sociais favoráveis permitiram a determinados grupos sociais ocupar um lugar mais privilegiado nas escolhas sobre a memória, passaram a gozar dessa capacidade de conseguir exercer influência sobre as políticas culturais do Estado. Conseguindo então, consequente, gerar tentativas de condenação ao projeto do *Centro de Interpretação do Estado Novo*, com vista ao controlo sobre a memória do Estado Novo, principalmente se se considerar que relativamente ao caso do *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*, e ao *Museu Nacional Resistência e Liberdade*, com discursos memorialísticos sobre o Estado Novo assumidamente tipificados, a reação foi a oposta. Isto não seixa de ser revelador de escolhas sobre o passado a ser representado.

Concluindo, a partir do momento em que, com a possibilidade de outra tentativa de musealização da memória do Estado Novo, se viram desafiados por uma estratégia que confrontava a sua monopolização sobre a leitura museológica desse passado, os grupos sociais onde se incluem os resistentes ao Estado Novo criaram impedimentos para o aparecimento de uma abordagem que poderia vir a constituir-se num perigo para o seu próprio sentido de identidade, no sentido em que ela depende da continuação da existência de uma confrontação com identidades antagónicas. Ou seja, vendo o projeto para a criação do *Centro de Interpretação do Estado Novo* como um tipo de estratégia

museológica que atuaria como uma extensão de uma política cultural que anteriormente menosprezara a sua memória e gerara tentativas de revisionismo desse passado traumático (*Museu Do Aljube Resistência e Liberdade*, n.d.), pode assumir-se que a sua reação foi fruto da intrínseca necessidade que os grupos sociais têm pela procura incessante da recriação de memórias e identidade para se legitimarem enquanto tal, sendo que, neste caso, recorreram ao exercício de confrontação com um discurso que consideravam antagónico e contrário ao seu.

Assim, como consequência da insuficiência crónica do Estado português em tomar a iniciativa para gerar mecanismos que invoquem a memória daqueles que lutaram contra a ditadura para, assim, os fazerem sentir-se suficientemente representados, os abaixo-assinados e votos de condenação na Assembleia da República Portuguesa materializaram a falsa ideia de que o *Centro de Interpretação do Estado Novo* não passava de mais uma prova de que a memória histórica oficial continua a ser protagonizada por práticas que procuram menosprezar a memória dos grupos sociais protagonizados pelos resistentes ao Estado Novo. De que a memória que se coloca como oficial e patrimonializada pelo Estado produz modos eficientes de coerção e de anulação de um tipo específico de memória coletiva (Ferraz & Campos, 2018, p. 191).

Ou seja, apesar do discurso promovido pelo Estado português sobre a memória do Estado Novo após Novembro de 1975 ter conseguido, pela sua inexistência, amenizar a tensão entre os diferentes grupos memorialísticos, quando a conjuntura sociopolítica permitiu uma hegemonia museológica sobre a memória do Estado Novo, extremaram-se as reivindicações para o impedimento de um discurso museológico que viesse contribuir para a complexificação desse passado.

b) OS SIGNIFICADOS DOS ESPAÇOS-MEMÓRIA E O SEU PAPEL NO FIM DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO ESTADO NOVO

Não se limitam, porém, a natureza dessas reações antagónicas a estas demandas. A mesma pode ser analisada tendo em consideração o passado do espaço, os seus significados intrínsecos e a natureza simbólica e programática de diferentes tentativas precursoras para a sua musealização. Ou seja, a simbologia que as sociedades colam a determinado património tem, muitas vezes, o poder de condicionar intervenções que procurem vir a transformar esse sentido num curto espaço de tempo. Os espaços têm significados intrínsecos difíceis de modificar, principalmente quando os atores que foram protagonistas no seu passado ainda não desapareceram, tendo, assim, o poder de conseguir limitar essas transformações simbólicas. E também se esse passado está ligado a memórias sensíveis,

a passados autoritários e traumáticos, embora seja possível gerar mecanismos que possam contextualizar essa simbologia no presente e, assim, poder ser problematizada e questionada.

Um pouco à semelhança do que se fez, por exemplo, no já referido *Foro Mussolini*, apresentado por Tim Benton (Benton, 2010a). Comungando com a *Escola-Cantina Salazar* a característica de ter nascido com a intenção de serem edifícios representativos da ideologia e das políticas de estados fascistas, nesse caso geraram-se estratégias que proporcionaram o seu usufruto enquanto espaço de valor estético e artístico desassociado de leituras apologistas ou amenizantes do passado violento e autoritário do regime a si associado. Originalmente desenhado para servir como apologia aos ideais fascistas, o *Foro Mussolini* é um complexo desportivo composto por vários edifícios originalmente apetrechados por símbolos de simbologia fascista que visavam explorar a magnificência do espaço, com vista à glorificação da capacidade obreira do Estado fascista. Desde a arquitetura aos mosaicos, passando pela estatuária e pela qualidade dos materiais envolvidos na sua construção, tudo serviu como plataforma de transmissão de significados, como por exemplo as 90 estátuas de 2,5 metros de altura construídas em mármore de Carrara que, com essa dimensão, transmitem uma mensagem de imponência e capacidade do Estado fascista, ainda para mais quando existiu a preocupação de entrosar essa simbologia com a sociedade através de atividades de associações paramilitares juvenis que estimulavam a relação entre os significados do espaço com o culto do físico e o sacrifício militar.

Após a Segunda Guerra Mundial, este espaço começou a sofrer de problemas de conservação, mesmo apesar de ser habitualmente utilizado para atividades desportivas, pelo que a sua iconografia começou a ser alvo de vandalismos com propósitos político-sociais, servindo como tela para grafitis oposicionistas ao fascismo, por um lado, e saudosistas, por outro. Então, para responder a essa degradação e atendendo ao facto de ser um espaço ainda funcional, o Estado Italiano decidiu recuperar o complexo, apetrechando-o de estratégias simbólicas e de enquadramento histórico que permitissem um usufruto libertado de apologismo ao fascismo: tendo já o seu nome modificado para *Foro Italico*, criaram-se legendas e foram eliminados diversos símbolos que remetiam diretamente para a sua relação com o passado fascista (Benton, 2010, p. 140).

No mesmo sentido, foi anunciado o projeto anunciado para a conservação dos espaços ligados ao nazismo de Nuremberga pela responsável pela cultura da cidade Julia Lether, no qual vão ser gastos cerca de 85 milhões de euros, em particular no local onde Hitler professou uma narrativa racista que se materializou na morte de milhões de grupos sociais minoritários (Canelas, 2020). Importa recordar que, tal como o caso italiano, e tal como o projeto das escolas do centenário, na qual se incluiu a *Escola-Cantina Salazar* (Pimentel, 2012), o património desta cidade serviu para demonstrar a capacidade executória do regime e a superioridade da raça, pelo que nessa estratégia foi cuidadosamente contemplado o reforço da função educativa de todo o complexo através da criação

de novos painéis informativos sobre os significados de cada uma das construções e a sua relação com a ação violenta do regime nazi.

Mesmo sendo louvável a criação destas estratégias para amenizar os significados intrínsecos do património erguido por regimes autoritários, essa revalorização tende a manter aceso o debate sobre as questões da memória e da identidade no espaço público, principalmente nos casos em que essa sua associação com um passado traumático é mais direta. Este caso de Nuremberga, por exemplo, tem sido alvo de disputa entre setores sociais que temem um aproveitamento da sua revalorização patrimonial por grupos de extrema-direita, que ultimamente têm vindo a usufruir de um ambiente social propício à sua emancipação, e as comunidades judaicas e o governo alemão que vêm na revalorização com complexo uma forma de poder transmitir às gerações do presente o passado ligado à intolerância racial.

Em suma, quanto mais traumáticas as memórias são, mais difícil se torna levar avante as posteriores tentativas de musealização dos espaços a si diretamente associados. É disto, portanto, que se pode apontar outra das razões para a dificuldade para a criação do *Centro de Interpretação do Estado Novo*: a sua indissociabilidade a um passado politicamente sensível, traumático para grupos sociais protagonizados pelas suas vítimas. Ou seja, por mais que se criem plataformas para o afastamento de qualquer tipo de aproximação ideológica para com a memória política que se aborda, a reutilização de espaços que foram criados com o propósito de serem plataformas de transmissão de valores fascistas gerarão sempre debate e tensões. O confronto entre o significado do local enquanto espaço-memória do Estado Novo e a sua revalorização patrimonial gerarão sempre tentativas de controlo dessa memória, tanto que, no caso da *Escola-Cantina Salazar*, resultou na anulação da sua tentativa de musealização, mesmo apesar de publicamente assumida a procura pela rejeição de qualquer tipo de abordagem promotora ou desculpabilizante da ditadura.

Ainda para mais quando se tem em consideração o passado da *Escola-Cantina Salazar* no que diz respeito a tentativas precursoras para a sua revalorização patrimonial e/ou adaptação do espaço para uma função de cariz museológico, podendo justificar o exacerbar destas disputas. Já antes do projeto que juntou CEIS20, Adices e Câmara Municipal de Santa Comba Dão, esta última entidade procurou explorar conceptualmente a associação da localidade do Vimieiro à sua personalidade história mais reconhecida através da musealização da antiga *Escola-Cantina Salazar*. Contudo, não de formas que privilegiariam abordagens que denunciasses as ações políticas que visaram a diminuição das liberdades individuais da sociedade portuguesa e o desrespeito pelos direitos humanos, como a que se equacionou para o *Centro de Interpretação do Estado Novo* (Soldado, 2019). Em vez disso, negligenciar-se-ia a sua natureza dissonante, pois tender-se-ia para uma interpretação alienada do tema que renunciaria a interpretação das problemáticas relacionadas com a memória de passados traumáticos que tenho vindo a explorar ao longo desta dissertação. Fundamentalmente, revelar-se-

iam conceptualizadas para explorar mediaticamente a figura de António Oliveira Salazar. Veja-se, por exemplo, a aquisição de espólio particular de Salazar como uma justificação para o que acabo de afirmar. Tendo partido da iniciativa da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, depois de o adquirir através de uma cedência por parte de um sobrinho do antigo ditador, o objetivo passaria por incorporá-lo num futuro *Museu Salazar* a ser criado na localidade de Vimieiro, num local ainda não definido. Esses bens seriam compostos por material filatélico, numismático, medalhístico, objetos vários, revistas, jornais, documentos, mapas e livros (*As Medalhas, as Condecorações e as Revistas Nova Gente de Salazar*, 2020).

Tenha-se também em particular consideração a aquisição de uma estátua decapitada de bronze com 2,3 metros que representa o ditador em vestes doutorais e um busto de pedra, com cerca de 500 quilos (Expresso, 2019). Ambas cedidas pela Direção-Geral do Património Cultural por um prazo de cinco anos renováveis, através da assinatura de um protocolo que fazia referência a uma Rota de Figuras do Estado Novo, projeto no qual o município participaria através da transformação da *Escola-Cantina Salazar* num espaço museológico (Ferreira, 2019). Embora não se possa afirmar com toda a certeza que viessem a ser instaladas no local em questão, pois esse projeto histórico-cultural acabou sendo mais tarde transformado na *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*, cuja assessoria científica recusou a sua integração, subentende-se que esse fosse o objetivo da aquisição, visto em 2010 ter sido considerado pela autarquia que uma delas viesse a ser instalada numa praça adjacente à Escola-Cantina (Soldado, 2019).

O conceito de Pós-modernismo parece adequar-se perfeitamente para definir todo este processo. Como resultado de concretizações que resultam da desconstrução das noções de objetividade, neutralidade social e da superioridade do conhecimento científico e tecnológico sobre outros, esse tipo de abordagem museológica caracteriza-se pela adoção de discursos e práticas que padecem de insuficiência deontológica, no sentido em que tem tendência para se alienar das práticas desejáveis para lidar com questões relacionadas com o património cultural (Nunes, 2016). Sendo que os museus que daí provêm aparecem como evocações de passados saneados, idealizados e romantizados, alheados da cientificidade do conhecimento histórico, que têm como razão de existirem a procura incessante pela rentabilização económica, alicerçando-se na exploração de valências que atraem público que procuram a descomplexificação social, na indistinção entre o real e o imaginado, entre a cultura e o lazer. Por isso, essa tipologia de museus relativiza a espetável missão de responsabilização cívica, moral e pedagógica. Fundamentam a sua missão nas respostas à concorrência económica e na diminuição do risco do capital cultural.

Daí que se pode concluir que estas tentativas precursoras para o uso da Escola-Cantina tenham reforçado a ligação do imóvel a uma imagem invocativa do Estado Novo, e, por isso, dificultado o projeto proposto pelo CEIS20 às entidades responsáveis. Como projeto que, para além do significado

intrínseco de espaços intimamente relacionados com passados politicamente sensíveis sofreu da ligação a tentativas anteriores de musealização que tendiam a basear-se na mediatização da respetiva figura histórica, como acontece em Predappio, o esforço das instituições envolvidas para esclarecer a opinião pública de que o novo plano não seguiria essa linha não conseguiu evitar que se contaminasse o seu sucesso. Isto é bem visível na imprensa escrita da época, onde a esmagadora maioria das notícias publicadas sobre o projeto do *Centro de Interpretação do Estado Novo* nomearam-no de *Museu Salazar*, mesmo após os devidos esclarecimentos terem vindo a público (Franco, 2019). Estando a tarefa consultora do CEIS20 bastante dificultada pelo facto da memória do sítio estar veiculada ao contexto educativo da época, que impunha uma doutrina religiosa, política e social (M. H. Pereira, 2019), a tentativa do município em conectar objetos relacionados com António Oliveira Salazar criou obstáculos adicionais para a desafetação do discurso museológico proposto pelo CEIS20 a uma memória acrítica do Estado Novo.

Analisada de que forma as noções de memória e identidade inviabilizaram o projeto de transformação da *Escola-Cantina Salazar* no *Centro de Interpretação do Estado Novo*, fundamentalmente pelos significados que, enquanto espaço-memória da figura de um ditador e de um regime opressivo sobre os seus opositores, impossibilitaram a adaptação do local para uma tentativa de exercício interpretativo que condenaria essa tipologia de regimes, cabe ao próximo capítulo descortinar como as lutas pela memória de um passado politicamente sensível e a falta de consciencialização social e política sobre as problemáticas relacionadas com espaços-memória e sobre as mais-valias do desenvolvimento de projetos de índole memorialística para a promoção de uma sociedade democrática teve implicações que resultaram na falência da rede.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO FRACASSO DA REDE DE CENTROS DE INTERPRETAÇÃO E/OU CASAS MUSEU DE HISTÓRIA E MEMÓRIA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO

Considerando o mediatismo gerado em torno da musealização do *Centro de Interpretação do Estado Novo* como um condicionalismo forte às pretensões das entidades responsáveis pela sua criação, no sentido em que dificultou muito a existência de condições sociais e políticas propensas ao desenvolvimento de uma abordagem museológica que se comprometia a complexificar uma memória fraturante, e a dificuldade gerada pelo significado intrínseco da *Escola-Cantina Salazar* a uma imagem positiva da ditadura, isso não é, ainda assim, suficiente para justificar a falência de toda uma estrutura museológica regional que demonstrava, à partida, estar capacitada de meios e de apoios suficientes para se estabelecer como um projeto cultural que prometia atenuar a crescentemente dicotomia entre regiões carentes de meios de desenvolvimento social e económico e os grandes polos urbanos que, nas últimas décadas, têm manifestado uma crescente magnanimidade na constituição de circuitos culturais e de fluxos de circulação de bens culturais (Fortuna, 2003). Ou seja, os argumentos que apresentei anteriormente para explicar como os condicionalismos que se apresentaram relativamente à musealização da Escola-cantina Salazar, apesar de demonstrativos de que o avanço dos trabalhos foi seriamente afetado por eles, não chegam, por si só, para demonstrar até que ponto a incapacidade das instituições estatais e dos seus atores em lidar com projetos culturais complexificantes resultou na implosão da Rede de *Centros de Interpretação e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo*.

Por mais que os conceitos de memória, identidade, património, dissonância e poder estejam, inevitavelmente, ligados entre si e se condicionem mutuamente (Smith, 2006) e, por isso, tenham feito com que a estratégia interpretativa de memórias politicamente sensíveis proposta pelo CEIS20 tivesse sido muito contestada por setores que a viram como uma ameaça à narrativa museológica que domina a memória do Estado Novo em Portugal, pode dizer-se que o sucesso da sua implementação não dependeu tanto disso, no sentido em que, mesmo por mais que alguns grupos identitários tenham influências sociopolíticas capazes de fazer com que a sua interpretação da memória possa vir a ser mais legitimada que outras que apresentem leituras diferentes, nunca conseguiriam materializá-las em procedimentos legais que impedissem a implementação de uma rede museológica que contaria com um centro de interpretação que se comprometeria a contextualizar o Estado Novo de uma forma que consideravam desculpabilizante. Também, diga-se, porque nunca conseguiriam justificar a validade desse argumento, dada a inexistência de qualquer tipo de proposta programática que o demonstrasse. Considerem-se, por exemplo, as palavras de António Costa em entrevista a um órgão de comunicação social, onde argumenta que seria útil e favorável o surgimento de um centro de

interpretação que contextualizasse o Estado Novo, mas que seria de evitar o surgimento de uma estratégia museológica que desculpabilizasse a ação de António de Oliveira Salazar (TVI, 2019). Ou seja, mesmo que a estratégia museológica em causa fosse a segunda hipótese referida pelo Primeiro-Ministro, estas declarações demonstram que seria muito difícil criarem-se mecanismos jurídico-políticos que impedissem, de facto, a interpretação das memórias politicamente sensíveis proposta pela consultoria do projeto.

Assume-se, assim, que esse fator não terá sido o único responsável pelo falhanço das ambições das entidades envolvidas na *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*, principalmente se se considerar que não implicou diretamente os restantes núcleos e que era espectável que a rede museológica, como um todo, fosse capaz de suportar o impacto destes acontecimentos através da maior capacidade deste tipo de concentração administrativa de lidar com condicionantes externas que analisei no capítulo anterior. Sendo uma estrutura de cariz plurimunicipal suportada por uma associação intermunicipal, 5 municípios e com a consultoria de um organismo científico pertencente a uma conceituada universidade portuguesa, as condições, à priori, seriam propícias para se conseguir contornar esses obstáculos.

Contudo, quando se constata que questões que se relacionam com processos de musealização de memórias sensíveis não se restringiam a Santa Comba Dão e que, por isso, a dissonância e complexidade de toda uma rede interpretativa que se comprometia a gerar discursos complexificantes exigiram grandes capacidades de articulação entre todas as entidades envolvidas para que se conseguisse chegar ao nível que se esperaria de uma estrutura deste tipo, o desenvolvimento do projeto encontrou outros condicionalismos que comprometeram o seu desenvolvimento. Ou seja, ao nível dos parceiros autárquicos, a perceção de que sítios que representam dúvidas morais, que persistem por passados relacionados com conflitos ou a políticas públicas censuráveis, são muito difíceis de serem bem sucedidos enquanto espaços de memória, por não existirem consensos morais sobre a natureza desses conflitos (Winter, 2010), levou, em parte, a que não se tivessem conseguido os consensos necessário sobre o que se deveria, ou não, ser lembrado em público, onde, por quem ou quando. Por serem o que Jay Winter considera como locais de referência para quem viveu os eventos neles materializados e para quem nasceu depois deles, no sentido em que se fez com que as memórias que se lhes associam viram exercício de fascínio pelas narrativas sobre o passado e, conseqüentemente, tornam o ato de recordação num processo de contestação sobre a museologia e a museografia dos casos em que a convergência entre os conceitos de História e Memória não atingiram o nível desejável (Winter, 2010), não se proporcionaram na *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo* as condições

necessárias para que se criassem discursos que ajudassem a fazer entender que essas leituras do passado poderiam vir a ter um papel importante na construção da sociedade democrática portuguesa.

Considerem-se, por exemplo, os acontecimentos que envolveram a tentativa de musealização do *Centro de Interpretação do Holocausto e Antissemitismo/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes*. Pretendendo o CEIS20 fazer com que a Casa do Passal, como espaço de memória da vida de Aristides de Sousa Mendes, se constituísse como uma estrutura museológica que abordaria de forma a potencializar o debate sobre o Holocausto e a importância da valorização da multiculturalidade e do respeito pelos direitos humanos, acabou vítima da incompreensão da Câmara Municipal de Carregal do Sal de que seria fundamental abandonar abordagens memorialísticas que secundarizavam esses objetivos em prol da primazia de narrativas divinizadoras da figura histórica em questão. Ou seja, existindo um projeto museológico prévio que propunha um discurso que demonstrava querer relegar para segundo plano a criação de um ambiente propício à geração de pluralidade de perspetivas e de reflexão conjunta sobre o tema dos direitos humanos e que procurava, antes, dar primazia à celebração da vida de Aristides de Sousa Mendes, o município preteriu os conteúdos do CEIS20 em função deste, inviabilizando qualquer tipo de confluência entre os dois e criando impeditivos para o fracasso na inclusão da rede museológica em análise.

Considerando que é essencial que os projetos culturais deste tipo estejam capacitados de estruturas suficientemente fortes para se estabelecerem como vetores de desenvolvimento social e económico, principalmente em regiões onde não abundam outros tipos de plataformas de desenvolvimento, seria espetável que a Câmara Municipal de Carregal do Sal, como responsável pela gestão do espaço por um período de 10 anos, apoiasse decididamente a inclusão da Casa do Passal num projeto em rede, de índole regional, que se comprometeria com o sucesso dessas demandas. Sabendo, à partida, que seria fundamental procurar convergências com o projeto museológico que a Fundação Aristides de Sousa Mendes vinha desenvolvendo, para se chegar ao consenso que permitiria responder às necessidades estruturais da rede, visto estarem em causa financiamentos públicos que dependiam do resultado das negociações do CEIS20 com todas as entidades encarregues das empreitadas dos 5 centros de interpretação, ou seja, sabendo que só seria incluído na *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo* um núcleo que abordasse a memória de Aristides de Sousa Mendes de acordo com a estratégia que o CEIS20 e a ADICES delinearam para potencializar a coexistência, no território de atuação da parceria, de um conjunto de recursos de enorme valor para a memória de Portugal e da Europa, que são determinantes para a competitividade coletiva (Lusa, 2020), esperar-se-ia outro tipo de ação que não aquela que se veio a verificar por parte do executivo camarário de Carregal do Sal.

Avelãs Nunes identifica esta incompreensão dos decisores políticos para a centralidade da necessidade de existência de plataformas de difusão de leituras históricas complexificantes para o

desenvolvimento social como um resultado da quebra de confiança crescente na historiografia e noutras ciências sociais por parte da sociedade (Nunes, 2013). Ou seja, que a alienação do poder político para a compreensão destas questões é fruto de um baixo nível de exigência da sociedade para com as instituições democráticas, resultando na desvalorização da utilidade social desse segmento do conhecimento científico e tecnológico, num sentido de círculo vicioso que é causa-efeito de si própria, que afeta sociedade e elite política. Fosse este um caso alienado dessa realidade, a opção por uma versão complexa, estruturada por especialistas que se comprometiam a fortalecer a democracia e o desenvolvimento sustentável, através de um tipo de discurso museológico derivado da historiografia, teria sido a escolhida. Não teria sido preterida por uma estrutura museológica que se assume menos ambiciosa, no sentido da potencialização de indivíduos críticos, que não se centra tanto num programa que dê primazia a temas que potencializam o papel do visitante enquanto ator da construção da sociedade do presente, principalmente porque não usufruem da complementaridade de uma rede museológica que se revelaria fulcral para atingir uma maior potencialidade dessas premissas, por estar comprometida em se tornar numa estrutura museológica de utilidade social com alto nível de incidência regional.

Atendendo, uma vez mais, à problemática da relação entre poder e espaços de memória, urge apresentar outra característica que poderá ajudar a explicar a opção pela continuidade do projeto da Fundação. Recorde-se que esses dois conceitos estão intimamente relacionados entre si e, por isso, as entidades de índole museológica são o resultado de tensões, contradições e negociações, tanto mais quanto maior é o seu nível de relação com hierarquias políticas, sociais ou académicas. Pelo que acabam sempre sendo reflexos do universo político-social que o envolve (C. H. L. de S. Oliveira, 2019). Compreendendo isto, poder-se-á alegar que também podem ter contribuído para a opção da Câmara Municipal de Carregal do Sal influências desse tipo de condicionantes, no sentido em que fazem parte dos quadros da Fundação Aristides de Sousa Mendes indivíduos com ligações ao partido que apoiou a eleição do atual executivo da Câmara Municipal de Carregal do Sal. Ou seja, para a recusa da estratégia museológica e museográfica do CEIS20 podem ter contribuído influências políticas que garantiram a hegemonia da narrativa da Fundação Aristides de Sousa Mendes, o que se poderá constituir num exemplo de ações de dominação da memória para servirem motivações e interesses particulares (Anico, 2006).

O conjunto desses fenómenos impossibilitaram, então, a sua inclusão na *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo* e contribuíram para o falhanço desta, visto que a sua viabilidade dependeria da existência de narrativas que se complementariam para atingir a desejada complexificação da memória coletiva do século XX. Sendo um estrutura polinuclear que pretendia ser charneira de intensificação da pluralidade de perspetivas com vista à potencialização da reflexão conjunta da sociedade, através da exploração da

capacidade dos museus afetos à Nova Museologia de serem ambientes propícios para o desenvolvimento do debate social (A. Carvalho, 2016), só conseguiria ser efetivada se se pudessem proporcionar todas as narrativas museológicas planeadas pelos técnicos do CEIS20. Tendo nascido com o objetivo de interpretar um século marcado pela violência e que teve na intolerância a sua principal razão de ser (Hobsbawm, 1996), esta rede funcionaria como uma alavanca para uma problematização das memórias envolvidas. Ou seja, tal como os outros, o *Centro de Interpretação do Holocausto/Casa Museu Aristides de Sousa Mendes* seria fundamental para o funcionamento de todo um sistema interpretativo sobre esse período, ainda para mais porque funcionaria como espaço de uma memória usualmente posicionada num polo ideológico oposto ao imaginário sobre Estado Novo, que permitiria criar um equilíbrio fundamental para dissipar quaisquer dúvidas sobre a rejeição da desculpabilização de passados autoritários e opressivos. Considere-se, também, nesse sentido, o *Centro de Interpretação República – Afonso Costa*: sendo um núcleo interpretativo que assumiria como tema fundamental a memória da vida e ação política de um antigo republicano sobejamente conhecido pela criação da lei de Separação entre o Estado e a Igreja, o seu conteúdo programático permitiria intensificar a complexificação da memória de Aristides de Sousa Mendes, católico associado à causa monárquica e condenado por antirrepublicanismo. Visitando os dois núcleos, ligados por uma rede conjunta, proporcionar-se-ia a questionação da realidade sociopolítica da época e, conseqüentemente a questionação do presente.

Relativamente ao comportamento dos restantes municípios envolvidos com a fundação da *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*, considero que continua a ser a incompreensão crónica das estruturas do Estado sobre a importância de criação de estruturas deste tipo para o desenvolvimento económico-social de regiões afastadas dos grandes centros de cultura a razões que melhor justifica o comportamento das entidades camarárias que resultou no fracasso da rede museológica. Principalmente porque faltou a consciencialização necessária de que para este tipo de estruturas era exigida um forte sentido de comprometimento para com a estratégia do CEIS20, no sentido de os fazer confluir em estratégias conjuntas que são fundamentais para evitar uma heterogeneidade excessiva dos diferentes núcleos e, assim, evitar autonomizações perigosas para o bom funcionamento de uma rede que se desejava eficiente num cumprimento das suas premissas.

O caso de *Centro de Interpretação República – Afonso Costa* demonstra bastante bem esta apreciação. Embora sendo um polo que contava com uma particularidade em relação aos demais, visto encontrar-se num mais avançado estado de desenvolvimento aquando da efetivação dos contactos entre o CEIS20 e os municípios para a definição das estratégias museográficas e museológicas dos 5 centros de interpretação (algo que se pode ser considerado como atenuante), considero que a atuação da Câmara Municipal de Seia é bem demonstrativa da indiferença dos poderes políticos em relação à

importância deste tipo de estruturas culturais como plataformas de geração de mais valias para comunidades regionais, essencialmente porque não demonstrou consideração suficientemente pelo documento enviado pelo CEIS20 a Setembro de 2019 que delimitaria as linhas gerais de atuação para o centro e, por isso, serviria como um elemento vinculativo para a constituição da rede. Mesmo apesar de contar com esse avanço significativo no que toca à edificação das estruturas de apoio e à definição dos espaços expositivos do conjunto, não se pode considerar que isso servisse como impeditivo para a efetivação do protocolo, pois as estruturas em construção encontravam-se ainda numa fase embrionária de edificação. E, por isso, poderiam facilmente ser adaptáveis à museografia projetada pelo CEIS20 aos espaços, também porque o projeto arquitetónico contemplava já as necessidades que a equipa consultiva do CEIS20 considerava fundamentais para uma estrutura de índole museológica, nomeadamente a existência de espaços de investigação e arquivo, áreas expositivas, áreas de depósito/arquivo, áreas de serviços de apoio administrativo, entre outros (*“ Porta Da Estrela ” e “ Centro Interpretativo Da República ” Avançam*, n.d.). Mesmo apesar de se terem revelados algumas carências, como por exemplo a distribuição dos focos de luz, tão importante para a qualidade da apresentação dos conteúdos museológicos.

Em vez disso, a opção da Câmara Municipal de Seia passou pela continuidade da independência do seu projeto museológico, demonstrando que esta situação não passou, uma vez mais, de ser consequência da falta de vontade na articulação entre as entidades envolvidas no desenvolvimento da *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*. Ou seja, uma demonstração do sentido de descomprometimento para com a estratégia delineada pela instituição científica que tinha sido contactada propositadamente para essa finalidade, principalmente porque, mesmo depois de ter sido demonstrada uma certa abertura à adaptação das estruturas já em andamento aquando da visita de técnicos do CEIS20, continuou a não se comprometer com as linhas orientadores enviadas anteriormente que definiam a globalidade da estratégia a ser aplicada na rede e nos seus núcleos. Espelhando, uma vez mais, a indiferença em relação ao desenvolvimento de vetores de interpretação dos conceitos de identidade e memória, algo que não deixa de se constituir como um exemplo da relação entre o poder político e a memória, no sentido em que a inoperação também se pode constituir como um ato de esquecimento implícito sobre determinadas nuances da memória coletiva.

Comparando com o que aconteceu nos outros núcleos, a falta de consciencialização sobre a vitalidade da organização em rede dos equipamentos culturais para que consigam garantir uma resposta eficaz aos desafios impostos por sociedades que se autorregeneram a ritmos cada vez maiores que, por isso, exigem organizações fortes que consigam concentrar mais recursos e articulá-los de uma forma mais satisfatória, foi menos acentuada neste núcleo. Embora ainda insuficientemente para o que se esperaria, Seia foi, ainda assim, um dos casos onde foi demonstrada

uma maior vontade para a aceitação das propostas museográficas e museológicas do CEIS 20, a par do caso de Penacova.

Uma situação relativamente diferente à que envolveu o caso do *Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo*. Aqui, a cooperação para com o projeto *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo* foi ainda mais deficitária para o cumprir os objetivos propostos, já que nem se chegou à definição sobre qual o edifício do espaço-memória da Estância Sanatorial a ser adaptado para as funções que iriam comportar as variadas valências pensada pelo CEIS 20, ficando indefinida essa mesma situação até ao momento em que se deu como fracassado o desenvolvimento de todo o projeto museológico. Recorde-se que do complexo sanatorial se mantêm ainda 6 edifícios em ruína, sendo que sobre nenhum deles se chegou definitivamente à conclusão de qual seria o ideal para albergar um discurso museológico dedicado a uma memória tão sensível quanto uma doença que é recordada por ter marcado fortemente as comunidades da primeira do século XX. Essencialmente, não houve consenso entre o município e a entidade consultora, sobre o qual permitiria a melhor confluência dos díspares objetivos dos dois, tendo a primeira entidade demonstrado ter objetivos bem menos ambiciosos que aqueles que os técnicos do CEIS 20 reclamavam para que se potenciasses devidamente todo um complexo que demonstra ter capacidade para poder ser um grande vetor de desenvolvimento turístico de toda uma região.

A opção preferencial para desenvolver esse objetivo passava, então, pela requalificação e consequente musealização do que ficara conhecido como Grande Sanatório. Muito porque, sendo o edifício central do complexo, constituía-se como o seu principal espaço-memória, derivado de ter sido o primeiro resultado da constituição da Sociedade do Caramulo, que integrava, entre outras personalidades da época, o médico Jerónimo de Lacerda. Sendo um edifício constituído por três pisos, dois corpos laterais, águas furtadas e galerias, que se distribuíam pelas funções de bloco operatório, laboratório de análises clínicas, serviço de radiologia, farmácia central, consultório de estomatologia, zona de esterilização de louças, bibliotecas, salas de jogos e, mais tarde, um cineteatro onde chegavam as produções cinematográficas estreadas nas salas do país, serviu de génese à construção da uma quase vintena de outros sanatórios, estabeleceu-se como o pivô da maior estância sanatorial da Portugal e a Península Ibérica (Pinto, 2018). Assim, a sua ruína é aquela que, de todo o complexo, se estabelece como a mais simbólica, ou seja, a que mais significados intrínsecos carrega e que, por isso, se torna no espaço mais eficaz para o desenvolvimento de um discurso centrado na memória de toda a zona em que se estabelece.

Outra razão prendeu-se com as possibilidades que a sua grande dimensão e a variedade de valências dos seus espaços dão para a instalação de um grande número de funções que um espaço de índole museológica necessita para funcionar como vetor de desenvolvimento de uma área com um

enorme potencial turístico e de lazer. Ou seja, tendo a estratégia do CEIS20 a sensibilidade de não se pretender esgotar no desenvolvimento de uma museografia e uma museologia sobre a memória implicada, no sentido em que existiu sempre a preocupação de articular o Centro de Interpretação com o turismo de montanha da Serra do Caramulo, pelo que seria essencial capacitar o espaço de uma variedade de espaços de trabalho que possibilitasse a instalação de serviços que viessem a ser considerados necessários para a articulação de uma rede turística local. Além disso, as possibilidades que o seu grande auditório proporcionariam seriam também muitíssimo significativas, podendo vir a ser espaço privilegiado de organização de colóquios, conferências ou outros eventos científicos, culturais ou de lazer que poderiam transformar um território de baixa densidade e em declínio demográfico numa referência de oferta qualificada em termos de desenvolvimento científico ligado ao património, à natureza ou à medicina, ou em termos de desenvolvimento cultural.

Por último, mas não menos importante, a insistência do CEISO neste sanatório prendia-se muito na recusa da solução alternativa apresentada proposta pela Câmara Municipal de Tondela. Esta passava pela cedência de um antigo sanatório infantil que faz parte do leque de 6 edifícios que ainda se mantêm em pé. Ora, contando que a memória do espaço traria um consigo um acrescento dissonante desnecessário para musealização de uma memória já de si bastante sensível, a construção de um centro de interpretação destinado à formação para a cidadania e ao lazer iria ser bastante condicionada, na medida em que, com vista a evitar uma dramatização excessiva que feriria desnecessariamente as suscetibilidades dos visitantes, teria que se relativizar as referências a esse passado. Faria pouco sentido, por exemplo, abordar a questão da morte relacionada com as doenças infecciosas que marcaram a primeira metade do século XX num espaço que se destinou a curar crianças. Para além do mais de que seria bastante melindroso e desrespeitoso para com os doentes se se procurasse abafar o seu passado particular.

Desconsiderando então esta proposta por ser demasiado dissonante, a outra sugestão acabou sendo o culminar da falta da referida insuficiência da consciencialização da maioria dos poderes políticos sobre o potencial das estruturas culturais para o desenvolvimento integral/sustentável de territórios de baixa densidade. Essa passava pela sugestão de um posto de turismo localizado à entrada do complexo sanatorial, contemplado com uma área insuficiente para a estrutura museológica que se procuraria implementar¹², ao ponto de não permitir, sequer, a constituição de três áreas temáticas distintas numa exposição permanente e de se aproximar muito da dimensão de uma das 19 áreas que compõem o *Museu Terras de Besteiros*. Ou seja, destinando-se a objetivar e problematizar não só a memória de um amplo complexo sanatorial, como também a sua relação com a família Lacerda e o

¹² Ver anexo X

Estado Novo ou a explorar a comparação com outras doenças infecciosas, contaria com uma área total muito aproximada de uma sala de um museu que aborda uma panóplia de temas que caracterizam toda uma região que, por isso, é disperso e menos exaustivo na análise a esses temas. Assim, seria impossível considerar, sequer, a implementação de exposições temporárias, nem tão pouco a constituição de reservas, salas de apoio ao funcionamento, de áreas de lazer ou de trabalho, espaços para investigação, desenvolvimento de atividades lúdicas ou pedagógicas.

Esta situação, em particular, não deixa de ser bastante esclarecedora da resposta à qual tenho vindo a procurar responder através da denúncia dos procedimentos que envolveram os processos de musealização de espaços-memórias politicamente sensíveis que resultariam nos 4 centros de interpretação anteriormente referenciados. Mais ainda do que nos outros núcleos que, ainda assim, consideravam relativamente importante a existência de equipamentos deste tipo, visto terem continuado a optar pelo desenvolvimento dos seus centros de interpretação/ casa-museu, embora que isoladamente. Até ao momento, não se conhecem qualquer outro tipo de iniciativa museológica que contrarie a apatia das entidades responsáveis pela gestão de um espaço que se desmorona à espera de estratégias que o revitalizem para servir de eixo de impulsionamento turístico local, tal como, já nos anos 50 os irmãos Lacerda haviam projetado o futuro da vila e da estância do Caramulo. Contudo, mesmo que contando com realidades e causas ligeiramente distintas, concluo que as respostas de todos eles acabaram por ter mais pontos de contacto e semelhança do que o contrário. Principalmente porque, no fundo, o resultado prático no que diz respeito à *Rede de Centros de Interpretação e Memória Política da I República e do Estado Novo* foi semelhante entre todos eles, visto que a falta de vontade suficiente dos municípios envolvidos em se comprometer com um projeto articulado que se comprometia a concretizar as metas turísticas da região centro para o futuro e a salvaguardar e reutilizar o seu património cultural proporcionou dando lugar a uma incapacidade crescente de resposta aos desafios que se foram colocando que provocou a falência definitiva do que inicialmente se ambicionara.

Sendo a *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*, que nesta dissertação se aborda com vista a contribuir para o debate em torno das dificuldades implicadas na musealização de memórias politicamente sensíveis, um resultado falhado de uma certa inatividade e/ou falta de dedicação política sobre um passado que se poderia revelar difícil, não deixou de ser uma manipulação desse passado. Recorrendo ao desinteresse e conseqüente silenciamento de determinadas abordagens interpretativas do século XX, a memória acabou por ser, uma vez mais, manipulada por quem decide o que é relevante preservar, de que forma e em que condições, fazendo assim da identidade do presente o resultado de uma versão de apenas uma parte de determinado passado, de um processo seletivo e fragmentado (Rodrigues, 2014). Ou seja, estas escolhas efetuadas pelos poderes locais relacionados com a *Rede de Centros de*

Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo não deixaram de ser estratégias políticas que afetaram os processos museológicos respetivos, muito por culpa de serem sítios que representam dúvidas morais ou têm um caráter fortemente emotivo inerente ao agente ou agentes incapazes de se lhes dissociar, os significados procurados pelo poder político, quando o caso, ou o seu silenciamento provocado por desinteresse consciente ou inconsciente, não deixam de ser conteúdos influenciados pelos respetivos modelos governativos (L. F. R. Pereira, 2011, p. 81)

CONCLUSÃO

Num período em que memórias devidamente concertadas com a cientificidade da historiografia são cada vez mais importantes para a devida contextualização das respostas às problemáticas que caracterizam as relações intra e intercomunitárias, às propostas culturais de índole museológica cabem o papel de serem protagonistas na sua resolução. Sendo espaços de representação, onde as sociedades vêem os seus paradigmas abstratos materializados em objetos e narrativas, espera-se que para os museus seja garantido o protagonismo na objetivação e problematização de conceitos memorialísticos com vista à proliferação do bem-estar social e ao desenvolvimento das relações sociais. A abordagem historicista que se exige a esses locais deve procurar o encorajamento à reflexão pessoal e ao julgamento independente, através da demonstração de múltiplas perspetivas, pelo que os seus técnicos e demais profissionais envolvidos na construção dos discursos museológicos devem trabalhar para, através dos conteúdos que disponibilizam, garantirem que se reúnem as condições que permitam que os visitantes assumam a responsabilidade pela sua própria interpretação da memória. Isto envolve a demonstração de múltiplos pontos de vista, afastando narrativas que tendam à vitimização e/ou aos apelos político/ideológicos de cariz emocional.

Embora sendo esse um paradigma desejável, existem premissas que condicionam todos os processos que envolvem a musealização de memórias coletivas. Como pretendi demonstrar ao longo desta dissertação, o carácter reconstutivo da memória e da identidade é extremamente permeável, permitindo reinterpretações e apropriações dos seus significados por quem deles necessita para legitimar determinados propósitos políticos, de poder e/ou determinadas narrativas em detrimento de outras. E nesse sentido, são significados que, cumprindo um papel principal no que diz respeito ao ato de recordar, condicionam a ação dos museus e das equipas que se encarregam de projetos para a sua materialização, visto serem espaços que funcionam enquanto portais de ligação entre o presente e o passado.

Considera-se, então, tendo em vista a conclusão deste estudo, que, apesar de se poderem considerar que todas as memórias são condicionantes à atividade museológica e patrimonial, são as memórias sensíveis as que mais problemas criam na representação do passado. Carregando o fardo de representarem passados difíceis, que usualmente se caracterizaram pela intolerância e/ou pela divisão social, transportam para o tempo em que são recordadas emoções que afetam a cientificidade das abordagens. Ou seja, sendo já de si abstracionismos que são manipuláveis e que, por isso, dificultam bastante o processo historicista do contacto com o passado, as suas cargas dissonantes e sentimentais criam condicionalismos ainda maiores para esse exercício. Em grande medida, isto

acontece porque abrangem feridas ainda por sarar que, por isso mesmo, são mais propícias à criação tensões sociais, principalmente se relacionadas com exercícios de poder.

Esse carácter dissonante das memórias sensíveis faz com que se criem condições para a intervenção política nesse debate. Através dos sentimentos que geram, têm uma grande capacidade de mutar a sociedade, conseguindo congrega ou fazer divergir os indivíduos, pelo que, por isso mesmo, despertam o interesse das elites políticas, que têm o interesse em instrumentalizar essas alterações sociais. Podendo, por isso mesmo, virem a ser utilizadas para cumprirem demandas políticas através da transmissão ou omissão o conhecimento que tem do passado, seja de forma direta e ativa ou recorrendo a uma inação consciente.

O caso português tem-se caracterizado pela fuga ao desenvolvimento de uma estratégia de interpretações museológicas de memórias politicamente sensíveis. Independentemente da modalidade de poder ou da ideologia dominante, o Estado português tem evitado tomar partido na ascensão de interpretações sobre passados que, quando recordados, têm o poder de abrir feridas na sociedade. Apesar de o regime democrático português ter proporcionado a ascensão de memórias minoritárias e a participação comunitária, como regime que reintegrou política e socialmente quadros do Estado Novo, fez transitar uma museologia que continuou o percurso de quase recusa pela problematização de passados sensíveis.

Com vista à manutenção da estabilidade social, a estratégia passou, então, por evitar problematizar a história sensível mais recente e a emergência de interpretações memorialística não agregadoras, preterindo remexer em passados sensíveis em prol do apoio a discursos museológicos menos fraturantes. Pelo que o processo de patrimonialização e musealização desse tipo de memórias sensíveis só há bem pouco tempo se alterou, ainda que insuficientemente para o que se considera desejável na complexificação do passado. Foi somente através de iniciativas populares, em especial das vítimas do Estado Novo e dos seus herdeiros político ideológicos, que a realidade se alterou, resultando no *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade* e no futuro *Museu Nacional Resistência e Liberdade*. Opondo-se contra a cedência desses antigos cárceres da ditadura salazarista a privados, que impossibilitaria no futuro o seu usufruto enquanto espaços de memória, esses grupos sociais evitaram que, mais uma vez, o Estado continuasse a política de fuga a interpretações desse passado traumático com vista a tirar ensinamentos para que não se voltem a repetir no futuro os excessos desse passado.

Contudo, sendo espaços-memória que se caracterizam por terem sido prisões, o seu discurso museológico também não deixa de ser condicionado por quem tem o poder de decisão sobre as suas narrativas museológicas. Sendo os museus instituições culturais onde expectativas individuais, institucionais e académicas interagem, os seus programas museológicos resultam da congregação dessas vontades. Nesse sentido, dei os exemplos do *Leistikowstrabe Memorial Museum* ou de

Auschwitz, que, tendo sido transformados em plataformas de exercício de interpretação de passados dissonantes, não deixaram de ter as suas narrativas condicionadas pela conjuntura político-social em exercício.

Apesar de tudo, de também serem vítimas de manipulações do presente sobre a memória que representam, esse seu passado não deixa de ser de tal forma marcante que torna muito difícil os seus processos de musealização. Ou seja, tendo esses espaços cargas dramáticas intrínsecas e significados para a sociedade do presente, dificultam muito o desenvolvimento de interpretações museológicas que privilegiem a cientificidade historiográfica e a sua complexificação, podendo, por isso, condicionar a criação de estruturas museológicas de cariz científico com narrativas que privilegiem a complexidade e a demonstração de significados duplos, que permitam a análise pessoal da sociedade e do indivíduo. É mais expressivo que nos lugares de memórias sensíveis exista uma impregnação de significados intrínsecos, que, pela sua carga sentimental, vivam para além das mudanças de regime e que, por isso, seja mais difícil transformá-los em espaços musealizados.

Funcionando como exemplo destas realidades dos processos de musealização, pode concluir-se, então, que a particularidade de serem locais representativos de memórias sensíveis se constituiu como uma das razões para o surgimento de dificuldades com que os técnicos do CEIS20 se depararam no período de tentativa de implementação da *Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo*. Em parte, porque esse processo museológico procurou a interpretação de um tipo de memória que alguns grupos sociais consideram desadequada para o funcionamento da democracia, no sentido em que advogaram que a carga simbólica referente a um desses núcleos em particular poderia reavivar sentimentos adormecidos do passado e, com isso, tornar-se num espaço de peregrinação e/ou de exaltação de um passado para o qual não é desejável voltar, uma vez que nele se constitui, materialmente, um inegável valor simbólico. Mesmo apesar de se considerar que os objetos são apenas coisas até serem investidos de poder simbólico e comunicativo pelos técnicos que desenvolvem trabalhos na área das ciências sociais, as heranças acumuladas dos espaços estão enredadas na memória e, daí, têm especificidades que condicionam de antemão interpretações futuras.

Isso refletiu-se, portanto, na ação dos municípios que foram parceiros do CEIS20 e da ADICES. No sentido da dificuldade do Estado português em lidar com memórias traumáticas, da sua tendência para a simplificação das abordagens interpretativas, consciente ou inconscientemente, e da fraca consciencialização dos poderes sobre as mais valias que este tipo de processos comporta para o desenvolvimento da democracia, o ocorrido nos diferentes núcleos que comporiam a rede museológica analisada foi disso bem demonstrativo. O caso do *Centro de Interpretação do Holocausto / Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes*, por exemplo, demonstrou como a preferência pela simplificação de uma memória sensível fez com que fosse abandonado um projeto que ambicionava

ser vetor de consciencialização para a questão dos direitos humanos e, nesse sentido, ser uma plataforma cultural de atuação sobre o presente, através do recurso à interpretação memorialística que visava contextualizar a ação da figura histórica associada a este centro no tempo em que viveu. Tal como revelou de que forma a relação entre poder e espaços de memória condiciona a escolha das propostas museológicas a serem desenvolvidas. Já a proposta para a musealização da Estância Sanatorial do Caramulo foi expressiva de como a falta de consciência dos poderes políticos para a forma como os significados dos espaços-memória conseguem criar barreiras que, muitas vezes, impossibilitam a sua transformação em estruturas de índole cultural. No sentido em que foi sugerida à equipa de consultoria museológica a transformação de um antigo sanatório infantil em espaço museológico de interpretação da tuberculose e da morte associada, o que limitaria o sentido da interpretação a ser sugerida e o seu papel enquanto gerador de consciências sobre o fenómeno da tuberculose no século XX, pois estaria sempre condicionada pela dissonância de um passado extremamente sensível. Bem como também se constituiu com um exemplo da falta de ambição dos poderes políticos em serem impulsionadores de uma museologia que desempenhe o seu papel público de consciencialização social, pois um outro espaço que foi proposto para a instalação do Centro de interpretação não era minimamente suficiente para cumprir as demandas exigidas.

Foi então neste cenário que, ao longo do percurso de tentativa de musealização de 5 espaços-memória, os técnicos envolvidos atuaram num universo de forças que exponenciaram o debate em torno da musealização de memórias politicamente sensíveis. Sujeitos a disputas em torno da memória do passado, por um lado, e à inoperância crónica do poder político em assumir projetos culturais verdadeiramente complexificantes, por outro, encontraram obstáculos que deslegitimaram o projeto enquanto mapeador de relações entre sociedade, memória e História, que se comprometeria a abordar as memórias desses locais através de narrativas museológicas que assumiriam a problematização e a requalificação dessas adjetivações.

Dando por encerrada esta análise, termino constatando o facto de que apesar da falência deste projeto museológico em rede, continua sendo desejável o florescimento de mais propostas neste sentido. Principalmente para que se desperte na consciência dos agentes políticos envolvidos de que urge o momento de se pensar na construção de discursos memorialísticos que não se limitem a temáticas simplistas, mas, sim, que explicitem as múltiplas formas como, nos museus, as noções de memória e identidade podem ser visualizadas. Urge despertar a classe política dominante de que é imprescindível nos espaços museológicos e nas demais plataformas educativas passarem a ser exploradas estratégias impulsionadoras de discussão pública acerca dos modos pelos quais os conceitos de identidade e memória são construções autorais que não se esgotam nem se completam em função do movimento do tempo, das transformações socioculturais e da revisão contínua de um conhecimento histórico que se acumula. O que proporcionará alimentar a viragem do papel de museus

enquanto definidores de conceitos ou significados inabaláveis para a promoção da multiplicidade de compreensões sobre o passado, visando estimular o entendimento dos visitantes de como e o porquê do conhecimento do passado ser o resultado de construções que seguem princípios e posicionamentos político-sociais para que, assim, a museologia passe finalmente a ser, em Portugal, um auxílio para fazer face a um presente que demonstra a urgência da necessidade de potencializar a interpretação da memória do passado.

BIBLIOGRAFIA

- Albino, T. P., e Pereira, F. A. B. (2017). *Museu da Resistência e da Liberdade - Programa museológico*. Acedido a 12 de fevereiro de 2020, em <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/pt/projeto-do-museu/>
- Almeida, A. (2011). A Escola Primária ao Serviço do Estado Novo em Portugal. *Cadernos de História Da Educação*, 10.
- Alvarez, L. (2019). *Centenas de ex-presos políticos contra “ Museu Salazar .”* Público. Acedido a 27 de fevereiro de 2021, em <https://www.publico.pt/2019/08/13/politica/noticia/centenas-expresos-politicos-museu-salazar-1883284>
- Anico, M. (2006). Património, museus e representações culturais locais na contemporaneidade. In M. Anico & E. Peralta (Eds.), *Património e Identidades: ficções contemporâneas. (91-98)* Oeiras: Celta Editora.
- Apaydin, V. (2020). The interlinkage of cultural memory, heritage and discourses of construction, transformation and destruction. In V. Apaydin (Ed.), *Critical Perspectives on Cultural Memory and Heritage*. UCL Press.
- Bartolini, F. (2018). From Iconoclasm to Museum: Mussolini’s Villa in Rome as a Dictatorial Heritage Site. *Martor*, (23) (163–173). Editura Martor
- Benton, T. (2010a). Heritage and changes of regime. In T. Benton (Ed.), *Understanding Heritage and Memory* (126–163). Manchester: Manchester University Press.
- Benton, T. (2010b). *Understanding Heritage and Memory*. Manchester: Manchester University Press.
- Benton, T., e Cecil, C. (2010). Heritage and public memory. In T. Benton (Ed.), *Understanding Heritage and Memory* (7–43). Manchester: Manchester University Press.

- Blockeel, F. (2013). Portugal e Espanha no século XX: ditaduras, repressão e a memória histórica. In I. F. Pimentel & M. I. Rezola (Eds.), *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política (295–314)*. Lisboa: Edições tinta-da-china.
- Brito, J. P. (2006). Património e identidades: a difícil construção do presente. In M. Anico & E. Peralta (Eds.), *Património e Identidades: ficções contemporâneas (43-51)*. Oeiras: Celta Editora.
- Canelas, L. (2020). *Nuremberga vai restaurar o cenário dos comícios nazis para que as pedras falem e a história não se repita*. Público. Acedido a 11 de novembro de 2020, em <https://www.publico.pt/2020/11/11/culturaipilon/noticia/nuremberga-vai-restaurar-cenario-comicios-nazis-pedras-falem-historia-nao-repita-1938801>
- Carvalho, A. (2016). Diversidade Cultural: da Periferia para o Coração dos Museus. *BOLETIM ICOM Portugal*, 5, 8–12. Acedido em 01 de abril de 2020, em: <http://icom-portugal.org/multimedia/Boletim ICOM Portugal III 5 Jan 2016.pdf>
- Carvalho, P. (2019). *Peniche: a Fortaleza do Regime de Salazar*. Público. Acedido em 17 de agosto de 2021, em: <https://www.publico.pt/2019/01/13/culturaipilon/reportagem/memoria-leva-tempo-construida-1857367>
- Clarke, D. (2017). Understanding controversies over Memorial Museums: The case of the Leistikowstraße Memorial Museum, Potsdam. In *History and Memory*, 29, 41–71. Acedido em 11 de novembro de 2020, em <https://doi.org/10.2979/histmemo.29.1.0041>
- Coutinho, B., Baptista, M. M., Martins, M. de L., & Rebelo, J. (2018). Portugal, país de turismo: dissonâncias e usos turísticos do património do Estado Novo. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 5.
- Expresso (2019). *Câmara de Santa Comba Dão recebeu duas estátuas de Salazar. Para quê? Ninguém sabe*. Expresso. Acedido a 11 de novembro de 2020, em <https://expresso.pt/sociedade/2019-12-13-Camara-de-Santa-Comba-Do-recebeu-duas-estatuas-de-Salazar.-Para-que--Ninguem-sabe>

- Farinha, L. (2017). Museu do Aljube, Resistência e Liberdade: Musealização de uma “Herança Difícil.” *Boletim ICOM Portugal*, 9, 23–28. Acedido a 5 de setembro de 2019, em [http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Boletim ICOM Portugal N 2 Jan 2015.pdf%5Cnhttp://issuu.com/icomportugal/docs/boletim_icom_portugal_n_2_jan_2015_af1cb5923d9eda/1](http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Boletim_ICOM_Portugal_N_2_Jan_2015.pdf%5Cnhttp://issuu.com/icomportugal/docs/boletim_icom_portugal_n_2_jan_2015_af1cb5923d9eda/1)
- Ferraz, J. Da. F., & Campos, L. P. (2018). Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 55, 179–207.
- Ferreira, M. L. (2019, December 13). *Dois anos depois, Santa Comba Dão não sabe o que fazer com estátuas de Salazar*. Observador. Acedido a 11 de novembro de 2020, em <https://observador.pt/2019/12/13/dois-anos-depois-santa-comba-dao-nao-sabe-o-que-fazer-com-estatuas-de-salazar/>
- Fortuna, C. (2003). *Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana: um estudo sobre a influência dos circuitos culturais globais em algumas cidades portuguesas*. Acedido a 25 de outubro de 2020, em http://www.ces.uc.pt/nucleos/cidades/pdfs/relatorio_projecto_intermediarios_culturais.pdf
- Fortunato, T. (2012). *Musealização do Holocausto* (No. 14). Acedido a 11 de novembro de 2020, em <http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2012/07/TF-WP-2.pdf>
- Franco, H. (2019). *Obras do museu Salazar suspensas por causa de vigas podres*. Expresso. Acedido a 11 de novembro de 2020 em: <https://expresso.pt/sociedade/2019-11-17-Obras-do-museu-Salazar-suspensas-por-causa-de-vigas-podres>
- Garrido, N. (2019). Centros de Interpretação querem dar a conhecer de forma isenta a I República e o Estado Novo. *Público*. Acedido a 25 de outubro de 2020, em: <https://www.publico.pt/2019/09/04/politica/noticia/centros-interpretacao-querem-dar-conhecer-forma-isenta-i-republica-estado-novo-1885536>.
- Gori, A., & Torreggiani, V. (2019). Entrevista a João Paulo Avelãs Nunes sul progetto del Museu da Resistência e Liberdade de Peniche. *E-Review. Rivista Degli Istituti Storici Dell'Emilia-Romagna in Rete*, 6. Acedido a 25 de outubro de 2020, em <https://doi.org/10.12977/ereview266>

- Guimarães, M. J. (2020). *A memória de Auschwitz é uma guerra que se trava hoje*. Público. Acedido a 13 de fevereiro de 2021, em <https://www.publico.pt/2020/01/27/mundo/noticia/memoria-auschwitz-guerra-trava-hoje-1901640>
- Hack, K. (2010). Contentious Heritage. In T. Benton (Ed.), *Understanding Heritage and Memory* (88–125). Manchester University Press.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.
- Harari, Y. N. (2015). *Sapiens: A Brief History of Humankind*. London: Vintage.
- Hepworth, A. (2019). From survivor to fourth-generation memory: Literal and discursive sites of memory in post-dictatorship Germany and Spain. *Journal of Contemporary History*, 54(1), 139–162. Acedido a 3 de junho de 2020, em <https://doi.org/10.1177/0022009417694429>.
- Hobsbawm, E. (1983). Mass-Producing Traditions: Europe, 1870-1914. In E. Hobsbawm & T. Ranger (Ed.), *The Invention of Tradition* (263–308). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hobsbawm, E. (1996). *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX: 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença.
- Hobsbawm, E., & Ranger, T. (1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp. Acedido a 12 de fevereiro de 2020, em <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>
- Loff, M. (2014). Estado, Democracia e Memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014). In M. Loff, F. Piedade, & L. C. Soutelo (Eds.), *Ditaduras e Revolução: Democracia e políticas da memória* (23-143). Coimbra: Almedina
- Lusa. (2013). Casa de Aristides de Sousa Mendes vai ter obras orçadas em 360 mil euros. *Jornal “I.”*. Acedido a 9 de setembro de 2020, em https://ionline.sapo.pt/artigo/359219/casa-de-aristides-de-sousa-mendes-vai-ter-obras-orçadas-em-360-mil-euros?seccao=Portugal_i

- Lusa. (2017a). *Casa do Passal é um lugar de importância mundial*. RTP. Acedido a 25 de outubro de 2020, em https://www.rtp.pt/noticias/cultura/casa-do-passal-e-um-lugar-de-importancia-mundial-ministro-da-cultura_n991011
- Lusa. (2017b). *Seia cria centro de interpretação dedicado ao republicano Afonso Costa*. DN. Acedido a 9 de setembro de 2020, em <https://www.dn.pt/lusa/seia-cria-centro-de-interpretacao-dedicado-ao-republicano-afonso-costa-8616664.htm>
- Lusa. (2020). *Associação vai ao Parlamento esclarecer projeto de centros interpretativos*. RTP Notícias. Acedido a 5 de agosto de 2020, em https://www.rtp.pt/noticias/cultura/associacao-vai-ao-parlamento-esclarecer-projeto-de-centros-interpretativos_n1238354
- Macdonald, S. (2006). Heranças difíceis. identidade e relíquia nazis na Alemanha. In M. Anico & E. Peralta (Eds.), *Património e Identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.
- Marques, F. P. (2013). O fascismo nunca existiu? Os resistentes antifascistas no regime democrático. In I. F. Pimentel & M. I. Rezola (Eds.), *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política* (pp. 137–173). Lisboa: Edições tinta-da-china.
- Martins, A. (2015). *A musealização de heranças difíceis. o caso do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal.
- Marujo, M., & Lusa. (2019). Esqueçam o museu Salazar. O que vai nascer vai “incomodar” os salazaristas. *Diário de Notícias*. Acedido a 17 de abril de 2020, em <https://www.dn.pt/pais/esquecam-o-museu-salazar-o-que-vai-nascer-vai-incomodar-os-salazaristas-11268565.html>
- Mendes, J. (1999). O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. *Didaskalia (Lisboa)*, 29(1), 667–692.
- Miranda, M. G. (201). *Edifícios abandonados: a incrível história dos Sanatórios do Caramulo*. Nit. Acedido a 25 de agosto de 2020, em <https://nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/07-15-2016-a-incrivel-historia-e-imagens-dos-sanatorios-do-caramulo>

- Moreira, C. D. (2006). O enigma de Teseu, ou as identidades questionadas. In M. Anico & E. Peralta (Eds.), *Património e Identidades: ficções contemporâneas* (15–20). Oeiras: Celta Editora.
- Morgado, M. I. (2019). *Vale da Vinha - Antiga casa de António José de Almeida pode vir a ter Centro Interpretativo da Primeira República*. Diário As Beiras. Acedido a 17 de abril de 2020, em https://www.penacovactual.pt/2019/07/vale-da-vinha-antiga-casa-de-antonio_18.html
- Nora, P. (1993). Entre a Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História : Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10. Acedido a 5 de agosto de 2020, em <https://doi.org/10.5216/hr.v8i1.10477>.
- Notícias de Coimbra. (2013). *Casa de Aristides de Sousa Mendes recebe 360 000 Euros do QREN*. Notícias de Coimbra. Acedido a 17 de abril de 2020, em <https://www.noticiasdecoimbra.pt/casa-de-aristides-de-sousa-mendes-recebe-360-000-euros-do-qren/>.
- Notícias de Coimbra. (2016). *Penacova reabilita casa de António José de Almeida*. Notícias de Coimbra. Acedido a 17 de abril de 2020, em <https://www.noticiasdecoimbra.pt/penacova-reabilita-casa-antonio-jose-almeida/>.
- Nunes, J. P. A. (2013). A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia. In I. F. Pimentel & M. I. Rezola (Eds.), *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política* (363–384). Lisboa: Edições tinta-da-china.
- Nunes, J. P. A. (2016). Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e "sociedade civil. *Patrimônio e Museus Na Contemporaneidade*.
- O Interior. (2019). *Seia : Antiga escola primária vai acolher Centro Interpretativo da República Afonso Costa*. O Interior. Acedido a 17 de abril de 2020, em <https://ointerior.pt/regiao/seia-antiga-escola-primaria-vai-acolher-centro-interpretativo-da-republica-afonso-costa/>
- Oliveira, C. H. L. de S. (2019). Museus de História em debate: controvérsias e interfaces entre memória e conhecimento histórico. In L. F. Costa, A. Curcino, F. H. Hernández, & F. Magalhães (Eds.), *Museologia e Património - volume 2* (146–175). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

- Oliveira, J., Filipe, A., & Santos, P. (2019). Voto de Condenação.º 876/XIII-4ª. *Da Criação de Um "Museu" Dedicado a Salazar Em Santa Comba Dão*, 1–2.
- Paterson, T. (2010, October 14). *Hitler exhibition breaks Germany's last taboo*. The Independent. <https://www.independent.co.uk/arts-entertainment/art/news/hitler-exhibition-breaks-germanys-last-taboo-2106121.html>
- Peixoto, P. (2006). O património mata a identidade. In *Património e Identidades: ficções contemporâneas* (pp. 63–72). Oeiras: Celta Editora.
- Peralta, E., & Anico, M. (2006). *Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora
- Pereira, L. F. R. (2011). Capítulo II - Património, Memória e Poder: Expressão assumida pelos museus do Estado Novo. *Cadernos de Sociomuseologia*, 39, 77–128. Acedido a 4 de dezembro de 2020, em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2669>
- Pereira, M. H. (2019, September 26). Memória dos sítios e História : a propósito do Estado Novo e sua museologia. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/09/26/politica/opiniao/memoria-sitios-historia-propósito-estado-novo-museologia-1887248>
- Pimentel, J. C. (2012). Uma escola chamada Salazar? In A. Cardoso, J. C. Pimentel, & F. Sales (Eds.), *Januário Godinho - Leitura do Movimento Moderno* (75–90). Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo.
- Pinto, M. C. (2018). *A glória e a ruína da vila onde Portugal se tratou*. Público. Acedido a 9 de setembro de 2020, em <https://www.publico.pt/2018/04/15/sociedade/reportagem/a-gloria-e-a-ruina-da-vila-onde-portugal-se-tratou-1810118>
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2, 3–13.

- Público. (2019). *Santa Comba Dão quer abrir museu do Estado Novo e Salazar no fim do Verão*. Público. Acedido a 27 de fevereiro de 2020, em <https://www.publico.pt/2019/07/27/culturaipilon/noticia/santa-comba-dao-quer-abrir-museu-estado-novo-salazar-fim-verao-1881467>
- Raimundo, F. (2015). A Justiça de Transição e a Memória do Autoritarismo em Portugal. *Revista Contemporânea – Dossiê Redemocratizações e Transições Políticas No Mundo Contemporâneo*, 1. Acedido a 25 de outubro de 2020, em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22463/1/ICs_FRaimundo_Justica_ARi.pdf
- Ramos, R., & Tavares, J. M. (2020). *E o Resto é História: Dezembro de 1980: Camarate e a reeleição de Eanes*. Observador.
- Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008. (2008). *Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia*. Acedido a 20 de julho de 2020, em <http://dre.tretas.org/pdfs/2008/06/26/dre-235465.pdf>.
- Rodrigues, D. (2014). Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. *Ubimuseum: Revista Online Do Museu de Lanifícios Da Universidade Da Beira Interior*, 1(1), 45–52.
- Rosas, F. (1999). *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-76)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições tinta-da-china.
- RTP. (2019). *Centro de Interpretação do Estado Novo ou “Museu Salazar”?*. RTP. Acedido a 16 de maio de 2021, em https://www.rtp.pt/noticias/pais/centro-de-interpretacao-do-estado-novo-ou-museu-salazar_v1170665
- Santos, J. A. A. dos. (2009). *Rede Portuguesa de Museus: as formas de articulação e cooperação inter-museus*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Silva, M. T. (2019). *Apresentação do projeto Museu Salazar envolta em mistério*. Jornal “I.” Acedido a 9 de setembro de 2020, em https://ionline.sapo.pt/artigo/670087/apresentacao-do-projeto-museu-salazar-envolta-em-misterio?secao=Portugal_i

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Routledge.

Soares, M. G. (2019). *Petição contra museu de Salazar foi encerrada. Promotores aguardam resposta de Costa*. Expresso. Acedido a 12 de setembro de 2020, em <https://expresso.pt/sociedade/2019-08-28-Peticao-contra-museu-de-Salazar-foi-encerrada.-Promotores-aguardam-resposta-de-Costa>

Sodaro, A. (2020a). 1. Memorial Museums: The Emergence of a New Form. *Exhibiting Atrocity*, 12–29. Acedido a 20 de dezembro de 2020, em <https://doi.org/10.36019/9780813592176-003>

Sodaro, A. (2020b). 7. Memorial Museums: Promises and Limits. *Exhibiting Atrocity*, 162–184. Acedido a 20 de dezembro de 2020, em <https://doi.org/10.36019/9780813592176-009>

Soldado, C. (2019, December 13). *Câmara de Santa Comba Dão recebeu duas estátuas de Salazar mas não diz para quê*. Público. Acedido a 25 de outubro de 2020, em <https://www.publico.pt/2019/12/13/politica/noticia/camara-santa-comba-dao-recebeu-duas-estatuas-salazar-nao-1897174>

Soto, M. (2010). Os Museus e a Sociedade em Rede. *Museologia e Patrimônio - Volume 3*, 3, 23-28

Soutelo, L. (2013). O desenvolvimento do revisionismo histórico em Portugal e a memória do Estado Novo. In *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política* (385–396). Lisboa: Edições tinta-da-china.

TVI. (2019). *COSTA E O MUSEU DE SALAZAR: “DEPENDE DO PROJETO.”* TVI. Acedido a 9 de setembro de 2020, em <https://tvi24.iol.pt/videos/politica/costa-e-o-museu-de-salazar-depende-do-projeto/5d66f6ee0cf22219f09e38d5>

Usi, E. (2010). *Exposição em Berlim aborda popularidade de Hitler durante o nazismo*. DW. Acedido a 20 de agosto de 2020, em <https://www.dw.com/pt-br/exposicao-em-berlim-aborda-popularidade-de-hitler-durante-o-nazismo/a-6115899>

Valente, L. (2019). *Um abaixo-assinado e uma petição para impedir “Museu Salazar.”* Público. Acedido a 20 de agosto de 2020, em

<https://www.publico.pt/2019/08/19/politica/noticia/abaixoassinado-peticao-impedir-museu-salazar-1883788>

Wetzel, C., & Vasconcellos, C. de M. (2019). Memória e Identidade nos Museus: o caso do Museu do Carvão. In L. F. Costa, A. Curcino, F. H. Hernández, & F. Magalhães (Eds.), *Museologia e Património - volume 2* (84–106). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

Winter, J. (2010). Sites of Memory. In S. Radstone & B. Schwarz (Eds.), *Memory: Histories, Theories, Debates*. Nova Iorque: Fordham University Press. Acedido a 20 de dezembro de 2020, em <https://www.jstor.org/stable/j.ctt1c999bq.25>

ANEXOS

ANEXO I

Diário da República, 1.ª série — N.º 122 — 26 de Junho de 2008

3911

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008

Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia

A Assembleia da República resolve, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que crie condições efectivas, incluindo financeiras, que tornem possível a concretização dos projectos das autarquias e da sociedade civil, nas suas variadas formas de organização, designadamente:

1) Apoio a programas de musealização, como a criação de um museu da liberdade e da resistência, cuja sede deve situar-se no centro histórico de Lisboa (antiga instalação da Cadeia do Aljube), enquanto pólo aglutinador que venha a configurar uma rede de núcleos museológicos, podendo aproveitar-se outros edifícios que sejam historicamente identificados como relevantes na resistência à ditadura a par da valorização e apoio ao Museu da Resistência instalado na Fortaleza de Peniche. O Museu da Liberdade e da Resistência deve constituir-se como importante centro dinamizador, em articulação com escolas e com universidades e outras instituições e organizações que já hoje desenvolvem relevante e valiosa actividade na recolha de documentação e outro material com valor museológico, da investigação e da divulgação da memória da resistência à ditadura;

2) Constituição de um roteiro nacional da liberdade e da resistência, através dos lugares e de edifícios símbolo considerados de interesse nacional, no âmbito da resistência e da luta pela liberdade, incluindo, naturalmente, aqueles que são referências importantes na vitória da Revolução de 25 de Abril de 1974, e, se possível, a adopção de medidas de preservação e seu aproveitamento, nos casos mais adequados, como espaços de conservação, investigação e divulgação da memória histórica;

3) Promoção e apoio, junto das autarquias, das organizações e instituições de carácter local e regional, de uma política de constituição de roteiros de âmbito local e regional como importante elemento constituinte da memória no plano local, que promova a investigação, o reconhecimento e a divulgação dos factos e protagonistas locais da resistência e dos combates cívicos pela liberdade e pelos direitos humanos. Esta acção pode concretizar-se quer na toponímia quer na referência de espaços e edifícios, em obras de arte, em espaços públicos, em publicações, em eventos e em actividades orientadas para as escolas;

4) Concretização e desenvolvimento de uma política de organização e tratamento de arquivos com base no Instituto de Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, aproveitando o trabalho muito positivo que já vem sendo desenvolvido, promovendo a coordenação com outros arquivos e centros de documentação com actividade relevante nesta área, afectando os recursos à sua concretização;

5) Apoio a programas de investigação em história, sociologia, economia e áreas afins dedicados ao período do Estado Novo de modo a disponibilizar aos investigadores interessados recursos e meios de apoio para os seus projectos no quadro dos programas de estímulo à investigação científica;

6) Recomendação para que o órgão competente promova, ao nível do ensino, incluindo ao nível dos programas curriculares, os valores da democracia e da liberdade através do conhecimento da nossa história contemporânea, com referência ao período da ditadura, ao seu derrube em

25 de Abril de 1974 e ao processo de consolidação do regime democrático, como contributos que permitam não só uma melhor compreensão da nossa história e identidade enquanto país livre e soberano mas também para a formação de uma cidadania mais responsável e esclarecida;

7) Edificação, em articulação com o município de Lisboa, de um memorial em Lisboa que, como monumento público e de modo permanente, exprima a homenagem e o reconhecimento nacionais ao combate cívico e à resistência em prol da liberdade e da democracia;

8) Devem igualmente ser apoiadas, nomeadamente em articulação com as autarquias locais e com a sociedade civil, nas suas variadas formas de organização, as iniciativas memorialísticas noutros locais do território nacional que expressem a homenagem e o reconhecimento ao combate cívico e à resistência em prol da liberdade e da democracia;

9) Desenvolvimento de uma política de cooperação, no quadro das relações entre Estados soberanos, com os Estados surgidos das ex-colónias portuguesas, para preservação do património de luta comum pela liberdade, nomeadamente o campo de concentração do Tarrafal.

Aprovada em 6 de Junho de 2008.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 17/2008

de 26 de Junho

Considerando a assinatura em Lisboa, no dia 10 de Dezembro de 2005, do Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos;

Considerando que ambos os Estados são membros da Organização Mundial de Comércio;

Tendo em vista o fortalecimento das relações económicas existentes entre a República Portuguesa e a República Popular da China;

Reconhecendo a importância da cooperação económica para o desenvolvimento e diversificação das relações entre os dois países:

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em Lisboa em 10 de Dezembro de 2005, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, chinesa e inglesa, se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 24 de Abril de 2008. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Luís Filipe Marques Amado* — *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Assinado em 5 de Junho de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 6 de Junho de 2008.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO II

Diário da República, 2.ª série — N.º 19 — 26 de janeiro de 2018

3269

CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 998/2018

Considerando o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017, de 5 de junho, sobre a criação de um museu nacional na Fortaleza de Peniche, enquanto espaço-memória e símbolo da luta pela democracia e pela liberdade;

Considerando a necessidade de serem definidos os conteúdos a integrar no programa museológico já delineado para a referida Fortaleza e apresentado com a candidatura a fundos europeus para a respetiva recuperação, tendo em conta a sua história, desde a construção, a preservação da memória da sua história recente, bem como as necessárias contextualizações na história da resistência à ditadura e nas lutas pela liberdade e democracia do povo português;

Determina-se o seguinte:

1 — É criada a Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica do futuro Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, a instalar na Fortaleza de Peniche, adiante designada CICAM.

2 — A CICAM tem como missão propor os conteúdos do programa museológico do futuro museu nacional, já apresentado em sede de candidatura ao Programa Portugal 2020, e sugerir linhas de orientação acerca da respetiva apresentação museográfica, tendo em atenção:

- A história da Fortaleza de Peniche desde a sua construção;
- A preservação da memória da sua história recente, nos contextos da resistência à ditadura e na luta pela democracia;
- Todos os núcleos temáticos já definidos no programa museológico apresentado em sede de candidatura ao Portugal 2020.

3 — A CICAM tem a seguinte composição:

- O Presidente da Câmara Municipal de Peniche;
- A Diretora-Geral do Património Cultural, Paula Silva, que preside, detendo voto de qualidade.
- O Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura, Jorge Leonardo;
- As seguintes individualidades:
 - Adelaide Pereira Alves;
 - Domingos Abrantes;
 - Fernando Rosas;
 - José Pedro Soares;
 - Manuela Bernardino;

- Raimundo Narciso;
- João Bonifácio Serra, conforme designação da Câmara Municipal de Peniche.

e) Integram ainda a CICAM, sem direito de voto, os adjuntos do Gabinete do Ministro da Cultura Fernando António Baptista Pereira e Hernâni Loureiro.

4 — Nas reuniões da CICAM, poderão participar, sem direito de voto, representantes dos seguintes centros de investigação:

- Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra;
- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM), Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

5 — A CICAM efetuará as reuniões que forem necessárias para o cumprimento da sua missão, sendo as propostas adotadas por maioria simples, e podendo realizar-se reuniões em comissões restritas, consoante os núcleos temáticos ou as questões de ordem técnica envolvidas.

6 — A CICAM deve apresentar as suas propostas até ao dia 27 de abril de 2018.

12 de janeiro de 2018. — O Ministro da Cultura, *Luis Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

311063136

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Despacho n.º 999/2018

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º dos Estatutos do Organismo de Produção Artística, E. P. E., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de abril, a tabela de preços de bilheteira é aprovada anualmente e submetida a homologação do membro do Governo responsável pela área da cultura.

2 — Assim, ao abrigo do Despacho n.º 6692/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de maio de 2016, homologo as tabelas de preços de bilheteira do Teatro Nacional de São Carlos e do Teatro Camões/Companhia Nacional de Bailado para a Temporada 2017/2018, em anexo ao presente despacho.

15 de janeiro de 2018. — O Secretário de Estado da Cultura, *Miguel Honrado*.

ANEXO I

Tabelas de Preços de Bilheteira do Teatro Nacional de São Carlos

Preçário — Lírica 2017/2018

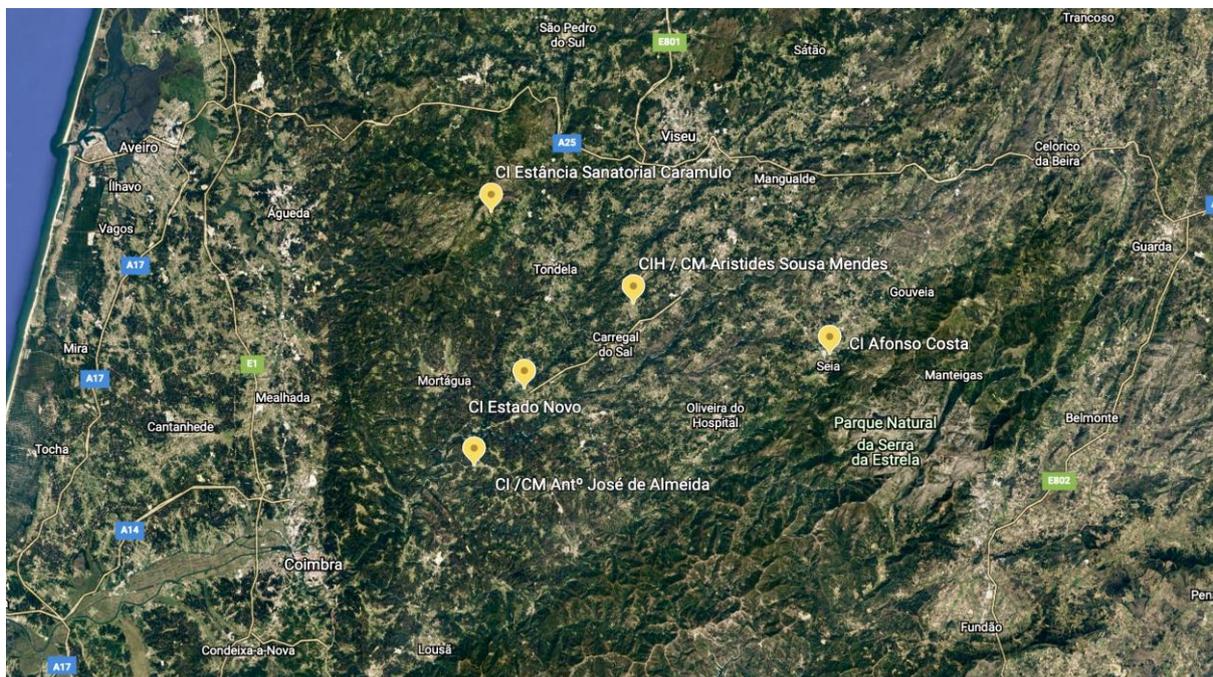
	(unidades: Euros)														
	Plateia	Cam. 1. ^a 6 lug	Fr./Cam 1. ^a 5 lug	Fr./Cam 1. ^a 4 lug	Balcão 3. ^a A	Fr./Cam 1. ^a 3 lug	Cam. 2. ^a 4 lug	Cam. 2. ^a 5 lug	Balcão 4. ^a A	Cam. 2. ^a 2 lug	Cam. 3. ^a 3 lug	Cam. 3. ^a 4 lug	Balcões 3. ^a e 4. ^a B	Cam. 3. ^a / 2 lug	Cam. 4. ^a 3 lug
Primeiras Noites	70	420	350	280	60	180	240	300	50	100	150	200	20	40	60
Segundas Noites e Res- tantes	65	390	325	260	55	165	220	275	40	80	120	160	20	40	60
<i>The Rape of Lucretia</i> . . .	40	240	200	160	30	90	120	150	20	40	60	80	10	20	30
<i>L'enfant et les sortilè- ges</i>	30	180	150	120	25	75	100	125	20	40	60	80	10	20	30
Coliseu (Lisboa) CCB	60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assinaturas A (1. ^a noites) *	340	2 040	1 700	1 360	301,75	905,25	1 207	1 508,75	263,50	527	790,50	1 054	170	340	510
Assinaturas B (tarde) e C (2. ^a noite) *	327,25	1 963,50	1 636,25	1 309	289	867	1 156	1 445	238	476	714	952	170	340	510
Assinaturas D (3. ^a noite) e E (4. ^a noite) *	293,25	1 759,50	1 466,25	1 173	263,50	790,50	1 054	1 317,50	221	442	663	884	161,5	323	484,5

* Ópera a realizar no Coliseu de Lisboa e no CCB — independentemente do lugar que comprar em assinatura, para o Coliseu de Lisboa e para o CCB o lugar é sempre em plateia

A assinatura Lírica inclui um desconto de 15 %

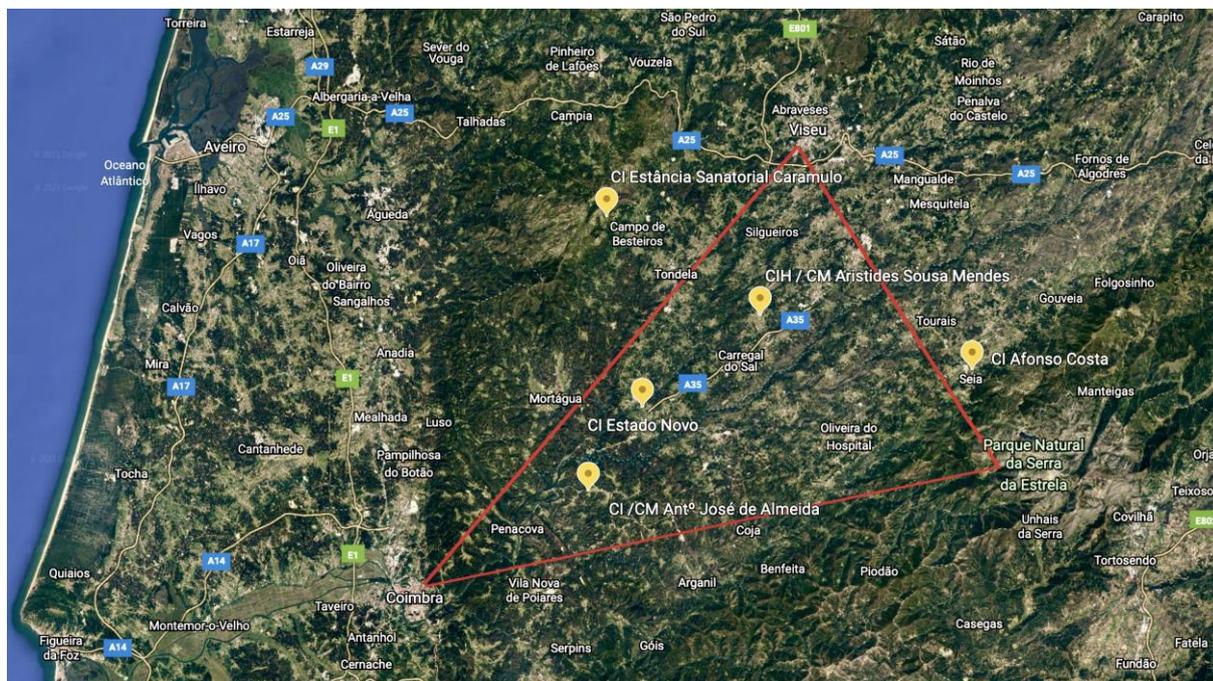
Retirado a 05/12/2020 de: <https://dre.pt/home/-/dre/114586182/details/maximized>

ANEXO III



Localização dos Centros de Interpretação da Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da I República e do Estado Novo

Retirada a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>



Eixo Turístico Coimbra-Viseu-Serra da Estrela

Retirada a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>

ANEXO IV



Antiga Casa Familiar de António José de Almeida em Vale da Vinha, São Pedro de Alva (Penacova)

Retirada a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>



Antiga Casa Familiar de António José de Almeida em Vale da Vinha, São Pedro de Alva (Penacova)

Retirada a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>

ANEXO V



Antiga Escola Primária Afonso Costa, em Seia

ANEXO VI



Escola-Cantina Salazar em Vimieiro, Santa Comba Dão



Escola Cantina Salazar em Vimeiro, Santa Comba Dão



Escola-Cantina Salazar em Vimeiro, Santa Comba Dão

ANEXO VII



Casa do Passal em Cabanas de Viriato, Carregal do Sal



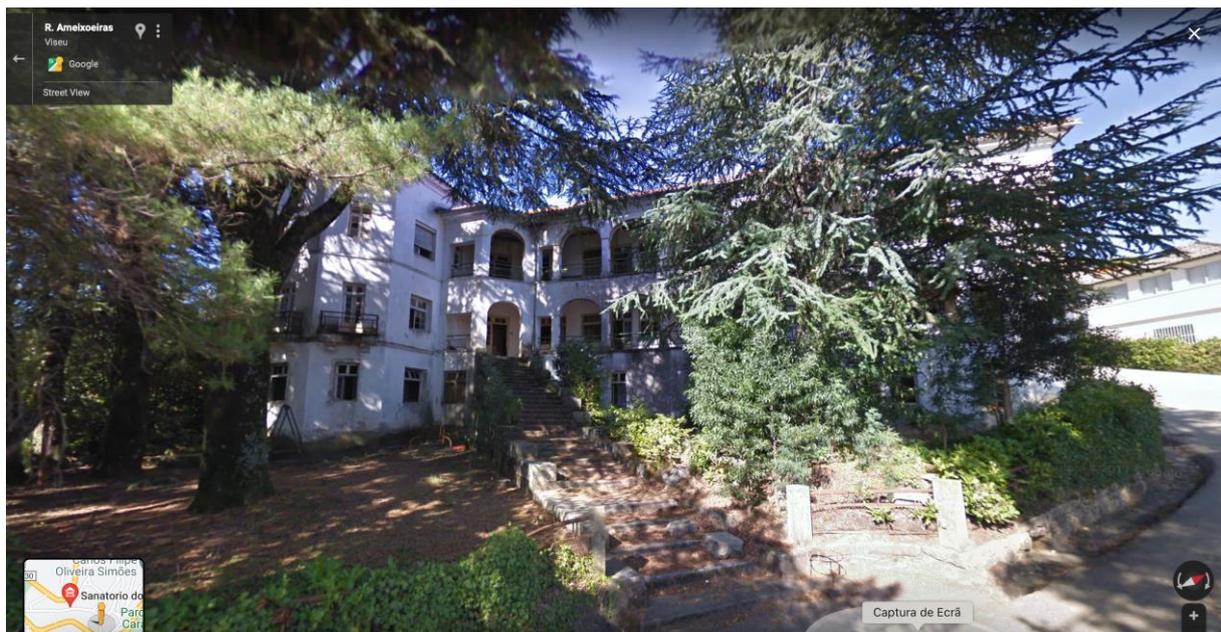
Casa do Passal em Cabanas de Viriato, Carregal do Sal

ANEXO VIII



Antigo Sanatório Infantil em Guardão de Baixo, Serra do Caramulo (Tondela)

Retirada a 02/06/21 de: <https://sites.google.com/site/faceocultadeportugal/centro/sanatorios-do-caramulo>



Antigo Sanatório Infantil em Guardão de Baixo, Serra do Caramulo (Tondela)

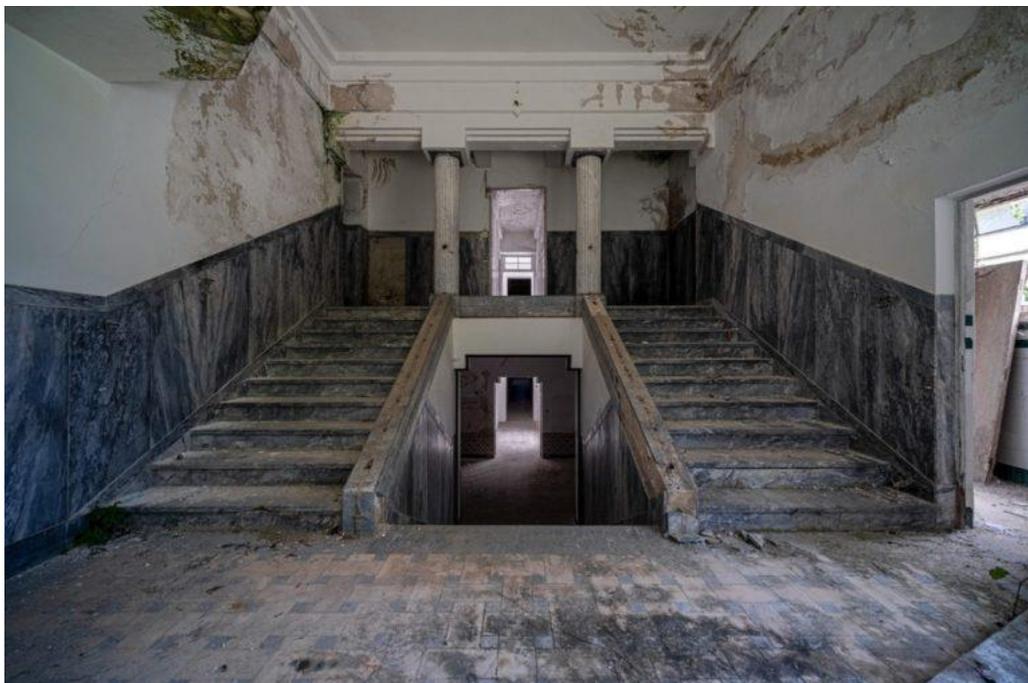
Retirada a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>

ANEXO IX



Antigo Grande Sanatório em Guardão de Baixo, Serra do Caramulo (Tondela)

Retirado a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>



Interior degradado do Grande Sanatório

Retirado a 02/06/21 de: <https://www.escapadarural.pt/blog/a->

ANEXO X

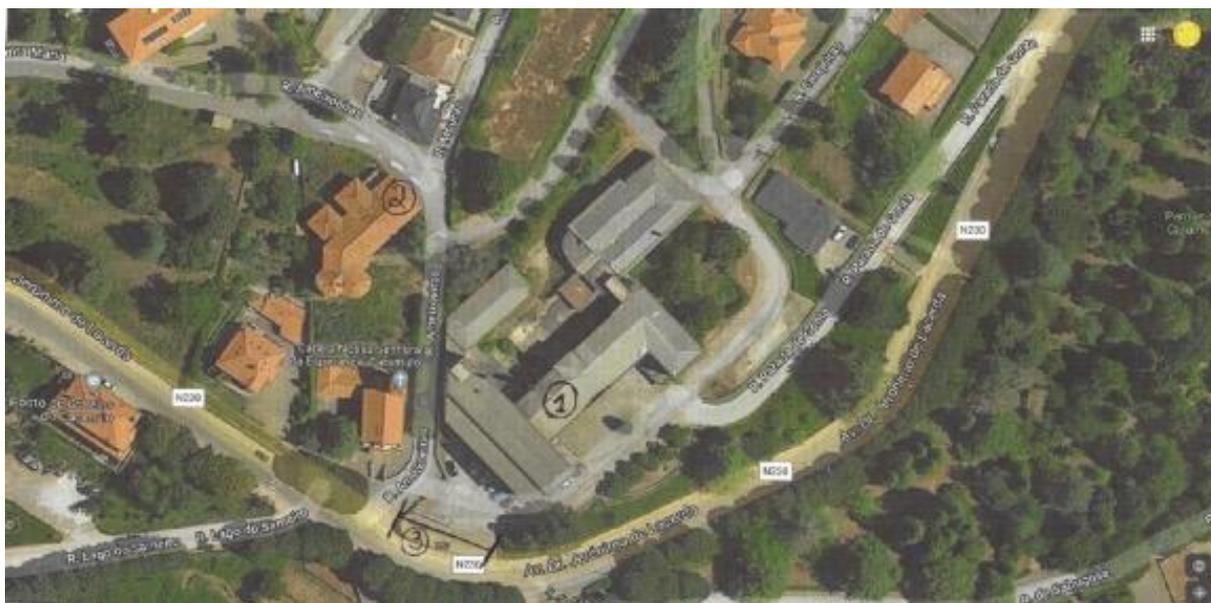


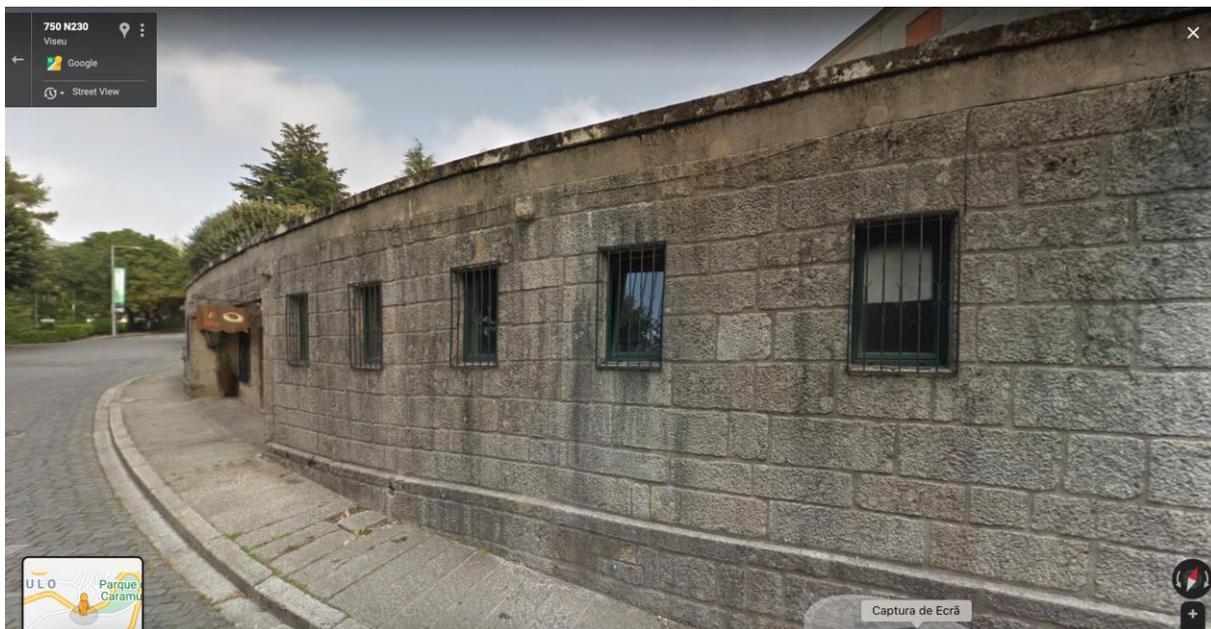
Imagem Aérea da Estância Sanatorial do Caramulo

1- Antigo Grande Sanatório

2- Antigo Sanatório Infantil

3- Espaço proposto pela Câmara Municipal de Tondela para instalação do Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo

Retirado a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>



Espaço proposto pela Câmara Municipal de Tondela

Retirado a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>



Espaço proposto pela Câmara Municipal de Tondela para instalação do Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo no primeiro plano, com o Antigo Grande Sanatório em segundo plano

Retirado a 02/06/21 de: <https://www.google.pt/maps>